

SANDRA BATISTA DA COSTA

A IRONIA EM FUNÇÃO ARGUMENTATIVA

ZZ244

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós-Graduação em Lingüística de Língua Portuguesa, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Iara Bemquerer Costa
Co-orientador: Prof. Dr. Heronides M. de Melo
Moura

**CURITIBA
2000**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS




PARECER

Defesa de dissertação da Mestranda SANDRA BATISTA DA COSTA, para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Os abaixo assinados Iara Bemquerer Costa, Heronides Maurílio de Melo Moura e Jair Antonio de Oliveira argüíram, nesta data, a candidata, a qual apresentou a dissertação:

“A IRONIA EM FUNÇÃO ARGUMENTATIVA.”

Procedida a argüição segundo o protocolo aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de **Mestre em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	Conceito
Iara Bemquerer Costa		A
Heronides M. de Melo Moura		A
Jair Antonio de Oliveira		A

Curitiba, 15 de dezembro de 2000.


Prof. José Borges Neto
Coordenador

AGRADECIMENTOS

- A minha orientadora, prof^a Dra. Iara Bemquerer Costa, pela paciência demonstrada no percurso de elaboração desse trabalho.
- Ao meu co-orientador, prof^o Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura, pela atenção, pela crença depositada em mim e, sobretudo, pelo profissionalismo.
- Aos professores do Curso de Pós- graduação em Lingüística de Língua portuguesa.
- Aos colegas do Mestrado, especialmente, Angela, Rossana, Gisele e João.
- A amiga Marilena Frazão, por ter me levado a compreender que o não-saber é um desafio e não é um limite.
- Ao Lino Trevisan, pelo carinho, compreensão e pela colaboração nas reflexões.
- Ao Cainã e Coniã pela compreensão na ausência.
- A Maria aparecida, por ter assumido com carinho as tarefas do lar.
- A minha família, especialmente a minha mãe, pela alegria que sempre contagia.
- Aos amigos que sempre me incentivaram.
- A Capes, pela concessão de bolsa de estudo.

SUMÁRIO

RESUMO

CONVENÇÕES E ABREVIATURAS

1. INTRODUÇÃO	6
2. A ARGUMENTAÇÃO E A NOVA RETÓRICA	10
2.1 A teoria da argumentação	11
2.2 Algumas condições prévias à argumentação	15
2.3 As premissas que servem como ponto de partida da argumentação	20
2.4 Dizer a cada público específico o que mais gosta de ouvir	24
2.5 Algumas técnicas argumentativas	27
2.5.1 Os argumentos quase-lógicos	28
2.5.2 Os argumentos baseados na estrutura do real	33
2.5.3 As ligações que fundamentam a estrutura do real	35
2.6 Alguns aspectos da Teoria da Argumentação aplicados ao trabalho	37
3. A ARGUMENTAÇÃO SOB O OLHAR DA SEMÂNTICA	39
3.1 Lógica e linguagem	41
3.2 Do descritivismo radical à argumentação na língua	45
3.3 Teoria do “topoi”	50
3.4 A teoria polifônica da enunciação	55
3.5 A ironia em perspectiva polifônica	57
4. A ARGUMENTAÇÃO SOB O OLHAR DA PRAGMÁTICA	63
4.1 A natureza pragmática dos “topoi”	63
4.2 A ironia como um fenômeno pragmático	69
5. ANÁLISE	81
5.1 Análise do texto “Petição ao presidente”	81
5.1.1 Petição Inicial	83
5.1.2 A presença dos locutores, dos enunciadores e do alocutário	85
5.1.3 A formulação do pedido e o seu fundamento	91
5.1.4 A causa da petição e sua finalidade	99
5.1.5 Fórmula final	113
5.1.6 A presença de algumas técnicas argumentativas	114
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
7. ANEXOS	121

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124
-------------------------------------	-----

RESUMO

Este trabalho foi motivado pelo interesse de analisar a ironia como um procedimento argumentativo. Utilizamos como aparato teórico a Teoria da Argumentação presente no **Tratado da argumentação**: a nova retórica de PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1996), a Teoria dos “topoi”, vista sob a perspectiva pragmática delineada por MOURA (1999), a noção de ironia inscrita na Teoria Polifônica da Enunciação elaborada por DUCROT (1987) e revista por REYES (1984) ao ampliar a noção polifônica da ironia, e dando a ela um tratamento pragmático. Usamos como suporte básico da Teoria da Argumentação algumas técnicas argumentativas para ilustrar algumas manobras retóricas favorecendo a argumentação irônica e também recorremos à noção de valores assinalando sua presença na argumentação irônica. O tratamento pragmático dado ao topos e o pressuposto de que seu uso se assemelha a uma implicatura consolidou teoricamente a análise do funcionamento argumentativo da ironia. Recorremos ao texto “Petição ao presidente,” cujo autor é o jornalista Clóvis Rossi para realizar tal análise. Identificamos nesse texto os personagens da enunciação, os locutores e os enunciadores. Na enunciação irônica o locutor traz para o espaço do discurso os pontos de vistas contrastantes dos enunciadores, mas o locutor não assume tais pontos de vista. Os enunciadores descritos na análise do texto são: o enunciador ingênuo, E1, o enunciador moralizante, E2 e o enunciador sarcástico, E3. Ao descrevermos os topos e formas tópicas acessadas por esses enunciadores ratificamos a hipótese desse trabalho: a ironia caracteriza um concerto polifônico instaurado no jogo da interlocução, configura-se como um fenômeno pragmático, e seu significado é uma implicatura.

CONVENÇÕES E ABREVIATURAS

E1 – enunciador um .

E2 – enunciador dois.

E3 – enunciador três.

T1 – topos um.

T2 – topos dois.

T3 – topos três.

FT – forma tópica.

L – locutor, ser de discurso.

λ - locutor, ser empírico.

MR – modificador realizante.

MD – modificador derrealizante.

P – primeiro segmento do enunciado.

Q – segundo segmento do enunciado.

RED – relato em estilo direto.

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é analisar a ironia como um procedimento argumentativo. O interesse de estudar o fenômeno foi motivado pela constatação da frequência com que esse recurso vem sendo utilizado em textos jornalísticos de opinião. A ironia foi objeto de análise da retórica e da filosofia durante um longo tempo, e os estudos que tangiam a questão da linguagem irônica contavam com a influência da tradição retórica e filosófica. Geralmente, esses estudos limitavam-se a analisar a ironia como um recurso expressivo presente, sobretudo, em textos poéticos, dramáticos e romances. Além do que, os estudos restringiam-se à frase ou fragmentos textuais. Recentemente, a ironia vem sendo objeto de estudos lingüísticos e relacionada ao humor, mas ainda é restrito o exame da ironia como uma estratégia argumentativa delineadora da estrutura textual. Em outras palavras, como um elemento nuclear na composição do sentido do texto.¹

O interesse de analisar a função argumentativa da ironia pelo viés lingüístico deu-se em função de que a enunciação irônica mobiliza diferentes vozes, instaura a polifonia. A captação de diferentes pontos de vista decorre de inferências pragmáticas, por conseguinte pressupomos que a percepção da enunciação irônica é recorrente a fenômenos pragmáticos.

Escolhemos como perspectiva teórica geral que orienta a análise do fenômeno a ser investigado a Teoria Polifônica da enunciação delineada por Oswald Ducrot, Jean Claude Anscombre e colaboradores, uma vez que o exame da ironia, através da perspectiva polifônica inscreve-se no estudo do sentido argumentativo do enunciado, ou seja, é relacionada à Teoria da Argumentação.

As pesquisas realizadas por Ducrot, Anscombre e colaboradores passaram por diversas fases que culminaram na sistematização da Teoria da Argumentação. Nessa Teoria a

¹ Entre os estudos que analisam a ironia na composição do sentido do texto pudemos examinar: BRAIT, Beth. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996 e CARNEIRO Paulina de Lima. **A argumentação pelo absurdo: uma análise da ironia sob a perspectiva polifônica da enunciação**. João Pessoa, 2000. Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

língua não atende somente a função informativa, isto é, não se relaciona à descrição da realidade, como supunham antes os autores, a língua passa a ter função argumentativa; o nível fundamental da descrição semântica inscreve-se na instância argumentativa da linguagem. Na versão mais recente da Teoria da Argumentação, a Teoria dos “topoi,” postula-se que as instruções argumentativas de sentido inscrevem-se no léxico, encerra-se nele o encadeamento argumentativo do enunciado.

Na Teoria polifônica da enunciação procura-se contestar a unicidade do sujeito falante e postula-se que na enunciação estão presentes três personagens: o sujeito empírico, λ , o locutor, L, e os enunciadores, E. Com efeito, a enunciação aparece como uma justaposição de vozes. Segundo Ducrot, há duas formas de polifonia, a primeira diz respeito à presença de dois locutores distintos num mesmo enunciado, é o caso do relato em estilo direto, a segunda aparece quando a partir da voz de um locutor coloca-se em cena pontos de vista de enunciadores.

Ducrot caracteriza os enunciados irônicos sob a perspectiva polifônica, segundo ele, “o locutor faz ouvir um discurso absurdo, mas que o faz ouvir como um discurso de um outro, como um discurso distanciado.”² A ironia é, pois, descrita como um recurso sistemático que permite descrever a voz de um locutor, responsável pelas palavras expressas na enunciação e a voz de um enunciador que assume as palavras.

Outro pressuposto que fundamenta esse trabalho é a Teoria da Argumentação descrita no **Tratado da argumentação**: a nova retórica elaborado por PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1996). Nessa obra a argumentação é vista a partir da noção retórica e filosófica. Da retórica os autores conservaram a noção de que a argumentação é em grande parte determinada em função da imagem que o orador tem de seu auditório, os autores retomaram também a reflexão filosófica sobre a constituição do conhecimento. Eles propuseram que os procedimentos argumentativos constituem-se como meios à elaboração do saber. Utilizamos como postulado central dessa Teoria o estudo das técnicas argumentativas, ou seja, os “*recursos discursivos* para obter a adesão dos espíritos: apenas a técnica que utiliza

² DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987, p.198.

a linguagem para persuadir e para convencer.”³ A argumentação conta com um conjunto amplo de procedimentos à obtenção da adesão, as técnicas argumentativas, elas funcionam como indicações, através das quais é possível reconstruir o evento da enunciação, explicar o roteiro de produção do texto. Utilizaremos as técnicas argumentativas como um instrumento para caracterizar manobras retóricas que favorecem a argumentação irônica.

Outro aspecto da Teoria da Argumentação a ser utilizado diz respeito à noção de valor que permeia a prática argumentativa. Para PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1996), o valor é um dos elementos que serve como premissa da argumentação quando se deseja a adesão de um grupo particular. Os valores inserem-se no conjunto das idéias e das opiniões, representam maneiras de agir e de pensar, revelam a existência na sociedade de uma multiplicidade de grupos. Utilizamos a noção de valor para assinalar que a atualização do ponto de vista de um dos enunciadores, configurado no jogo polifônico, representa a voz daqueles que almejam a manutenção de valores sociais, éticos e morais.

Para evidenciar o funcionamento argumentativo da ironia selecionamos o texto “Petição ao Presidente” cujo autor é o jornalista Clóvis Rossi. Esse texto foi publicado no jornal Folha de São Paulo. Rossi é colunista desse jornal, seus textos abordam normalmente questões políticas, sociais e econômicas. Identificaremos e descreveremos o jogo polifônico e algumas manobras retóricas presentes no texto “Petição ao presidente” visando validar a hipótese desse trabalho: a ironia caracteriza um concerto polifônico instaurado no jogo da interlocução, configura-se como um fenômeno pragmático, e seu significado é uma implicatura. Afirmar que as intenções do jornalista estejam representadas através dos esquemas descritos ao longo da análise do texto não passa de uma hipótese mais ou menos provável, não consideramos que os esquemas traçados possam ser vistos como únicos e verdadeiros. A análise feita caracteriza uma possibilidade dentre tantas outras de leitura do texto.

³ PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p.8.

Esse trabalho constitui-se de cinco capítulos cujo conteúdo sintetizaremos a seguir.

No capítulo A ARGUMENTAÇÃO E A NOVA RETÓRICA apresentaremos a perspectiva filosófico-retórica delineada no **Tratado da Argumentação**: a nova retórica elaborada por PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1996). Entre os aspectos contemplados nessa primeira parte estão os objetos de acordo que servem como premissas da argumentação, e os valores aparecem como um dos elementos que servem de ponto de partida à argumentação; as técnicas argumentativas também serão destacadas nessa parte. No capítulo seguinte, A ARGUMENTAÇÃO SOB O OLHAR DA SEMÂNTICA, apresentaremos uma síntese das fases do trabalho de Ducrot e colaboradores descrevendo alguns pressupostos delineados no percurso feito. Entre as teorias descritas nessa parte está a Teoria Polifônica da Enunciação. No outro capítulo, A ARGUMENTAÇÃO SOB O OLHAR DA PRAGMÁTICA, apresentamos uma síntese de dois estudos desenvolvidos a partir da perspectiva pragmática, o primeiro delineado por MOURA (1999) em que analisa a natureza dos “topoi” e pressupõe que ela seja pragmática, por conseguinte as instruções argumentativas de sentido assemelham-se a implicaturas. O outro estudo foi realizado por REYES (1984), ela pressupõe que na enunciação irônica a atualização do sentido inscrito na projeção de vozes dos enunciadores depende de inferências pragmáticas, logo a ironia é também tratada como uma implicatura. Recorreremos a alguns pressupostos inscritos nesses dois estudos para fundamentar nosso trabalho. No capítulo posterior faremos a análise do texto selecionado. Por fim, descreveremos as considerações finais obtidas a partir do estudo desenvolvido ao longo desse trabalho.

2 A ARGUMENTAÇÃO E A NOVA RETÓRICA

Neste capítulo, apresentaremos um primeiro pressuposto teórico relativo à argumentação: a perspectiva filosófico-retórica delineada no **Tratado da Argumentação**: a nova retórica elaborada por PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1996).

Em primeiro lugar, destacaremos que os autores inscrevem a Teoria da Argumentação numa filosofia do conhecimento e consideram que os procedimentos argumentativos constituem-se como instrumento de elaboração do saber. PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1996) fazem uma abordagem crítica acerca dos procedimentos de raciocínio implantados na ciência moderna pela racionalidade cartesiana, expõem que a concepção clássica de demonstração, especificamente a lógica formal, limita-se a analisar os procedimentos demonstrativos, e propõem que sejam retomadas as provas dialéticas utilizadas na argumentação. Segundo eles, a argumentação pauta-se em opiniões decorrentes de decisões tomadas a partir de uma racionalidade que não evita o debate e que discute a pluralidade de valores e opiniões. O resgate da noção de raciocínio dialético representa uma contribuição para a filosofia do conhecimento.

Em seguida, evidenciaremos que, para os autores do *tratado*,¹ a argumentação é dirigida a um auditório e visa à adesão, de forma que é preciso considerar a existência de um contato intelectual que passa pelo conhecimento do auditório, assim como pelo reconhecimento dos meios suscetíveis de influenciá-lo. Para tanto, apresentaremos alguns tópicos que caracterizam as condições prévias à argumentação.

Numa terceira etapa, destacaremos o acordo entre o orador e o auditório como ponto de partida da argumentação. O acordo é visto sob três aspectos: quanto às premissas, à seleção e à apresentação; limitar-no-emos a abordar os objetos que servem como premissas.

Numa quarta etapa, apresentaremos o texto “O lucro de cada qual” cujo autor é o jornalista Clóvis Rossi; a partir desse texto ilustraremos que a competência oratória, embora

¹ Utilizaremos o termo tratado quando nos referirmos a PERELMAN, Chaiim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**: a nova retórica. São Paulo. Martins Fontes, 1996.

constituída pela capacidade de adaptação do discurso ao auditório, não pode ser interpretada como uma estratégia de consenso, a argumentação visa à adesão do auditório, não à pretensa neutralidade do orador.

Apresentaremos a seguir algumas técnicas argumentativas descritas por PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1996); elas são recursos argumentativos que visam à adesão, ou seja, manobras retóricas não inscritas no nível lingüístico fundamental. Utilizaremos algumas técnicas como instrumentos para caracterizar unidades argumentativas que favorecem a argumentação irônica.

Por último, destacaremos alguns pressupostos da Teoria da Argumentação que serão aplicados a este trabalho.

2.1 A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO

No **Tratado da Argumentação**: a nova retórica, PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1996) retomam criticamente as noções da Retórica e da Dialética de Aristóteles para delinear uma teoria da argumentação oposta às concepções de razão e de raciocínio pressupostas por Descartes, que durante os três últimos séculos marcaram o pensamento ocidental. Para tanto, relativizam em sua obra a tendência unilateral da lógica e da teoria do conhecimento de Descartes e repropõem uma reflexão em torno da questão do conhecimento, por considerarem que este não pode ser reduzido ao nível formal, devido a sua complexidade.

PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1996) evidenciam a influência dos pressupostos de Descartes, lembrando que nos últimos três séculos os estudos feitos a respeito da argumentação foram abandonados pelos lógicos, pois esses consideravam que os argumentos que favoreciam a defesa de uma tese eram não - coercivos. Para Descartes, tudo que estava no limite do verossímil era falso; ele via na evidência a marca da razão, por conseguinte só considerava racionais as demonstrações que partissem de idéias claras e distintas, cujas provas fossem demonstráveis e reconhecidas pelas ciências naturais.

Opondo-se a essa perspectiva, os autores do *tratado* esclarecem que a natureza da argumentação e da deliberação não é caracterizada nem pela necessidade, nem pela evidência, pois a deliberação não se efetua em favor de uma solução necessária e a argumentação não se

realiza contra algo que se apresente como evidente. A argumentação, segundo eles, situa-se “no campo do verossímil, do plausível, do provável, escapando às certezas do cálculo.”²

A lógica, ao tomar como referência em seus estudos as provas analíticas - as que se dão através de proposições evidentes, demonstráveis, conduzindo à conclusão verdadeira - põe de lado os raciocínios que se distanciavam do campo formal, escapando à lógica e à razão, por isso as provas dialéticas, que se pautavam em enunciados prováveis, cuja conclusão era verossímil, foram deixadas de lado, o que elimina do estudo do raciocínio toda referência à argumentação.

A redução da lógica à perspectiva formal não deve levar à conclusão de que a razão seja totalmente ineficaz no campo em que escapa ao cálculo, nem que a solução de um problema, cuja experiência ou a dedução lógica não consiga explicitar, fique abandonada às forças irracionais.

A concepção pós - cartesiana, ao introduzir uma dicotomia que distingue as faculdades humanas por meio de duas forças antagônicas, a da razão e da não - razão, é artificial e contrária aos procedimentos que constituem o pensamento humano. Aristóteles³ já havia proposto dois modos básicos de raciocinar: por demonstração analítica e por argumentação dialética. As provas dialéticas eram analisadas ao lado das provas analíticas; aquelas referiam-se ao verossímil e eram utilizadas na argumentação, as provas analíticas eram necessárias e usadas na demonstração. Não se nota no pensamento aristotélico qualquer sugestão de hierarquia entre essas duas maneiras de raciocinar: elas não se excluem, não se sobrepõem, não se substituem uma à outra.

Os racionalistas conceberem o progresso do conhecimento unicamente como uma extensão do campo aberto por elementos claros e distintos, dissociando-os do conjunto das opiniões. Ao isolar do conhecimento tudo que não está de acordo com o ideal de clareza e distinção, o pensamento racionalista subtrai desse ideal toda discussão e toda argumentação, o que poderia reduzir progressivamente o recurso à argumentação, até que seu uso se tornasse

² PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo Martins Fontes, 1996. p. 1.

³ Citado por COELHO, Fábio Ulhoa. Prefácio à edição brasileira. In: PERELMAN, Chaïm; TYTECA, Lucie Olbrechts. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p.XI.

supérfluo. Nessa perspectiva, a utilização da argumentação poderia estigmatizar, provisoriamente, os ramos do saber que dela se servissem, considerados como áreas imperfeitamente constituídas, em busca de um método e não merecedora do título de ciência. Essa é uma das consequências previstas pelos autores, se se toma como pressuposto que o conhecimento limita-se ao nível formal. Não temos a intenção de discutir essa questão no momento, queremos destacar que a argumentação se estabelece a partir de opiniões decorrentes de decisões tomadas a partir da razão.

Para que uma teoria da argumentação seja relacionada ao uso da razão que dirige a ação de cada um e influencia a dos outros, fez-se necessário criticar a idéia de evidência. OSAKABE (1979) explicita a crítica de Perelman ao cartesianismo no ponto preciso dessa noção.

Para Descartes, diz ele, [Perelman] trata-se “d’une force qui s’impose à tout esprit doué de raison et qui manifeste la vérité de ce qui s’impose de cette façon”. Perelman indica que essa força pressupõe a existência de “notions claires et distinctes dont des rapports donnent lieu à des propositions évidentes”. Isto é, a noção de evidência em Descartes não parece a Perelman algo que se situa ao nível da experiência, mas algo que é obtido a partir de certo distanciamento em relação à natureza das coisas (se se toma a evidência como intuição racional). Essa postura que Descartes vê muito claramente na matemática deu origem a uma posição que parece ser, para Perelman, uma espécie de atemporalização do conhecimento: parte-se das evidências (tomadas racionalmente) e deduz-se a partir daí. Se essa evidência (como qualquer raciocínio situado fora da complexidade das coisas) é atemporal, tudo o que decorre disso é necessariamente desprovido de sentido em relação à realidade. (OSAKABE, 1979, p. 157-158)

A crítica feita por Perelman a Descartes tange duas questões: a concepção atemporal do conhecimento, favorecida pela compreensão que Descartes tem de evidência; o caráter atomista dessa concepção, que está limitado a um domínio restrito do real. Para Perelman, a teoria filosófica da argumentação deve estar fundada na natureza complexa dos objetos do conhecimento; com efeito, esses objetos não podem ser reduzidos ou tornados atemporais, pois exigem uma abordagem coerente com a sua complexidade. Perelman conclui: “o tempo não tem papel algum na demonstração, mas tem na argumentação.”⁴

Ao colocar a questão da temporalidade, Perelman procura rever o paradigma cartesiano por pressupor que a natureza complexa do conhecimento não admite uma redução

⁴ Citado por OSAKABE, Haquira. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Kairos, 1979. p.154.

que o compartimentalize ou o atemporalize. Para o filósofo, uma abordagem que considere a natureza complexa do objeto do conhecimento não pode ser outra senão a argumentação.

A importância do *tratado* está no resgate das idéias aristotélicas que dizem respeito à argumentação, e nele são definidos procedimentos próximos das análises que concernem às provas chamadas por Aristóteles de dialéticas, isto é, “a arte de raciocinar a partir de opiniões geralmente aceitas.”⁵ PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1996) preferem o termo retórica, porque o termo dialética no percurso histórico foi utilizado com vários sentidos. Em Hegel,⁶ o termo foi utilizado referindo-se às contradições próprias ao movimento de negação interno em que se manifesta o espírito humano; em Marx,⁷ ao movimento da realidade histórica. Já retórica caiu em completo desuso, logo sua retomada não acarreta confusões.

Além disso, a escolha desse termo retórica deve-se sobretudo ao sentido atribuído a ele pela antigüidade clássica: idéia de adesão e de espírito ao qual se dirige um discurso. É essa idéia que os autores pretendem retomar, isto é, “é em função de um auditório que qualquer argumentação se desenvolve.”⁸ O ponto de referência da teoria da argumentação é “o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento.”⁹ A argumentação conta, então, com um conjunto amplo de procedimentos à obtenção da adesão, ou seja, técnicas que utilizam a linguagem para persuadir e convencer o auditório.

A argumentação não se limita a um grau de adesão particular, caracterizado pela evidência. O grau de adesão a uma tese não se deve relacionar diretamente à evidência e à verdade, pois, em princípio, os aspectos do raciocínio relativos à verdade são distintos dos relativos à adesão. Os autores concluem:

Em vez de fundamentarmos nossa filosofia em verdades definitivas e indiscutíveis, partiremos do fato de que homens e grupos de homens aderem a toda espécie de opiniões com uma intensidade variável, que só é conhecida quando posta à prova. As crenças mais comumente admitidas ficam

⁵ PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes. 1996.p.8.

⁶ Citado por COELHO, Fábio Ulhoa. Prefácio à edição brasileira. In: PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie Olbrechts. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. XII.

⁷ Citado por COELHO, Fábio Ulhoa. Prefácio à edição brasileira. In: PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie Olbrechts. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. XII.

⁸ PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes. 1996.p.6.

⁹ *ibid.*, p. 4.

muito tempo implícitas e não - formuladas, pois, o mais das vezes, é somente por ocasião de um desacordo relativo às conseqüências delas resultantes que surge o problema da formulação ou da determinação mais precisa delas. (PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS- TYTECA, Lucie, 1996, p .577)

A argumentação não deve ser nem coerciva, nem arbitrária, pois o sentido da liberdade humana pauta-se na condição do exercício de uma escolha racional, se a liberdade for compreendida como a adesão necessária a uma ordem previamente dada, qualquer possibilidade de escolha seria excluída, por outro lado, se o exercício da liberdade não for fundamentado em razões, a escolha seria irracional, reduzida a uma decisão arbitrária. Deve-se romper com a dicotomia que compreendeu a razão humana dividida em duas forças antagônicas: da razão e da não-razão. A argumentação fundamenta-se em acordos que envolvem orador e auditório, através de opiniões e decisões, isto é, escolhas feitas mediante o uso da razão. As premissas da argumentação não são evidentes, elas resultam do acordo com o auditório.

2.2 ALGUMAS CONDIÇÕES PRÉVIAS À ARGUMENTAÇÃO

PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1996) defendem que a argumentação está ligada ao social, abordam o fenômeno argumentativo considerando a situação psicossocial que envolve orador e auditório. Para tanto, o orador toma a imagem do auditório como ponto de referência do processo argumentativo. Com efeito, os recursos argumentativos são utilizados pelo orador considerando essa imagem; a argumentação está, pois, inscrita no interior de um contexto social.

O orador esforça-se perante o auditório para obter deste a adesão à tese defendida. As condições necessárias à argumentação abrangem a formação de uma “comunidade efetiva dos espíritos”¹⁰ e o “fato de se debater uma questão determinada.”¹¹ Isso implica dizer que é em função de um auditório que a argumentação se orienta, pois todo enunciado dirige-se a um interlocutor, e é em função dele que é organizado. Para que se tenha a adesão, é preciso

¹⁰ PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins fontes, 1996. p. 17.

¹¹ *ibid.* p. 16.

considerar que os acordos à argumentação passam pelo conhecimento do auditório, assim como dos meios suscetíveis de obter a adesão.

A formação de uma comunidade efetiva dos espíritos conta com alguns critérios:

- a) “a existência de uma linguagem em comum”¹²;
- b) “a atenção do outro, ser ouvido”¹³;
- c) “o conhecimento do auditório”¹⁴;
- d) “o conhecimento dos meios de influenciar o auditório”¹⁵;
- e) “a adaptação do orador ao auditório.”¹⁶;
- f) “o conhecimento das características do auditório.”¹⁷

A existência de uma linguagem em comum é um recurso básico à argumentação, mas esse recurso por si só não basta, é preciso sobretudo o desejo de estabelecer um contato. Para tanto, torna-se necessário “ter apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, pela sua participação mental.”¹⁸ O contato entre orador e auditório é essencial em todo desenvolvimento da argumentação, ele deve ser mantido no decorrer de todo processo argumentativo.

Quando nos colocamos dispostos a ouvir o outro, mostramos que estamos dispostos eventualmente a aceitar um determinado ponto de vista, portanto *a atenção do outro; ser ouvido* caracteriza uma condição à argumentação. Certas funções autorizam, habilitam, regulam por elas mesmas a realização do contato entre os espíritos. Fazer parte de um mesmo meio social, por exemplo, facilita o preenchimento da realização das condições necessárias ao contato dos espíritos.

O conhecimento do auditório é uma das condições prévias à argumentação. Se o auditório é “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação”¹⁹, é preciso considerar que esse conjunto é uma imagem que o orador cria e à qual procura

¹² ibid., p.16.

¹³ ibid., p. 19.

¹⁴ ibid., p.23.

¹⁵ ibid., p. 26.

¹⁶ Ibid., p.26.

¹⁷ Ibid., p. 29.

¹⁸ Ibid., p.18.

¹⁹ Ibid., p. 22

adaptar-se. Para quem argumenta, o auditório é uma construção mais ou menos sistematizada, através da determinação das origens psicológicas e sociológicas. OSAKABE (1979) comenta o artigo *Les cadres sociaux de l'argumentation* de Perelman, destacando que nele o filósofo evidencia a dimensão sociológica do conhecimento argumentativo. A partir disso observa que as noções válidas à argumentação dependem das instituições sociais; e que a linguagem da argumentação é produzida por uma tradição social.²⁰ Tomando essa perspectiva como ponto de referência, OSAKABE (1979) conclui que a noção de auditório é elaborada segundo o ponto de vista do orador e não do ponto de vista ideal de uma teoria. A afirmativa de PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1996) explicita o exposto nesse item.

○ estudo dos auditórios poderia igualmente constituir um capítulo de sociologia, pois, mais do que seu caráter pessoal, as opiniões de um homem dependem de seu meio social, de seu círculo, das pessoas que frequenta e com quem convive [...]. Cada meio poderia ser caracterizado por suas opiniões dominantes, por suas convicções indiscutíveis, pelas premissas que aceita sem hesitar ; tais concepções fazem parte da sua cultura e todo orador que quer persuadir um auditório particular tem de se adaptar a ele. Por isso a cultura própria de cada auditório transparece através dos discursos que lhe são destinados, de tal maneira que é, em larga medida, desses próprios discursos que nos julgamos autorizados a tirar alguma informação a respeito das civilizações passadas.

As considerações sociológicas úteis ao orador podem versar sobre um objeto particularmente preciso, a saber, as funções sociais cumpridas pelos ouvintes. Com efeito, estes costumam adotar atitudes ligadas ao papel que lhes é confiado em certas instituições sociais. (PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie, 1996, p. 23)

O conhecimento dos meios de influenciar o auditório implica o reconhecimento dos meios suscetíveis de convencimento, pois a natureza do auditório está relacionada ao seu condicionamento. Conhecer o auditório é, de um lado, um meio de saber como é possível assegurar seu condicionamento, do outro, saber a cada instante do discurso qual o condicionamento realizado. Há vários meios de efetuar um condicionamento, como a música, a iluminação, a encenação, mas o meio que se quer destacar aqui é o condicionamento pelo próprio discurso; tal condicionamento para ser eficaz exige a adaptação contínua do orador ao auditório.

A adaptação do orador ao auditório é mais um dos critérios prévios à argumentação. O orador deve imaginar o que o auditório considera verdadeiro. Nesse sentido,

²⁰ OSAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairos., 1979, p.162.

é o próprio auditório que determina a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores, mas os oradores têm também a liberdade de negar-se a persuadir um auditório, se a maneira de efetuar a persuasão causa-lhes repulsa.

A consideração a seguir é oportuna, pois possibilita que seja feita uma breve reflexão acerca dos meios utilizados para tornar didáticos os procedimentos argumentativos.

A obrigação para o orador, de adaptar-se ao seu auditório e a limitação deste à multidão incompetente, incapaz de compreender um raciocínio ordenado e cuja atenção está à mercê de menor distração, levaram não só ao descrédito da retórica, mas introduziram na teoria do discurso regras gerais cuja validade parece, entretanto, limitada a casos específicos. Não vemos, por exemplo, por que, em princípio, a utilização de uma argumentação técnica afastaria da retórica e da dialética. (PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie, 1996, p. 28)

Podemos relacionar a crítica feita acima aos procedimentos didáticos que têm a finalidade de conduzir a prática argumentativa. O educador, através dos materiais didáticos a que tem acesso normalmente, introduz regras gerais da argumentação, cuja validade está limitada a casos específicos. As técnicas disponíveis à argumentação devem ser analisadas, desde que a partição do discurso esteja em função do seu papel no todo. Vale ressaltar que as técnicas discursivas²¹ não equivalem a um método de argumentação, isto é, um conjunto de regras gerais para efetuar a argumentação. A adaptação do orador ao seu auditório é uma condição fundamental da argumentação, é esse princípio que deve ser tomado como regra geral que norteia qualquer proposta de trabalho com a argumentação, pois certos argumentos utilizados para um determinado auditório podem parecer ridículos a outro. Sendo assim, é importante que se conheçam as características do auditório para se saber quais são os meios de atingi-lo.

Conhecer as características do auditório é mais uma condição prévia à argumentação. A imagem que o orador tem do auditório serve como parâmetro para determinar o caráter e a amplitude da argumentação. Há três espécies de auditórios: o primeiro é o auditório universal que é constituído pela humanidade inteira, pelos homens

²¹ As técnicas argumentativas serão evidenciadas neste capítulo no item 2.5.

adultos normais; a argumentação a ele dirigida é assimilada freqüentemente ao discurso lógico, considerado como norma objetiva.

A argumentação dirigida ao auditório universal deve levar em consideração o que o orador imagina ser unânime, universalmente aceito, por ser difícil de ser posto em dúvida. O orador convence o auditório apoiado em enunciados considerados válidos num espaço sócio-cultural específico, por exemplo: “Os serviços públicos são precários, porém indispensáveis”; “A saúde, a segurança e o ensino público são direitos do cidadão.” Segundo PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1996), a argumentação dirigida ao auditório universal realiza-se através do ato de convencer. A argumentação considerada convincente é a que deve obter a adesão de um auditório amplo, por basear-se num conjunto de fatos, de verdades, considerados válidos para obter a adesão de todo o ser racional, isto é, convencer é buscar a razão através de procedimentos racionais.

O segundo auditório é formado no diálogo pelo interlocutor a quem se dirige; o terceiro pelo próprio sujeito, quando delibera consigo. As duas últimas espécies de auditório poderão ser consideradas universais, quando o interlocutor do diálogo e o sujeito que está às voltas consigo forem considerados encarnações do auditório universal. O indivíduo que delibera consigo ou o interlocutor do diálogo podem ser considerados como um auditório particular, quando suas características limitam-se a um grupo restrito. As encarnações do auditório particular são consideradas precárias por representarem as reações características de um grupo restrito.

A persuasão, diferentemente da convicção, tem um caráter mais restrito, logo diz respeito ao acordo que se estabelece com o auditório particular. Ao caracterizar as premissas da argumentação, por intermédio de uma escala que marca numa extremidade o que é universal, aceito, e na outra, o que é discutível, observamos que os valores tendem ao discutível. Os valores são objetos de acordo que servem como premissas para persuadir o auditório particular. Os seguintes enunciados podem ser considerados pertinentes ao acordo com o auditório particular: “Resgatar a família é salvar a sociedade;” “Só a fé em Deus muda a situação do povo brasileiro.”

2.3 AS PREMISSAS QUE SERVEM COMO PONTO DE PARTIDA DA ARGUMENTAÇÃO

PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1996) colocam como ponto de partida da argumentação o acordo com o auditório. Esse acordo abrange o que é aceito como ponto de referência de raciocínios e a forma de apresentação dos raciocínios. O acordo refere-se às premissas, à sua escolha e à apresentação. Neste trabalho, limitar-nos-emos a apresentar os objetos de acordo que servem como premissas. A escolha de uma premissa não está isenta de valor argumentativo, pois constitui o primeiro passo para que a utilização desse elemento seja persuasiva.

Para cada tipo de auditório há tipos de discursos, o mesmo ocorre com as premissas que se baseiam nos diferentes acordos feitos em relação a cada tipo de ouvinte. As premissas que dizem respeito ao auditório universal tomam por base os seguintes objetos de acordo: os fatos, as verdades e as presunções que estão inscritos na categoria do real, embora o que se considera real possa variar de acordo com opiniões filosóficas; na argumentação considera-se real o que o auditório universal considera válido.

Os fatos e verdades tomados como premissas são sempre não - controversos, pois são aceitos, em princípio, pelo auditório universal. Vejamos o que afirmam os autores.

(...) na argumentação, a noção de “fato” é caracterizada unicamente pela idéia que se tem de certo gênero de acordo a respeito de certos dados: os que se referem a uma realidade objetiva e designariam, em última análise, citando H. Poincaré, “o que é comum a vários entes pensantes e poderia ser comum a todos”. Estas últimas palavras sugerem imediatamente o que chamamos de acordo do auditório universal. (PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS- TYTECA, Lucie, 1996, p.75)

Fala-se geralmente de *fatos* para designar objetos de acordo precisos, limitados, em contra partida, designar-se-ão de preferência com nome de *verdades* sistemas mais complexos, relativos a ligações entre fatos, que se trate de teorias científicas ou de concepções filosóficas ou religiosas que transcendem a experiência. (PERELMAN, Chaïm, OLBRECHTS-TYTECA, Lucie, 1996, p.77)

Os fatos referem-se a uma realidade objetiva, como a descrição de certos dados, já as verdades dizem respeito ao conhecimento que permitem fazer generalizações sobre fatos, por exemplo:

Fato- O alto índice de desemprego no Brasil.

Verdade- O desemprego gera muitas vezes miséria.

As presunções estão ligadas, em cada caso particular, ao normal, ao verossímil; elas se relacionam a uma base, a um parâmetro tomado como normal pelo auditório, conta-se com o normal como base de raciocínios para efetuar a argumentação. O acordo baseado na presunção do normal corresponde ao auditório universal, mas a adesão às presunções não é uma máxima, a presunção requer um reforço através de outros elementos.

Os objetos de acordo que visam à adesão dos grupos particulares têm como base os valores, as hierarquias e os lugares. Tais elementos correspondem à categoria do preferível que evidencia um ponto de vista compartilhado por um grupo particular. No que diz respeito aos valores, os autores destacam: “Estar de acordo acerca de um valor é admitir que um objeto, um ser ou um ideal deva exercer sobre a ação e as disposições à ação uma influência determinada, que se pode alegar numa argumentação, sem se considerar, porém, que esse ponto de vista se impõe a todos.”²²

Os valores estão presentes nos conjuntos das idéias e das opiniões; eles assinalam modos particulares de agir, de pensar e reforçam ainda a existência em uma sociedade da multiplicidade de grupos. Os autores distinguem tipos de valores: os abstratos e concretos; aos valores abstratos correspondem, por exemplo, a justiça ou a veracidade; e os valores concretos podem ser atribuídos à França e à Igreja. Podemos observar que a tarefa de um orador que está diante de um auditório particular é mais difícil, pois os conceitos de que se vale são mais fluidos.

Os valores diferem das verdades, pois não são considerados como generalizações de fatos; os valores intervêm na argumentação e no raciocínio científico, neste, por exemplo, estão restritos à elaboração de conceitos e regras. Na política, na filosofia e no direito os valores servem como base da argumentação no decorrer de todo o discurso. Os valores são utilizados para justificar escolhas e, através delas, pretende-se persuadir o ouvinte a aceitar um ponto de vista; o papel dos valores na argumentação é justificar escolhas sobre as quais não há acordo unânime.

²² PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo; Martins Fontes, 1996. p. 84.

As hierarquias são justificadas em virtude dos valores, pois são expressas e apreendidas através dos valores veiculados no discurso. A argumentação pode se alicerçar nas hierarquias concretas e nas abstratas; as hierarquias concretas expressam a superioridade dos homens sobre os animais, de Deus sobre os homens e as hierarquias abstratas expressam a superioridade do justo sobre o útil.

Os lugares correspondem ao local de onde se retiram as premissas que permitem fundar os valores e são caracterizados como:

- a) lugar de quantidade;
- b) lugar de qualidade;
- c) outros lugares.

Através da noção do *lugar de quantidade*, isto é, da superioridade em função da adesão da maioria, é possível fundamentar certas concepções de democracia.

O *lugar de qualidade* aparece na argumentação para contestar a verdade dos números. Nesse caso, o preferível é o que conta com a qualidade.

Os *outros lugares* estão relacionados aos lugares de quantidade e de qualidade, são os seguintes: os lugares da ordem afirmam a superioridade do anterior; os lugares do existente afirmam a superioridade do que existe; os lugares de essência afirmam a superioridade dos que representam bem a essência de uma espécie, um “belo coelho” caracteriza as qualidades atribuídas a um coelho. Os lugares mencionados são os de uso mais freqüente, existem outros cujo significado é mais limitado.

A seleção prévia dos elementos que servirão de ponto de partida à argumentação tem por função influenciar o auditório e pressupõe um acordo. Para cada auditório existe um conjunto de elementos capaz de exercer uma determinada influência. Esse conjunto assemelha-se a um sistema de referência que serve para testar as argumentações. A seleção das premissas obedece a um critério definido previamente, seja pela relevância quanto ao caráter quantitativo da argumentação seja qualitativo.

A importância da seleção consiste na escolha dos elementos a serem utilizados e na técnica da apresentação desses elementos. O orador, ao selecionar os argumentos, guia-se

através da noção “força dos argumentos”²³ que se deve tanto à dificuldade de combater um dado argumento, quanto à qualidade inerente a um argumento; a força argumentativa modifica-se conforme o auditório e o objetivo da argumentação, ela é determinada segundo as “regras de justiça”²⁴, observa-se o que numa dada situação serviu para convencer e aplica-se a uma situação semelhante. O “contexto tradicional”²⁵ é responsável pela força dos argumentos, isto é, uma situação que sirva de ponto de referência e sejam conhecidos os meios adequados para desenvolver um raciocínio. A força do argumento é determinada pelos auditórios; ela é uma norma social, não é inerente à estrutura da língua, situa-se fora da língua. A seguir ilustraremos a noção de força argumentativa recorrendo ao texto abaixo retirado do painel do leitor, coluna do jornal Folha de São Paulo.

Texto 1

ACM

“Jornalista Clóvis Rossi: Não meto medo a ninguém, muito menos ao senhor presidente da República, a quem tenho estima e respeito. Entretanto, gosto de enfrentar os canalhas como o senhor. Se o senhor pode opinar, sendo quem é, em assuntos políticos, como não eu, que tenho a honra de representar o meu Estado com expressivas votações, sendo ainda duas vezes presidente do Senado Federal, o que me torna um interlocutor político algumas vezes indispensável.”²⁶

Resposta do jornalista Clóvis Rossi.

Remeto o leitor à carta assinada pelo próprio ACM, publicada neste mesmo espaço, no dia 4/12/98, bem recente, portanto: “Como ninguém o desconhece, jornalista Clóvis Rossi, mais uma vez louvo a sua capacidade, jovialidade de jornalista, dignidade e coragem que encantam os seus leitores. Do senhor não poderia esperar outra coisa.” Eu tampouco esperava outra coisa de senhor que não fosse o elogio quando lhe interessa e insulto quando incomodado.”²⁷

²³ *ibid.* p. 524.

²⁴ *ibid.* p. 528.

²⁵ *ibid.* p. 528.

²⁶ MAGALHÃES, Antônio Carlos. ACM. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 de jun. de 1999, Cad. 1, p. 3.

²⁷ ROSSI, Clóvis. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 de jun. De 1999, Cad. 1 p.3.

O jornalista Clóvis Rossi, ao refutar afirmações do senador Antônio Carlos Magalhães, destaca um fragmento de uma carta do senador publicada anteriormente no mesmo jornal. O jornalista apresenta contra-argumentos às acusações feitas por ACM. A força argumentativa é caracterizada na estratégia nuclear utilizada, isto é, a citação do pronunciamento de uma autoridade, no caso do próprio ACM com intenção de ridicularizar o senador através da ironia. A força argumentativa desdobra-se na premissa usada pelo senador no fragmento citado por Rossi - o elogio à capacidade do jornalista - que é contraditório à premissa inscrita na carta de Magalhães - o insulto à competência do jornalista.

Com base nos elementos que compreendem as condições prévias à argumentação e as premissas que servem como ponto de partida à argumentação, poder-se-ia organizar o seguinte quadro:

CONDIÇÕES PRÉVIAS À ARGUMENTAÇÃO	PONTO DE PARTIDA DA ARGUMENTAÇÃO	
A formação de uma comunidade dos espíritos	PREMISSAS DA ARGUMENTAÇÃO	
O contato dos espíritos; A atenção do ouvinte; O conhecimento do auditório; O conhecimento dos meios de influenciar o auditório; A adaptação do discurso ao auditório; As características do auditório.	o acordo com o auditório universal	o acordo com o auditório particular
	Os fatos; as verdades; as presunções.	Os valores; As hierarquias; Os lugares do preferível.

2.4 DIZER A CADA PÚBLICO ESPECÍFICO O QUE MAIS GOSTA DE OUVIR

Entre os antigos, a retórica se apresentava como a arte de falar em público de forma persuasiva; a idéia de adesão à qual se dirige um discurso era essencial à retórica. De acordo com essa perspectiva, o discurso do orador organizava-se em função do gênero de auditório,

mas o raciocínio dialético não pode reduzir-se a expedientes retóricos, guiados apenas pelo desejo do orador de sair-se bem num embate.

O raciocínio dialético, tal como formulado por Aristóteles,²⁸ foi relegado ao campo dos sofismas, embora o filósofo não tivesse pressuposto que qualquer argumento pudesse, pela força retórica de quem o sustentasse, alcançar o estatuto de argumentação dialética. As técnicas de persuasão passaram a ser usadas por oradores hábeis que lançaram mão de quaisquer recursos para obter a adesão.

Uma leitora da Folha de São Paulo tem sua carta publicada no painel do leitor. Ela faz alusão às falácias do presidente Fernando Henrique Cardoso, afirmando que o uso retórico é uma estratégia desgastada.

Texto 2

Ginástica retórica

A ironia é a arma dos que não sabem o que fazer. Nosso presidente diz que não se muda o Brasil com ginástica retórica, mas ele próprio não faz outra coisa a não ser usar do expediente combatido. Enquanto isso, o Brasil não muda.²⁹

Selecionamos o texto a seguir de uma coluna do jornal Folha de São Paulo para ilustrar que a adaptação do discurso ao auditório não pode ser interpretada como uma estratégia do consenso e destacar que, no texto, os valores servem como premissas da argumentação.

Texto 3

O LUCRO DE CADA QUAL

Na segunda-feira, em Londres, Fernando Henrique Cardoso era o vendedor exuberante, capaz de pintar, no produto a vender, qualidades talvez superiores à realidade.

Oferecia aos empresários britânicos um Brasil de “altos lucros, com baixos riscos”.

²⁸ COELHO, Fábio Ulhoa. Prefácio à edição brasileira. In: PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie Olbrechts. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. XII.

²⁹ SALGADO, Fátima Regina Saboya, *Ginástica Retórica*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 de jun. de 1999, Cad. 1, p.3

Ontem, FHC trocou o terno de vendedor pela casaca de gala dos contritos que visitam o Vaticano e o papa. Vendeu-lhe outros valores.

Exemplo: “Há poucas semanas, Vossa Santidade recordou que a busca de maior eficiência no mundo do trabalho é universal e legítima, mas não pode ter por objetivo apenas o lucro. Essa mensagem calou fundo no Brasil”.

Exemplo adicional: o presidente considerou “iluminadas” as palavras do papa ao pregar a reconstrução do mundo, pós-Guerra Fria, “com base em valores morais fortes, dos mais ricos e dos mais poderosos, que pretendem impor seus padrões culturais, exigências econômicas ou modelos ideológicos”.

Depois, FHC fica irritado quando os jornais dizem que ele mandou esquecer o que escrevera e nega que tenha feito.

Admitamos que valha tudo o que ele escreveu e que o mundo é que mudou, obrigando-o a rever posições, o que de resto todos fazemos cedo ou tarde, até que o esclerosamento nos impeça.

Mas como interpretar discursos tão fundamentalmente diferentes, em apenas quatro dias, de segunda-feira para sexta-feira?

Será que o presidente fica possuído pelo local em que fala? Na segunda-feira, enchia a boca na City londrina, em que o lucro é um valor acima de qualquer outro.

Na sexta, estava no Vaticano, que não despreza exatamente o lucro, mas enfim, em matéria de discurso prefere valores mais intangíveis.

Vai ver que é isso mesmo que funciona.

Dizer a cada público o que aquele público específico mais gosta de ouvir.³⁰

A competência oratória do presidente é representada pela capacidade de adaptar o discurso ao auditório. Fernando Henrique percebe as características do público ao qual se dirige, assim como conhece os meios de influenciá-lo, pois em Londres, diante dos empresários, era “o vendedor exuberante”; dias depois, troca “o terno de vendedor pela casaca de gala dos contritos” e fala ao papa. A adaptação do orador ao auditório, como forma de orientar a argumentação caracteriza o discurso camaleônico do presidente, encoberto por uma pretensa neutralidade

O pronunciamento do presidente, destacado por Rossi, tem como ponto de partida premissas que tomam por base valores aceitos por cada grupo em particular. Fernando Henrique ofereceu aos empresários britânicos “um Brasil de altos lucros, com baixos riscos.” Diante dos empresários britânicos, o presidente utiliza o lucro como base de sustentação de seu discurso, já que, para esses empresários o lucro é “um valor acima de qualquer outro”. Ao

³⁰ ROSSI, Clóvis. O lucro de cada qual. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 de fev. 1997, Cad. 1 p.2.

papa, porém, vende “outros valores”, ou seja, considera que as relações de trabalho não podem ter por fim apenas o lucro. O presidente também cita palavras do papa, ressaltando “valores morais” como forma de contrapor modelos ideológicos hegemônicos. O lucro fundamentou a argumentação destinada a um grupo particular, os empresários britânicos, pois esse é um valor compartilhado por essa comunidade, mas o lucro é desqualificado quando o orador encontra-se no Vaticano, lá o presidente prefere “valores mais intangíveis.”

O paradoxo inscrito no pronunciamento do presidente é justificado ironicamente por Rossi: “Vai ver que é isso mesmo que funciona. Dizer a cada público o que aquele público específico mais gosta de ouvir.”

Ao utilizar pronunciamentos de Fernando Henrique Cardoso, Rossi faz uma crítica sutil à competência retórica do presidente, dessacralizando, através da ironia, um discurso dissimulado, encoberto pelo discurso oficial; a competência oratória do presidente torna-se banal por ser revestida pelo discurso do consenso.

A dessacralização do discurso oficial destaca-se nos enunciados não referenciais, pois há uma simulação de uma situação. O título “O lucro de cada qual,” por exemplo, apresenta uma ambigüidade expressiva, pode ser compreendido como o lucro apresentado aos empresários britânicos ou o lucro desqualificado diante do papa; é possível ainda considerar o lucro do próprio orador Fernando Henrique Cardoso por adaptar seu discurso a cada público.

O ponto de partida da argumentação não pode estar pautado na estratégia do consenso, numa pretensa neutralidade, se isso ocorrer não se tem argumentação, pois coloca-se de lado a discussão, o debate e a existência da pluralidade de valores e opiniões.

2.5 ALGUMAS TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS

Exporemos, neste item, algumas técnicas argumentativas abordadas na terceira parte do *tratado*. Algumas dessas técnicas serão utilizadas, no quinto capítulo, como instrumento para caracterizar alguns esquemas argumentativos que corroboram com argumentação irônica.

As técnicas constituem-se de operações argumentativas selecionadas e apresentadas em função da imagem que se tem dos auditórios, das características e dos meios mais adequados para convencê-los ou persuadi-los a concordar com um determinado pressuposto.

As técnicas, embora estejam presentes no discurso, não são claramente percebidas pelo leitor; essa é, então, uma das razões que nos levaram a destacá-las. Não se trata de apresentar fórmulas fixas, modelos da argumentação, mas demonstrar a presença desses elementos na constituição do procedimento argumentativo.

Dentre os esquemas argumentativos estudados por PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1996), comentaremos apenas alguns dos que se inserem no “processo de ligação”³¹, sejam eles: os “argumentos quase-lógicos,”³² os “argumentos baseados na estrutura do real”³³ e “os argumentos que visam fundar a estrutura do real”³⁴.

Os esquemas argumentativos não constituem entidades isoladas. Podemos interpretar um raciocínio segundo um ou outro esquema, assim como considerar que certos argumentos possam pertencer tanto a uma como a outra estrutura argumentativa. Ao assinalarmos algumas dessas técnicas, estaremos apenas ilustrando estruturas argumentativas. Os esquemas que seguem são compreendidos como argumentos quando inseridos num contexto discursivo.

2.5.1 OS ARGUMENTOS QUASE-LÓGICOS

Esses argumentos podem ser comparáveis aos raciocínios formais, lógicos ou matemáticos, mas existem diferenças entre essas argumentações e as demonstrações formais. Somente um esforço de redução ou de precisão de natureza não-formal dá a esses argumentos uma aparência demonstrativa, por isso são qualificados de argumentos quase-lógicos. As reduções exigidas que submetem a argumentação aos esquemas formais referem-se ora aos termos do discurso, compreendidos como entidades homogêneas, ora às estruturas que se

³¹ PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins fontes, 1996. p. 215.

³² *ibid.*, p. 219.

³³ *ibid.*, p. 297.

³⁴ *ibid.*, p. 399.

assemelham às relações lógicas ou matemáticas; esses dois aspectos de redução estão ligados. Seleccionamos alguns argumentos quase - lógicos destacados a seguir.

a) Contradição e incompatibilidade ³⁵

Do ponto de vista formal, a contradição lógica liga-se intrinsecamente ao sistema e é inelutável no âmbito das convenções formais. Na argumentação, contudo, “as premissas apenas raramente são inteiramente explicitadas e, quando o são, raramente definidas de um modo inteiramente unívoco; nelas, o campo e as condições de aplicação variam com as circunstâncias, das quais, aliás, fazem parte as próprias decisões dos participantes do debate”³⁶. Na argumentação, as teses combatidas levam a uma incompatibilidade, elas são incompatíveis não por razões puramente formais, como nas asserções contraditórias, a incompatibilidade requer a compreensão quer da natureza das coisas, quer de uma decisão humana.

Num sistema formal, a asserção de uma proposição quando apresenta uma contradição no sistema, torna-o incoerente, não podendo ser utilizado, portanto consideram-se contraditórios pelo menos certos elementos do sistema. A linguagem utilizada na argumentação não é considerada unívoca, como a de um sistema formal: pode-se, portanto, observar que a contradição não se limita à estrutura do enunciado, é possível destacar incompatibilidade entre pontos de vista distintos.

No “Novo manual da redação”³⁷ organizado pela Folha de São Paulo, recomenda-se ao jornalista que ao analisar o fato identifique atitudes incompatíveis, apresentando versões diferentes sobre o mesmo fato. Ao utilizar esse recurso, o jornalista explica vários aspectos da notícia, em vez de imaginar que o leitor já os conheça. Mas a incompatibilidade pode ser usada ironicamente em função argumentativa com o propósito de persuadir o leitor a aceitar um ponto de vista. No texto 1, apresentado anteriormente, a citação feita por Rossi de uma carta de ACM caracterizou uma contradição do senador, pois o elogio feito ao jornalista Clovis Rossi foi contraposto à ofensa; a capacidade e a coragem, antes ressaltadas, foram

³⁵ Utilizaremos essa técnica no quinto capítulo ao analisarmos o texto jornalístico.

³⁶ *ibid.*, p. 222

³⁷ MANUAL DA REDAÇÃO. São Paulo: Folha da São Paulo, 1992. p.36.

depois subestimadas. A contradição gerou uma interpretação irônica das palavras do senador; com efeito, ele foi ridicularizado.

b) Identidade e definição na argumentação

A definição de um termo passa por uma escolha que é feita dentro de um conjunto de definições; à medida que essa escolha é feita, a definição selecionada passa a ter caráter de uma identidade por satisfazer o contexto próprio em que se insere no texto. As definições em seu caráter argumentativo podem ser vistas sob dois ângulos: justificam-se com ajuda de argumentos ou constituem-se como argumentos. De um modo ou de outro, a definição destaca um ponto de vista que se deseja defender. No texto jornalístico, por exemplo, o uso de definições é normalmente um recurso didático, pois ao supor que o leitor não esteja familiarizado com alguns termos, utilizados na matéria, o jornalista passa a defini-los, mas essa estratégia pode ter função argumentativa, quando usada para convencer ou persuadir o leitor.

c) Argumentos de reciprocidade

Na lógica formal considera-se uma relação simétrica, quando uma mesma relação pode ser afirmada tanto entre *b* e *a* como entre *a* e *b*. PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1996) recorrem a alguns exemplos de autores clássicos, como Aristóteles e Quintiliano para demonstrar os argumentos de reciprocidade: “Se não é vergonhoso para vós vendê-los, também não o é para nós comprá-los. O que é honroso aprender, também é honroso ensinar.”³⁸

Esses argumentos baseiam-se numa mesma relação entre o antecedente e o conseqüente; apresentam-se como argumentos quase-lógicos por serem ao mesmo tempo formais e fundamentados na natureza das coisas. Mas as condições de aplicação dos argumentos de reciprocidade não são, geralmente, de todo formais, pois tais condições

³⁸ PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 251.

resultam de uma análise sobre a relevância dos elementos que distinguem situações, julgadas simétricas de acordo com um ponto de vista.

d) Argumentos de transitividade

A transitividade é admitida quando é possível “passar da afirmação de que existe a mesma relação entre a e b e entre os termos b e c , à conclusão de que ela existe entre os termos a e c : as relações de igualdade, de superioridade, de inclusão, de ascendência são relações transitivas”.³⁹ No exemplo “os amigos de nossos amigos são nossos amigos,”⁴⁰ a amizade apresenta-se como uma relação transitiva. Os autores fazem algumas demonstrações a partir desse exemplo para apontar a diversidade dos esquemas argumentativos que podem estar envolvidos. Os argumentos de transitividade podem ser utilizados para ressaltar uma série de relações transitivas, como a que veremos abaixo:

(...) em vez de uma transferência do tipo $a R b, b R c$, pode-se ver aí uma transferência do tipo $a = b, b = c$, logo, $a = c$ (supondo-se que a amizade estabelece uma igualdade entre certos parceiros - e essa mesma igualdade pode ser concebida não como relação, mas como o pertencer a uma classe); pode-se ainda ver aí uma transferência do tipo $a R b, c R b$, logo, $a R c$ (supondo-se que a amizade é uma relação transitiva e, além disso simétrica). É sob este último aspecto que a amizade aparece, quando esta exclamação é posta na boca de um moço enxotado sucessivamente pelo pai e pelo tio, irmãos inimigos, por haver socorrido um e depois o outro: Amem-se um ao outro! Ambos me amaram. (PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 257-258)

Podemos observar que as relações transitivas caracterizam relações de inclusão, de ascendência e de gênero-espécie.

e) A inclusão da parte no todo e a divisão do todo em partes⁴¹

Podemos ter dois tipos de argumentos ocasionados pela relação de inclusão: os que demonstram a inclusão da parte num todo e os que dividem o todo em partes. Os argumentos baseados na inclusão da parte no todo confrontam o todo com uma das partes; não atribuem qualidade particular nem ao todo nem à parte, tratam igualmente cada uma das partes. Nesse

³⁹ Ibid., p. 257.

⁴⁰ Ibid., p. 257.

⁴¹ Utilizaremos essa técnica argumentativa no quinto capítulo ao analisarmos o texto jornalístico.

tipo de argumentação, é analisada somente a relação de equivalência entre o todo e a parte; tal procedimento permite apresentar argumentações do tipo: “o que vale para o todo vale para a parte”.⁴² Os autores do *tratado* tomam a seguinte afirmativa de Locke para exemplificar essa relação: “Nada do que não é permitido pela lei a toda a Igreja, pode, por algum direito eclesiástico, tornar-se legal para algum de seus membros.”⁴³

A relação do todo com as suas partes pode ser vista como uma relação de quantidade, pois o todo engloba a parte e conseqüentemente é mais relevante do que ela. O valor da parte é proporcional à parcela que ocupa na sua relação com o todo; a superioridade do todo é destacada no exemplo citado: “Os mestres que fazem a educação dos particulares só prestam serviço aos seus alunos; mas todo aquele que inclinasse para a virtude os senhores da massa prestaria serviço tanto a uns como aos outros, aos que detêm o poder e aos que estão sob a sua autoridade.”⁴⁴

A divisão do todo em suas partes fundamenta os argumentos denominados “argumentos de divisão ou partição;”⁴⁵ chega-se ao todo através da soma de suas partes; os autores do *tratado* fornecem o seguinte exemplo utilizado por Aristóteles: “Todos os homens cometem a injustiça com três finalidades (esta, essa ou aquela); e por duas razões o delito era impossível; quanto à terceira, os próprios adversários não a mencionam.”⁴⁶

f) Os argumentos de comparação ⁴⁷

Na comparação, vários objetos são apontados para serem avaliados um em relação ao outro. Nas afirmativas: “Suas faces são vermelhas como maçãs”, “Paris tem três vezes mais habitantes do que Bruxelas”, “Ele é mais belo do que Adónis”⁴⁸, foram comparadas realidades e tais comparações se assemelham às provas, pois a idéia de medição está subjacente aos enunciados comparativos.

⁴² *ibid.*, p. 262 .

⁴³ *ibid.*, p. 262.

⁴⁴ *ibid.*, p.262.

⁴⁵ *ibid.*, p. 265.

⁴⁶ *ibid.*, p.265.

⁴⁷ Utilizaremos essa técnica argumentativa no quinto capítulo ao fazermos a análise do texto jornalístico.

⁴⁸ *ibid.*, p. 274.

A idéia de medida pode ser expressa nos enunciados a partir de critérios simples e complexos. Os critérios simples caracterizam-se pela oposição (pesado, leve); ordenamento (mais pesado do que); ordenação quantitativa (a pesagem através de unidade). Já os critérios complexos podem ser denominados pela decomposição de uma noção, tal como a operam os estatísticos, pode-se medir o grau de instrução, o número de bibliotecas públicas e outros.

Embora os argumentos de comparação, em princípio, sejam diferentes das comparações efetivamente mensuráveis, é a aproximação dos valores de medida que dá a esses argumentos força persuasiva. A escolha dos termos de comparação deve, pois, levar em conta a adesão do auditório, uma vez que é vantajoso descrever, por exemplo, “um país como tendo nove vezes o tamanho da França em vez de descrevê-lo como tendo a metade do tamanho do Brasil.”⁴⁹

2.5.2 OS ARGUMENTOS BASEADOS NA ESTRUTURA DO REAL

Ao analisar diferentes tipos de argumentos classificados conforme as estruturas do real às quais se aplicam, os autores do *tratado* não pretendem traçar uma descrição objetiva do real, mas desejam apontar a maneira pela qual se apresentam as opiniões concernentes à dada realidade.

Dentre os argumentos fundamentados na estrutura do real, são apontados os que se “aplicam às ligações de sucessão”⁵⁰, que unem um fenômeno a suas conseqüências ou a suas causas, e os “argumentos que se aplicam às ligações de coexistência”⁵¹ que ligam duas realidades de níveis diferentes. Limitar-nos-emos neste trabalho ao argumento de autoridade que diz respeito às ligações de coexistência.

a) O argumento de autoridade ⁵²

Esse argumento é utilizado como prova de uma tese. Constitui-se, pois, por atos ou juízos de pessoas ou de um grupo que goza de prestígio. As autoridades a quem se pode

⁴⁹ *ibid.*, p. 278.

⁵⁰ *ibid.*, p. 299.

⁵¹ *ibid.*, p. 333.

⁵² Recorreremos a essa técnica argumentativa no quinto capítulo ao analisarmos o texto jornalístico.

recorrer são variáveis. Recorre-se ora “ao ‘parecer unânime’ ou a ‘opinião comum’, ora certas categorias de homens, ‘os cientistas’, ‘os filósofos’, ‘os padres da igreja’, ‘os profetas’; por vezes a autoridade será impessoal: ‘a física’, ‘a doutrina’, ‘a religião’, ‘a bíblia’; por vezes se tratará de autoridades designadas pelo nome.”⁵³ A autoridade do grande número caracteriza um outro argumento de autoridade; esse argumento está subjacente ao argumento do normal.

Ao utilizar uma citação, o orador estabelece para com seu auditório a imagem de que conhece o assunto exposto, por ter lido o que os autores pensam sobre o tema, assim como torna os autores citados fiadores do ponto de vista que está defendendo. Pode-se recorrer ao argumento de autoridade, quando o acordo sobre o que se expressa está sujeito a ser questionado. No fragmento a seguir, a jornalista Cilene Pereira recorre a conclusões tiradas por psicólogos para demonstrar que é permitido aos pais impor limites a seus filhos, determinando regras a serem seguidas dentro e fora de casa: “mais do que permitidos, limites e regras são necessários para a formação da criança. E quem diz isso não é nenhuma governanta alemã, ou coisa parecida, mas os psicólogos, justamente aqueles cujas opiniões são respeitadas e seguidas pelos pais como uma espécie de bíblia.”⁵⁴

A importância do argumento de autoridade é favorecida pela caracterização da competência, mas muitas vezes não é a competência que prevalece para descrever um argumento de autoridade, ele pode ser considerado como tal por ser a expressão do poder vigente.

No Novo manual da redação (1992), publicado pela Folha de São Paulo, recomenda-se aos jornalistas que recorram a declarações inteligentes, famosas, para que a análise do fato fique interessante. Mas é preciso considerar que mesmo recorrendo a enunciados considerados pelo seu prestígio, o acordo que se quer com esses argumentos poderá ser posto em dúvida por um grupo particular. É preciso ter claro que um enunciado pode ser reconhecido como válido numa determinada época, de acordo com um grupo. Entretanto, não se pode perder de vista que o argumento de autoridade pode ser contestado

⁵³ Ibid., p. 350.

⁵⁴ PEREIRA, Cilene. A volta do chinelo. **ISTOÉ**, São Paulo nº 1346. 19 de julho de 1995. p. 52. Fizemos algumas adaptações no fragmento acima para que pudéssemos destacar a relevância do argumento por autoridade.

por um outro grupo. Quando isso ocorre inicia-se uma outra etapa no processo de argumentação.

2.5.3 AS LIGAÇÕES QUE FUNDAMENTAM A ESTRUTURA DO REAL

Descreveremos a maneira pela qual o exemplo, a ilustração e a analogia fundamentam o real.

a) O exemplo

O exemplo é utilizado como um recurso que fundamenta uma regra, ele deve levar à formulação de uma lei; a argumentação pelo exemplo deve permitir uma generalização. Considera-se um argumento pelo exemplo quando se expõe o enriquecimento à custa do Estado de setores minoritários da sociedade, beneficiados por meio de juros subsidiados e anistias fiscais. Utiliza-se esse exemplo para evidenciar que o Estado privilegiou alguns setores da sociedade em detrimento de outros, portanto é preciso que o Estado cumpra sua finalidade: promover o bem comum da maioria da população.

Quando o orador não evidencia nenhum tipo de conclusão dos fatos apontados, não se pode ter certeza de que o enunciado exposto seja considerado como um exemplo. Para que seja considerado como tal, é necessário que tenha estatuto de fato; o exemplo deve, pois, direcionar para esse estatuto. A rejeição de um exemplo enfraquece a adesão à tese defendida, pois sua escolha, que tem estatuto de prova, compromete o orador por representar o ponto de vista em que ele acredita.

b) A ilustração

Esse recurso argumentativo constitui casos particulares que esclarecem o enunciado geral. Tem-se uma ilustração quando se diz que os moradores das favelas não são agradecidos à proteção dos traficantes e na sequência apresentam-se casos de mães que temem ver seus filhos atraídos por quadrilhas de traficantes.

A ilustração aumenta a presença, consolidando uma regra por meio de um caso particular; com efeito, a ilustração é escolhida muitas vezes em razão da repercussão que pode gerar. Com frequência, a ilustração objetiva facilitar a compreensão de uma regra.

A ilustração voluntariamente inadequada pode ter por finalidade a ironia, como é o caso do período a seguir: “Você tem de respeitar seus pais; quando um deles o repreender, replique-lhe vivamente.”⁵⁵. Neste caso, a seriedade da regra é posta em dúvida.

c) A analogia

A analogia caracteriza-se pela semelhança entre estruturas. Ela pode ser representada pela fórmula genérica: A está para B assim como C está para D. Essa fórmula é exemplificada através de um enunciado de Aristóteles: “Assim como os olhos dos morcegos são ofuscados pela luz do dia, a inteligência de nossa alma é ofuscada pelas coisas mais naturalmente evidentes.”⁵⁶

Os autores chamam de tema os termos A e B (inteligência da alma, evidência), consideram que sobre eles recai a conclusão; e chamam de foro os termos C e D (olhos de morcego, luz do dia) que servem para fundamentar o raciocínio. O foro é normalmente mais conhecido do que o tema, a estrutura do foro deve permitir que se esclareça o tema, entre o tema e o foro deve existir uma relação assimétrica, logo devem, foro e tema, pertencer a áreas diferentes. Quando duas relações confrontadas pertencem a uma mesma área e estão ligadas a uma estrutura comum, temos o raciocínio pelo exemplo ou pela ilustração e não uma analogia. No caso do exemplo ou da ilustração, o tema e o foro fornecem dois casos particulares de uma mesma regra.

A presença do exemplo, da ilustração e da analogia no texto jornalístico estabelece a idéia de que o jornal tem um compromisso com os leitores, esclarecendo os fatos e não apresentando opiniões gratuitas. O uso desses procedimentos torna os argumentos mais claros e a análise feita mais interessante ao leitor. É preciso tomar cuidado para que o uso das generalizações, dos casos singulares e das semelhanças de estruturas não seja indevido, pois pode-se chegar à conclusão contrária ao fato relatado.

⁵⁵ PERELMAN, Chaïm; TYTECA, Lucie Olbrechts. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.411.

⁵⁶ Citado por PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tatado da Argumentação: a nova retórica**, São Paulo: Martins fontes, 1996. p. 424.

2.6 ALGUNS ASPECTOS DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO APLICADOS AO TRABALHO

Nos estudos realizados por PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1996), a argumentação foi vista a partir da noção retórica e filosófica. Da retórica os autores conservaram a noção de auditório que deve orientar todas as atividades de fala. O orador esforça-se perante o auditório para obter a adesão à tese defendida, portanto é em função da imagem que o orador tem de seu auditório que a argumentação se orienta.

A argumentação se vincula ao caráter interpessoal da linguagem, uma vez que institui uma identidade entre orador e auditório, através do chamado jogo de imagens.⁵⁷ Dito de outro modo, “as formações imaginárias constituem-se em condições de produção de enunciados nos processos interacionais.”⁵⁸ As práticas argumentativas são, pois, permeadas por acordos entre orador e auditório; tais acordos fundamentam-se em premissas. Na argumentação pela ironia, há premissas que são fundamentadas em valores identificados pelo interlocutor irônico a partir de inferências pragmáticas; os valores constituem-se como objetos de acordo da argumentação irônica.

A perspectiva filosófica presente no tratado inscreve a Teoria da Argumentação numa filosofia do conhecimento, uma vez que os procedimentos argumentativos constituem-se como meios de elaboração do saber; toda vez que um pressuposto contraria o estabelecido é dado prosseguimento à argumentação.

A compreensão de um texto consiste na apreensão de suas possíveis significações; as técnicas argumentativas funcionam como indicações, através das quais é possível reconstruir o evento da enunciação, explicar o roteiro de produção do material escrito. Utilizaremos as técnicas como um instrumento para destacar algumas estruturas

⁵⁷ O termo jogo de imagens diz respeito ao que PÊCHEUX (1990) denominou de “formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do outro.” As condições prévias à argumentação inscritas no *tratado* limitam-se à imagem que o orador elabora de seu auditório, o que vale dizer, a imagem de B (auditório) para o sujeito colocado em A (orador). Segundo PÊCHEUX (1990) os lugares são determinados na estrutura de uma formação social, por exemplo, o lugar do patrão (diretor, chefe) ou do operário. No *tratado*, a imagem elaborada pelo orador de seu auditório diz respeito às determinações psicológicas e sociológicas atribuídas pelo orador de acordo com o ponto de vista que tem do auditório. Parece-nos interessante relacionar as condições prévias à argumentação, delineadas no *tratado* com as condições de produção desenvolvidas por PÊCHEUX (1990), mas não nos deteremos a essa questão neste trabalho; faremos alusão à noção de auditório como elemento norteador das práticas argumentativas. PÊCHEUX, Michel. *Análise automática do discurso*. In GADET e HAK. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 82.

⁵⁸ GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins fontes, 1991. p. 72.

argumentativas, isto é, localizar algumas manobras retóricas que favorecem a argumentação irônica.

A interpretação do texto fundamenta-se na suposição de que é possível determinar as intenções básicas do orador, captar o que quis dizer. Esse exercício obriga o leitor a suprir os elos faltantes, o que sempre é um risco. Afirmar que as intenções do orador podem ser representadas conforme os esquemas interpretativos que destacaremos, não passa de uma hipótese mais ou menos provável; não consideramos que esses esquemas possam ser tidos como únicos e verdadeiros. O texto é constituído por pistas, indicações, vazios que podem ser preenchidos, combinados de várias maneiras. As técnicas argumentativas são esquemas que podem intensificar a adesão, mas não são os responsáveis pela adesão; há um conjunto bastante amplo de fatores que favorecem a acolhida de uma tese pelo auditório: a interação entre os diversos argumentos enunciados, entre esses e a situação argumentativa e, também, entre os argumentos enunciados e sua conclusão; com efeito, as técnicas não podem ser confundidas com regras para efetuar a argumentação. Se assim ocorrer, limitar-se-ão a reproduzir modelos de discurso persuasivo. Não se pode aproximar as técnicas de métodos de argumentação, justamente porque os métodos subtraem da argumentação o seu aspecto mais relevante: as condições de produção de enunciação nos processos interacionais.

3 A ARGUMENTAÇÃO SOB O OLHAR DA SEMÂNTICA

Um ponto de contato entre o trabalho de Ducrot e o de Perelman e Obrechts-Tyteca é a busca de estruturas argumentativas, muito embora, essas estruturas sejam analisadas diferentemente. Ducrot, Anscombre e colaboradores estudam a argumentação a partir da perspectiva lingüística; as estruturas argumentativas inserem-se no nível lingüístico fundamental, ou seja, a argumentação é analisada a partir de mecanismos semânticos projetados pela própria estrutura lingüística. Já os autores do *tratado* concebem a argumentação externa à língua, projetam seus estudos em manobras discursivas- as técnicas argumentativas - nelas intervêm mecanismos de interpretação particular a cada situação. Há, pois, mecanismos argumentativos distintos: os lingüísticos e os não-lingüísticos. Os primeiros são instruções argumentativas de sentido inscritas na língua e os outros são mecanismos de interpretação particular a cada situação discursiva, constituem-se manobras retóricas que não estão inscritas no nível lingüístico fundamental.

Existem, também, alguns pontos de divergência entre os pressupostos atuais de Ducrot e os inscritos no *tratado*. Embora PERELMAN e OBRECHTS-TYTECA (1996) façam uma crítica aos procedimentos de raciocínio implantados pela racionalidade cartesiana, que tem na lógica um meio de evidenciar a verdade dos fatos, inspiram-se nos lógicos para imitar seus métodos. As técnicas argumentativas são normalmente explicitadas a partir da adaptação de procedimentos lógicos. Ducrot, por sua vez, revê atualmente a influência de procedimentos lógicos presentes em seus primeiros postulados sobre a argumentação; a questão do valor de verdade dos enunciados é posta de lado pelo lingüísta. Para ele, a lógica não pode representar a estrutura profunda de uma língua natural.¹

Um dos fios que conduziram o trabalho de Ducrot e seus colaboradores, em destaque Jean-Claude Anscombre, foi a problemática da significação da linguagem. Eles

¹ MOURA, Heronides Maurílio de Melo. *Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot*. D.E.L.T.A., Vol 14, nº1, 1998.p.175.

percorreram um longo caminho até chegarem a conceber o sentido argumentativo do enunciado e a definirem traços específicos que explicitassem a teoria.

Neste capítulo, apresentaremos uma síntese das fases do trabalho de Ducrot e colaboradores, evidenciando o caminhar progressivo que caracteriza o trabalho científico que vem sendo realizado. A sequência exposta a seguir tem um caráter metodológico, não nos pareceu que o percurso do trabalho tenha sido linear e, sim, espiral, pois os pressupostos estão continuamente sendo retomados e ampliados, a fim de que seja possível demonstrar o ponto de articulação entre língua e discurso.

Descreveremos, primeiramente, a fase do trabalho em que se buscou explicitar a relação entre lógica e linguagem, através do procedimento formal utilizado para demonstrar a ironia; partiu-se da visão tradicional implantada pela retórica clássica, segundo a qual a ironia seria uma figura cujo sentido é o contrário do que se quer dizer, e formalizaram-se no componente lingüístico regras semânticas para evidenciar a inversão de sentido inerente a essa figura.

Em segundo lugar, apresentaremos alguns pressupostos da Teoria argumentativa do sentido, formulados e reformulados desde o Descritivismo radical até a Teoria da argumentação na língua. Em seguida, descreveremos aspectos da Teoria dos “topoi” que alargaram os pressupostos inerentes à Teoria da argumentação na língua. Na Teoria dos “topoi” as instruções de sentido aparecem inscritas nos “topoi”, princípios gerais responsáveis pelos encadeamentos discursivos; por meio dos “topoi” a descrição do sentido se faz em termos argumentativos.

A seguir apresentaremos a Teoria Polifônica da Enunciação, distinguindo os sujeitos da enunciação: locutores e enunciadores. Na sequência, caracterizaremos a perspectiva polifônica inerente à ironia, qual seja: a ironia não é vista a partir da inversão de sentidos, mas como um desdobramento de vozes; o locutor assume as palavras expressas no enunciado, mas não o ponto de vista absurdo.

A relação entre a Teoria dos “topoi” e a Teoria polifônica da enunciação constitui o seguinte pressuposto: na ironia o locutor põe em cena dois “topoi”, acionados pelo enunciador E1 e pelo enunciador E2, mas o locutor não assume nenhum deles. O alargamento desse ponto

de vista será desenvolvido no quarto capítulo, ao caracterizarmos a natureza pragmática dos “topoi” e da ironia.

3.1 LÓGICA E LINGUAGEM

Os estudos em semântica têm, genericamente, duas grandes tradições que se opõem: a Semiologia e a Lógica. Para a primeira, o estudo da significação está orientado pela sistematização de regras observáveis na relação entre palavras no enunciado, isto é, o que produz significação quando se liga uma palavra à outra; para a segunda, o sentido é determinado na relação entre as palavras e as coisas, ou seja, as formas de significação são delimitadas na estrutura do enunciado, permitindo representar as condições pelas quais o enunciado pode ser interpretado como verdadeiro ou falso. Nessa perspectiva, a linguagem tem função referencial por representar fatos do mundo.

Os trabalhos em semântica desenvolvidos por Ducrot e colaboradores passaram por diversas fases; a tradição lógica esteve presente nas primeiras etapas dos estudos, mas aos poucos esse modelo foi sendo deixado de lado e o modelo semiológico foi caracterizando os estudos semânticos desenvolvidos pelo autor e seu grupo de trabalho.

Em **Prova e dizer: leis lógicas e leis argumentativas** (1981), Ducrot reuniu alguns artigos a respeito das relações entre lógica e linguagem publicados desde 1966. Nesses trabalhos utiliza a metalinguagem construída a partir de modelos lógicos para descrever o que seria a lógica da linguagem, explicitando o sentido do enunciado. Sintetizaremos o décimo capítulo desta obra, Montesquieu e a escravidão (I). Nele Ducrot, em colaboração com J. Depresle, instaura a confrontação entre lógica e discurso, descrevendo o procedimento irônico presente em um fragmento do texto de Montesquieu, retirado de *L'esprit des Lois* (livro XV, cap. 5). Ao retomar esse capítulo, temos por objetivo demonstrar que a formalização do procedimento irônico, descrita a partir da visão tradicional da retórica clássica - uma figura em que se diz o contrário do que realmente se quer dizer, diz-se A para dar a entender não-A - parece não alcançar a complexidade inerente ao sentido do discurso irônico.

Montesquieu, através do procedimento irônico, finge colocar-se ao lado da opinião dos adversários, os escravagistas, expondo no enunciado abaixo argumentos que justificam a escravidão.

(1) É impossível que essas pessoas sejam homens, porque se nós supusermos que são homens, começaremos a crer que nós mesmos não somos cristãos.

A descrição do enunciado acima foi feita em duas etapas: análise literal e a crítica a essa análise. Na primeira etapa Ducrot parte das seguintes proposições:

A- Nós somos cristãos.

B- Os negros são homens.

O raciocínio dos escravagistas toma por premissa:

(2) $B \rightarrow \sim A$ (= se nós supuséssemos que eles são homens, começar-se-ia a crer que nós mesmos não somos cristãos).

A conclusão a que os escravagistas querem chegar é:

(3) $\sim B$ (= é impossível que essas pessoas sejam homens).

A conclusão acima aparece quando se aplica a lei lógica da contraposição (" $p \rightarrow q$ " equívale à " $\sim q \rightarrow \sim p$ "), então $\sim \sim A \rightarrow \sim B$, suprimindo a dupla negação tem-se:

(4) $A \rightarrow \sim B$ (= nós somos cristãos, os negros não são homens).

A conclusão (4), $\sim B$, está condicionada à nova premissa A (=nós somos cristãos). De acordo com a lei de implicação, se é verdadeiro que $B \rightarrow \sim A$, é também verdadeiro que $A \rightarrow \sim B$, é com essa última conclusão que os escravagistas ficam, $\sim B$.

A ironia no texto de Montesquieu consiste em sugerir dois percursos de leitura do enunciado (1). Além da leitura escravagista, é também aceitável que se parta da premissa (2) $B \rightarrow \sim A$ e se tome como premissa suplementar a proposição B. Considerando a premissa B e relacionando-a com a premissa (2), chega-se à conclusão $\sim A$ (=nós não somos cristãos). O uso da ironia desencadeia duas conclusões distintas: $\sim A$ e $\sim B$, pois recorre-se à inversão argumentativa e admitem-se dois sentidos contrários.

Na segunda parte do texto, Ducrot faz uma crítica a essa análise, evidenciando que a formalização feita demonstra a destruição da argumentação escravagista, mas não evidencia a natureza da argumentação anti-escravagista.

Segundo Ducrot, a proposição (2) está encobrindo premissas reais, isto é, a relação implicativa entre B e $\sim A$ sobrepõe-se a proposições intermediárias que representam as verdadeiras premissas do raciocínio emprestado dos escravagistas; a passagem de B a $\sim A$ exige a introdução de duas proposições intermediárias:

Os negros são mal tratados.

Os cristãos tratam bem os homens.

Essas proposições são consideradas como premissas do raciocínio atribuído aos escravagistas e abreviadas da seguinte maneira:

A- Somos cristãos.

A'- Os cristãos tratam bem os homens.

B- Os negros são homens.

B'- Os negros são bem tratados.

O raciocínio escravagista é composto das seguintes etapas:

(5) $(A \text{ e } A' \text{ e } B) \rightarrow B'$ (= se somos cristãos, se os cristãos tratam bem os homens, se os negros são homens, então os negros são bem tratados).

Utilizando-se, mais uma vez, da contraposição tem-se:

(6) $\sim B' \rightarrow \sim(A \text{ e } A' \text{ e } B)$.

A partir da premissa $\sim B$, conclui-se:

(7) $\sim(A \text{ e } A' \text{ e } B)$.

A fórmula (7) indica que uma das três proposições é falsa; como A e A' são consideradas premissas verdadeiras, B é falsa; chega-se à conclusão $\sim B$ (= os negros não são homens).

Como foi visto anteriormente, a ironia consiste em sugerir um percurso distinto, isto é, recusam-se as premissas dos escravagistas A e A' e substituem-se por B (=os negros são homens), propõe-se, então, um outro percurso que parte de

(5) $(A \text{ e } A' \text{ e } B) \rightarrow B'$, chega a

(6) $\sim B' \rightarrow \sim(A \text{ e } A' \text{ e } B)$ e conclui

(7) $\sim(A \text{ e } A' \text{ e } B)$.

A e A' são recusados, a fim de que seja feito um outro percurso, logo admite-se B e chega-se a uma outra fórmula:

$$(8) \sim (A \text{ e } A').$$

O texto de Montesquieu comenta a conclusão (8) (= não se pode admitir ao mesmo tempo que somos cristãos e que os cristãos tratem bem os homens), o que implica em admitir pelo menos a falsidade de A (=somos cristãos) ou de A' (= os cristãos tratam bem os homens). A partir de (8) é possível admitir ainda

$$(9) A \rightarrow \sim A' \text{ e}$$

$$(10) A' \rightarrow \sim A.$$

A partir das proposições acima, Ducrot evidencia que a palavra cristão é equívoca: podendo designar o cristão institucional, o batizado e o autêntico. Admitindo o primeiro sentido como verdadeiro, a conclusão apresentada a partir de (9) é $\sim A'$ (=é falso que os cristãos tratam bem os homens); admitindo o segundo sentido e considerando A' como verdadeiro, conclui-se $\sim A$ (=não somos cristãos). Essa parece ser a conclusão que Montesquieu quer evidenciar.

Ao buscar no modelo lógico instrumentos para explicitar procedimentos discursivos, Ducrot formalizou no componente lingüístico regras semânticas responsáveis pela produção de enunciados com valor de verdade; com efeito, reduziu o discurso a princípios rigorosos, deixando de lado uma série de elementos que o constituem. Um problema da utilização do modelo lógico é o fato de a delimitação ser excessivamente estreita. Ao evidenciar, por exemplo, o argumento irônico que conduziu à conclusão “não somos cristãos”, foram necessárias inferências, como a atualização do sentido da palavra cristão - batizado e autêntico.

A concepção de argumentação no modelo lógico restringe-se a caracterizar o argumento como um par de termos ordenados, tais como $\langle A, B \rangle$; esses elementos referem-se respectivamente à premissa e à conclusão, mas, através do uso efetivo da linguagem, o autor intervém na cadeia da argumentação, isto é, ao atualizar o sentido da palavra cristão, ele apresentou dicas que conduziram à conclusão: os escravagistas não são cristãos autênticos.

A utilização da ironia como uma inversão de sentido e a tentativa de compatibilizá-la com leis lógicas delimitou o sentido irônico, restringindo-o à representação de fatos contraditórios; além do mais, a representação formal dessa inversão não evidencia uma das funções da ironia, que é o sarcasmo, nem caracteriza seu sujeito, o enunciador.

Em **O dizer e o dito**, Ducrot (1987) se opõe à visão tradicional da retórica clássica e caracteriza a ironia a partir da perspectiva polifônica,² segundo a qual, há a presença de duas vozes, a do locutor, responsável pelas palavras expressas na enunciação, mas não pelo sentido absurdo e a voz do enunciador, origem do ponto de vista expresso.

Os instrumentos descritivos utilizados na lógica são incompatíveis com a descrição de uma língua natural, pois a língua não representa de forma sistemática os fatos do mundo, o sentido não representa uma realidade exterior ao discurso; ao analisar o enunciado (1), o autor resgatou condições de elaboração desse enunciado, através de inferências feitas no processo interpretativo. Ducrot, em entrevista concedida a MOURA (1998), reavalia a utilização da tradição lógica como um procedimento para evidenciar o sentido do enunciado.

Não se trata, por conseguinte, de fazer uma crítica da lógica em si mesma. O que eu questiono é outra coisa (e aí chego ao segundo aspecto de sua questão), trata-se agora de averiguar se a lógica é adaptada à descrição das línguas naturais. Em outros termos, trata-se de saber se a lógica pode representar a estrutura profunda das línguas naturais. Bem, neste aspecto sustento uma posição extremamente radical. Penso que a lógica não serve em nada para descrever a língua natural. Sem dúvida se reveste de todo interesse a comparação entre línguas naturais e as linguagens lógicas, mas tentar encontrar nas línguas naturais estruturas subjacentes às estruturas lógicas, parece-me de fato pouco interessante (MOURA, 1998, p.175).

3.2 DO DESCRITIVISMO RADICAL À ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

A teoria do sentido desenvolvido por Ducrot, Anscombre e colaboradores passou por diversas fases. Em cada uma delas a concepção argumentativa do sentido foi sendo reformulada de acordo com os pressupostos inerentes a cada período do trabalho.

Na primeira fase, o Descritivismo radical, a argumentação não estava inscrita na estrutura lingüística, servia para evidenciar encadeamentos argumentativos, através dos operadores argumentativos, tais como: *portanto*, *por consequência*, *porque* e outros. A

² No item 3.4 trataremos a ironia em perspectiva polifônica.

argumentação era representada por meio de leis discursivas, expressas pelo uso de operadores que autorizavam uma dada conclusão a partir da relação fatual entre os enunciados. Dito de outro modo, se um determinado enunciado favorecia a dada conclusão, é por esse enunciado representar um fato e por leis discursivas reconhecidas pelos interlocutores levarem a crer que essa conclusão decorria da relação entre fatos enunciados.

Os pressupostos que fundamentavam o trabalho nessa fase eram: os encadeamentos argumentativos representam fatos veiculados nos enunciados; a função primeira das estruturas lingüísticas é a descrição de fatos; as informações veiculados nos enunciados derivam do valor semântico, que é informativo, e da aplicação das leis discursivas, que transmitem informações fatuais.

Na segunda fase, o Descritivismo pressuposicional, os encadeamentos dos enunciados eram descritos ainda de fato a fato, mas não se realizavam com todos os fatos presentes nos enunciados. As frases eram descritas a partir do valor posto e pressuposto e as informações podiam ser afirmadas ou pressupostas, mas os encadeamentos só se realizavam a partir dos valores afirmados no posto.

Na pressuposição, o locutor não diz o que o interlocutor sabe, pensa ou deveria saber, situa-se o diálogo na hipótese de que ele já soubesse. No exemplo “Pedro deixou de fumar”, pressupõe-se que Pedro fumava antes e está posto que Pedro não fuma atualmente. Como a argumentação correspondia ao conteúdo posto, os encadeamentos possíveis deveriam ser feitos a partir do segundo segmento; era possível dar continuidade ao posto enunciando: “Pedro está bem de saúde”. A natureza da dicotomia entre posto e pressuposto representou um primeiro passo para que fosse observada a argumentação inscrita na língua e não mais subordinada ao componente fatual.

A terceira etapa da pesquisa está presente em *L'argumentation dans la langue*. Ela representa um período transitório para a quarta etapa: A argumentatividade Radical, cujos pressupostos iniciais estão presentes na mesma obra. Anscombe e Ducrot postularam nessa obra que algumas relações argumentativas que não são retóricas, são fundamentais à significação e estão inscritas na estrutura da língua; o sentido do enunciado é constituído por valores semânticos que não são reduzidos e nem derivados de valores informativos, mas

fundamentais à significação. Tais valores são considerados argumentativos e os valores informativos, antes considerados fundamentais, passam a ser derivados dos valores argumentativos.

A teoria da argumentação se destina a explicitar a concepção argumentativa do sentido, que está de acordo com a polissemia da palavra sentido: significação da palavra e direção de um percurso; esta última expressão denota a perspectiva assumida, isto é, a idéia de direção, de orientação, presente na noção de valor argumentativo. A partir desse pressuposto, Ducrot e Anscombre postularam a existência de uma semântica de natureza argumentativa, o sentido é uma função argumentativa, ou seja, um encadeamento discursivo entre um enunciado-argumento e um enunciado-conclusão. São introduzidos valores argumentativos na língua a partir da consideração da relação argumentativa entre os enunciados, isto é, *“Un énoncé est argument, et argument pour un autre énoncé qui en est la conclusion. La conclusion peut être effectivement tirée, ou peut n’être que potentielle, ce que nous avons parfois appelé, avec O. Ducrot, la visée argumentative d’un énoncé argument. Il est en effect fréquent qu’un énoncé serve à viser une conclusion qui n’est pas effectivement tirée”*³

Nessa fase, os enunciados são utilizados argumentativamente e estabelecem uma orientação argumentativa; a argumentação é concebida como a concatenação de segmentos discursivos, um enunciado argumento e uma conclusão. A conclusão decorrente da concatenação de segmentos, não é necessariamente explícita, ela pode ser potencial, isto é, o alvo argumentativo de um enunciado argumento. O potencial argumentativo de um enunciado constituiu-se pelo conjunto de enunciados que podem servir de conclusão. A relação argumentativa entre os enunciados desencadeou duas outras noções: de classe argumentativa e de operador argumentativo. A classe das conclusões representou o conjunto de conclusões r circunscritas por instruções inscritas na frase, pois não havia conclusões específicas a partir das frases; havia instruções de como chegar à conclusão r1, r2, r3 etc. Os exemplos ⁴ a seguir ilustram essa questão.

³ ANSCOMBRE, Jean-Claude. *Théorie des topoï*. Paris: Kimé, 1995. p.35

⁴ ibid. p.36

(1) *Il est tôt, il est huit heures.*

É cedo, são oito horas.

(2) *Il est tard, il est huit heures.*

É tarde, são oito horas.

No enunciado “São oito horas” há duas conclusões opostas: r_1 = É cedo e r_2 = É tarde. Uma das conclusões será atualizada ao introduzir operadores argumentativos; eles modificam a classe das conclusões possíveis. Os elementos *já (déjà)* e *ainda não (pas encore)* provocavam modificações nas conclusões.

(3) *Il est tôt, il n'est pas encore huit heures.*

É cedo, ainda não são oito horas.

(4) *Il est tard, il est déjà huit heures.*

É tarde, já são oito horas.

O operador argumentativo realiza uma transformação sintática que, aplicada à frase, modifica a classe das conclusões intrínsecas a ela; ao introduzir a argumentatividade na estrutura semântica das frases, o operador argumentativo estabelece a orientação argumentativa do enunciado. Mas uma série de contra-exemplos contrariaram essa noção de operador argumentativo, como é o caso a seguir.

(5) *Dépêche-toi: il n'est que huit heures.*

Apreste-se só são oito horas.

ANSCOMBRE (1995) considerou o enunciado acima aceitável se se admitisse o seguinte contexto: Jean e Pierre estão atrasados para pegar o trem, Jean observa que o trem ainda não partiu, e acredita que há uma pequena chance de pegá-lo; solicita, então, ao amigo que seja rápido. Por conta de enunciados como esse, não foi possível descrever os operadores em termos de conclusões possíveis, pois nem sempre a inclusão de um operador em um

enunciado modificava a conclusão. Observou-se que a passagem de um argumento à conclusão não se fazia somente por caminhos diretos, poderiam ser imaginados caminhos diretos e indiretos.

A compreensão e explicitação dos fatos lingüísticos só se tornam viáveis através de análises diferentes e sucessivas. A quarta etapa dos trabalhos de Ducrot, *A Argumentatividade Radical*, foi destinada a introduzir a Teoria dos “topoi” em sua versão standard. Um dos problemas que motivou o surgimento da Teoria dos “topoi” foi o conceito de potencial argumentativo, que deixou de ser compreendido a partir da noção de conclusões possíveis e passou a ser definido utilizando a noção de topos, princípio responsável pelo encadeamento argumentativo; por conseguinte o operador argumentativo não foi mais considerado como um elemento que modifica a classe das conclusões tiradas de um enunciado, ele passou a agir no nível dos percursos que se podem fazer para ir de um enunciado à conclusão. Ducrot tomou o termo topos de Aristóteles, para quem os topoi eram argumentos possíveis ao orador, o termo médio que justifica a passagem de um argumento à conclusão.

O estudo desenvolvido na Teoria dos “topoi” levou Ducrot a redefinir o sentido argumentativo, qual seja: um enunciado é argumentativo se é dirigido por um enunciador argumentador, cujo ponto de vista desencadeia uma dada conclusão *r*; o trajeto de *E* para *r* faz-se mediante atualização de topos. O enunciador fornece algumas indicações sobre o caminho que ele escolheu, cabendo ao leitor tentar descobrir o percurso feito pelo enunciador a partir das indicações fornecidas; os “topoi” são estas indicações que permitem operar uma escolha entre os itinerários. Para descrever o ponto de vista do enunciador, que assume diferentes “topoi”, Ducrot recorreu ao conceito de polifonia,⁵ ou seja, recusou o caráter monolítico do enunciado, como expressão de um só sujeito e assumiu a natureza polifônica da enunciação; o sentido não resulta da expressão de um único sujeito, mas do jogo entre diferentes pontos de vista.

⁵ O termo polifonia será retomado no item 3.4.

3.3 TEORIA DO “TOPOI”

O primeiro período dessa teoria foi denominado versão standard, após algumas revisões, encontra-se na fase recente; essas duas fases caracterizam dois momentos do mesmo projeto; na passagem da versão standard à recente, procurou-se buscar explicações para fenômenos observados. Apresentaremos aspectos da teoria descrevendo algumas modificações feitas na versão standard.

A partir da versão standard considerou-se que os topoi apresentavam três características: comum, geral e gradual.

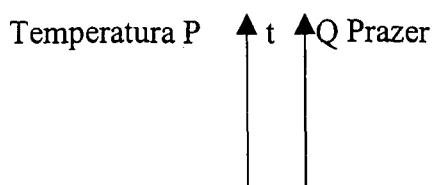
1- O topos comum é partilhado por uma coletividade da qual ao menos faz parte o locutor e o alocutário. No exemplo

(1) Faz bom tempo, vamos à praia.

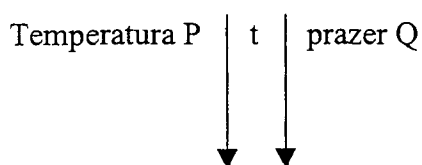
entende-se que a crença de que o bom tempo torna a praia agradável é partilhada por um grupo.

2- O topos geral é apresentando como válido não só na situação de que se fala no momento, mas em diferentes situações. Em (1) não se diz somente que o bom tempo de hoje torna a praia agradável, mas diz-se que o bom tempo sempre é um fator de prazer para se ir à praia, e que esse é um ponto de vista consensual.

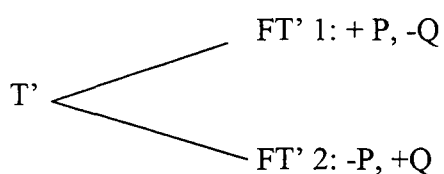
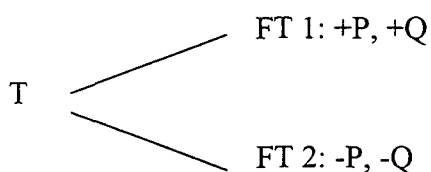
3- O conceito de gradualidade, descrito na versão standard, foi revisto na versão recente. Descreveremos aqui o primeiro momento e retomaremos mais adiante a revisão feita. Os topoi são graduais, por relacionarem dois predicados inseridos numa escala gradual. O enunciado (1) é composto pelo argumento P, “Faz bom tempo”, e pela conclusão Q, “vamos à praia”. Os dois segmentos atualizam o topos 1, o bom tempo torna a praia agradável; o topos põe em relação a escala do bom tempo com a escala do prazer.



A escala pode ser percorrida em dois sentidos: T1 (topos 1) quanto mais calor, mais agradável é a praia e T2 (topos 2) quanto pior o tempo, menos prazerosa é a praia.



O topos 1 é chamado de topos concordante, quanto mais se sobe na escala do bom tempo, mais se sobe na escala do prazer e o topos 2 é chamado discordante. Como a direção percorrida na escala varia, o topos pode manifestar-se sob diferentes formas tópicas.



É possível a construção de dois "topoi": T e T' que atualizam diferentes formas tópicas. O topos T fixa o mesmo sentido de percurso: o calor é fonte de prazer. Mas esse topos pode aparecer sob duas formas tópicas: mais calor, mais prazer (FT 1: +P, +Q) e menos calor, menos prazer (FT 2: -P, -Q). O topos T' pode opor o calor ao prazer, isto é, o percurso ser inverso ao de T. T' pode ter duas formas tópicas: mais calor corresponde a menos prazer (FT' 1: +P, -Q) e menos calor corresponde a mais prazer (FT' 2: -P, +Q).

A aplicação das formas tópicas é feita pelo enunciador argumentador que escolhe o topos e situa a sua fala em um ponto da escala; o enunciador, através da aplicação da forma

tópica, estabelece o grau de argumentatividade, ou seja, fraco ou forte; a aplicação da forma tópica é denominada apreensão argumentativa da situação.

Na versão recente, o locutor fornece indicações sobre os percursos de sentido escolhidos no processo de elaboração do enunciado através dos “topoi”, que nessa fase estão inscritos no léxico (substantivos e verbos); esse pressuposto passa a fundamentar o sentido do enunciado. As palavras são concebidas como feixe de “topoi”- conjunto de “topoi” cuja aplicação o enunciado autoriza- as palavras abrem um leque de possibilidades de encadeamentos discursivos. Por conseguinte, o sentido de uma unidade léxica é um feixe de “topoi”. O léxico dispõe de uma carga argumentativa, tal como as frases completas que servem de argumento; a seleção lexical passa a ser vista como indicação de argumentos. Vejamos os exemplos:⁶

(2) *Pierre est riche: il peut (donc) s'offrir tout ce qu'il veut.*

Pedro é rico: ele pode (portanto) ter tudo o que quiser.

(3) *Pierre est riche: il est donc avare.*

Pedro é rico: ele é portanto avaro.

Em (2) a palavra rico está ligada a um feixe de formas tópicas: (+P,+Q1), (+P,+Q2), (+P, +Q3); a forma tópica convocada foi (+P,+Q1) = (+possuir, +poder de compra). O encadeamento realizado em (2) não é conclusivo, pois explica-se P a partir de Q, o encadeamento baseia-se no valor lexical da palavra rico, o topos é denominado intrínseco. Em (3) a palavra rico atualiza a forma tópica (+possuir, -dar), no exemplo há um encadeamento conclusivo, construído por representações ideológicas, o topos é denominado extrínseco.

Como vimos, nem sempre há um encadeamento, tal como argumento-conclusão; há alguns encadeamentos que podem ser considerados explicativos. Dessa observação surgem as noções de topos intrínseco e extrínseco. Postula-se que a língua seria estruturada pelos

⁶ ANSCOMBRE, Jean-Claude. *Théorie des topoï*. Paris: Kimé, 1995.p.54.

topos intrínsecos e que os topos extrínsecos estariam ligados a certos conhecimentos, a certas contingências históricas. No enunciado:

(4) Pedro foi aprovado, está muito feliz.

o segundo segmento explica o primeiro, a felicidade é uma das forma tópicas relacionadas intrinsecamente ao topos aprovação. O topos intrínseco felicidade explica o próprio sentido da palavra aprovação, ou seja, funda a significação de uma unidade léxica. No enunciado:

(5) Pedro andou muito, conseguiu um emprego.

não se explica através do segundo segmento (Q) algo que esteja contido no primeiro (P); o interlocutor refaz o caminho percorrido pelo locutor no sentido de perceber implicitamente um encadeamento conclusivo através de representações ideológicas, isto é, a relação entre andar e a conquista do emprego é o resultado de valores sociais, representados pelo topos extrínseco +esforço, + sucesso. O topos intrínseco corresponderia à estrutura inerente à língua, portanto a língua seria estruturada pelos “topoi” intrínsecos. Ducrot, em entrevista concedida a MOURA (1998) afirma, no entanto, ser difícil fazer uma distinção entre topos intrínseco e extrínseco em todos os casos, por ser uma distinção mais teórica do que prática.

Como a argumentatividade passou a ser constitutiva do léxico, as palavras de conteúdo lexical passaram a ser concebidas como sendo potencialmente argumentativas, logo a gradualidade foi caracterizada na variedade de força argumentativa aplicada ao topos e não apenas na equivalência entre escalas. Os “topoi” são graduais, podem ser aplicados com maior ou menor força, por extensão as palavras são graduais, podem também ser aplicadas como maior ou menor força, por exemplo, um parente pode ser mais parente do que outro, pois diz-se que um parente pode ser mais ou menos próximo.

Para caracterizar os graus de aplicabilidade inerentes a cada palavra, foi elaborada a Teoria dos modificadores. Na Teoria dos modificadores evidencia-se que a orientação argumentativa não está restrita aos enunciados, é possível atribuir a orientação argumentativa

também a alguns nomes e verbos. Na versão standard, a orientação argumentativa era determinada pelos operadores argumentativos e pelos conectivos e aplicada aos enunciados; agora, é possível descrever a orientação argumentativa inscrita nos discursos por meio de palavras potencialmente argumentativas, aquelas de conteúdo lexical, isto é, predicados (nomes e verbos) e os modificadores (adjetivos e advérbios) que modificam os verbos e nomes e determinam a força com que se aplicará um topos. Os conectivos e operadores argumentativos são desprovidos de conteúdo lexical, eles funcionam como desencadeador de "topoi", ou seja, indicam qual a forma tópica a ser atualizada.

Os modificadores que caracterizam a gradualidade são aqueles cuja presença diminui ou aumenta a aplicabilidade de um predicado, isto é, aqueles que estabelecem maior ou menor força argumentativa a um topos. Há os modificadores realizantes (MR), que aumentam a força argumentativa e os modificadores derrealizantes (MD), que diminuem a força argumentativa. Nos enunciados

(6) João estudou pouco.

(7) João estudou muito.

pouco é um modificador derrealizante e muito, realizante; os modificadores derrealizantes podem ser atenuadores de força argumentativa ou inversores. Vejamos os enunciados:

(8) Pedro trabalhou um pouco.

(9) Pedro trabalhou pouco.

Em (8) um pouco é um modificador derrealizante atenuador e em (9) pouco funciona como modificador derrealizante inversor. O termo *um pouco* relacionada ao predicado trabalhou diminui a força argumentativa, enquanto *pouco* inverte a orientação argumentativa, é um modificador derrealizante inversor. Ao propor a noção de modificador derrealizante (MD) e de modificador realizante (MR), coloca-se a gradualidade na significação mesma dos predicados. Ao dizer que uma família é mais família que outra,

parte-se da noção que há família unida e desunida, os modificadores unida e desunida demonstram que as palavras têm, de acordo com sua própria semântica, graus de aplicabilidade diferentes. A teoria dos modificadores vem caracterizar a orientação argumentativa inscrita nas palavras de conteúdo lexical, enquanto que na versão standard a orientação argumentativa era restrita aos conectivos e operadores argumentativos

3.4 A TEORIA POLIFÔNICA DA ENUNCIÇÃO

A característica fundamental da Teoria polifônica da enunciação consiste em substituir a idéia tradicional da unicidade do sujeito falante pela noção de que estão presentes no mesmo enunciado vários sujeitos com estatutos discursivos diferentes. O conceito de polifonia originalmente concebido por Bakhtin e aplicado à obra de Dostoiévski em **Problemas da poética de Dostoiévski**. BAKHTIN (1981) contrariou a perspectiva clássica de que vários personagens se expressavam sob uma única voz - a do autor - e instaurou a noção de que as vozes dos personagens constituem-se por discursos cujos pontos de vista caracterizam diferentes visões de mundo; o autor do texto literário capta diferentes vozes sociais e organiza-as em um concerto polifônico que povoa o universo discursivo da obra.

DUCROT (1987) adapta essa noção de polifonia aos estudos lingüísticos a fim de evidenciar marcas lingüísticas deixadas pelos enunciadores no enunciado. A Teoria Polifônica formulada por Ducrot passou por fases; a primeira encontra-se presente em *Les mots du Discours* (1980), a segunda em *O Dizer e o Dito* (1987), na fase atual está sendo concebida na perspectiva da Teoria dos “topoi”.

Para Ducrot (1987) o sentido do enunciado é constituído em função da descrição da enunciação e expresso a partir das indicações argumentativas inscritas no enunciado; a descrição contém a atribuição de sujeitos que dão origem ao enunciado. O sujeito da enunciação caracteriza-se por dois tipos de personagens: o enunciador e o locutor. O locutor é o responsável pelo enunciado, é aquele que diz *eu*, não é necessariamente o produtor físico, pois é possível assinar uma declaração do tipo: “Eu abaixo assinado declaro”⁷ e entender o eu

⁷ DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes. 1987, p. 182.

do locutor da declaração como não sendo necessariamente a pessoa que preparou a declaração; o locutor pode ser compreendido como fonte do discurso, enquanto o enunciador como o responsável pela atitude expressa.

Distingue-se, no interior da noção de locutor, o locutor enquanto tal (L) e o locutor enquanto pessoa do mundo (λ). L é o responsável pela enunciação. Já λ possui outras propriedades além dessa, é uma pessoa completa, é a origem do enunciado, é aquele a quem se atribuem os enunciados declarativos, anuncia sua tristeza e alegria.

DUCROT (1987) denomina os enunciadores de “seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhes atribuam palavras precisas; se eles ‘falam’ é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não no sentido material do termo.”⁸ O enunciador é o responsável pelo ponto de vista do enunciado, portanto a identificação desse ponto de vista deve ser o primeiro elemento para se perceber o sentido do enunciado.

Para precisar a oposição entre enunciador e locutor, o lingüista a compara ao par personagem e autor. O autor coloca em cena personagens que expressam uma primeira fala e realizam uma ação lingüística e extralingüística não assumida pelo autor, mas este em uma segunda fala pode dirigir-se ao público através das personagens e assimilar o ponto de vista delas. Tanto o locutor quanto o autor são responsáveis por tornar presentes pontos de vista que não são necessariamente os seus, embora em algumas situações possa assimilá-los. O autor do enunciado corresponderia ao sujeito empírico, enquanto o personagem representaria os pontos de vista do enunciador presente no enunciado. Dito de outro modo, os enunciadores não são os produtores efetivos do enunciado, mas representam pontos de vista expressos nele.

DUCROT (1987) compara também o locutor e o enunciador ao par, denominado por Genette, narrador/autor. Para Genette ⁹ o autor imagina, inventa os acontecimentos, cabendo ao narrador relatá-los, ou seja, o narrador é quem fala e o autor é quem vê, logo o enunciador representa o centro da perspectiva, a pessoa de cujo ponto de vista são apresentados os acontecimentos.

⁸ Ibid. p.192

⁹ Citado por DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, SãoPaulo: Pontes, 1987, p.194.

Há situações em que o locutor assimila o ponto de vista do enunciador, em outras, distancia-se desses pontos de vista. Portanto, o locutor pode ter em relação ao enunciador diferentes posições; pode-se identificar a posição do locutor em relação ao enunciado em alguns casos.

- a) Na asserção: “Pedro veio”, o locutor identifica-se com o ponto de vista do enunciador e aceita-o.
- b) Na pressuposição há aprovação parcial do locutor. No enunciado: “Pedro deixou de fumar” realizam-se, consecutivamente, dois atos distintos, ativando o ponto de vista de dois enunciadores, E1 e E2. O primeiro ato realizado por E1 é o de pressuposição, diz respeito ao pressuposto: “Pedro fumava anteriormente” e o segundo é de asserção, relativo ao ponto de vista: “Pedro não fuma atualmente”. O enunciador E2 é assimilado ao locutor, ao que realiza o ato de afirmação, enquanto o enunciador E1 é assimilado a uma voz coletiva; o locutor aprova o ponto de vista de E1, mas não se identifica com ele.
- c) Na negação o locutor não assume o ponto de vista de E1. Num enunciado não-P há dois enunciadores: E1 que expressa o ponto de vista P e E2 que apresenta a recusa desse ponto de vista. O locutor assimila-se, normalmente, a E2.
- d) Na ironia o locutor apresenta um ponto de vista, mas não o assume, ele atribui normalmente ao interlocutor a responsabilidade pela posição absurda expressa no enunciado.

3.5 A IRONIA EM PERSPECTIVA POLIFÔNICA

A fim de explicitar a noção de enunciador, DUCROT (1987) recorre à ironia. Para tanto, parte do artigo de Sperber-Wilson e do capítulo 5 de Berredonner¹⁰. Nesses textos os autores rejeitam a concepção figurativa da ironia, que é tratada “como uma forma de antífrase: diz-se A para levar a entender não-A, sendo considerados idênticos o responsável por A e o por não –A.”¹¹ Para esses autores, no discurso irônico, faz-se ouvir uma segunda voz que diz

¹⁰ Citado por DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes.1987, 1987.

¹¹ Ibid.p.197.

coisas absurdas, não assumidas pelo locutor responsável pelo enunciado. DUCROT (1987) fez uma adaptação da tese de Spember-Wilson. Originalmente foi utilizado o termo “mencionar” que DUCROT (1987) substituiu por “fazer ouvir”, pois mencionar, de acordo com o lingüista, caracterizaria um discurso relatado, o que não parece admissível; “não há nada irônico em relatar que alguém sustentou um discurso absurdo. Para que nasça a ironia, é necessário ‘fazer como se’ este discurso fosse realmente sustentado, e sustentado na própria enunciação.”¹² DUCROT (1987), a partir dos trabalhos de Sperber-Wilson, formula sua análise:

Minha tese - mais exatamente, minha versão da tese de Spember-Wilson - se formularia facilmente através da distinção do locutor e dos enunciadores. Falar de modo irônico é, para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador. Posição de que se sabe por outro lado que o locutor L não assume a responsabilidade, e, mais que isso, que ele a considera absurda. Mesmo sendo dado como responsável pela enunciação. L não é assimilado a E, origem do ponto de vista expresso na enunciação. (DUCROT, 1987, p.198)

Na ironia o locutor não assume o ponto de vista absurdo que as palavras representam, esse ponto de vista é atribuído ao enunciador. Uma outra característica da ironia é o seu teor humorístico; DUCROT (1988) define a noção de humor, estabelecendo três critérios.

- 1- Entre os pontos de vista apresentados no enunciado, há ao menos um que é absurdo, insustentável no contexto:
- 2- O ponto de vista absurdo não é atribuído ao locutor.
- 3- No enunciado não se expressa nenhum ponto de vista oposto ao ponto de vista absurdo (não é retificado por ninguém). Entre os enunciados humorísticos está o irônico, cujo ponto de vista absurdo é atribuído a um personagem determinado, que se procura ridicularizar.

A perspectiva polifônica presente na ironia é aplicada à anedota a seguir.

¹² ibid. p.198.

Em um restaurante de luxo, um freguês sentou-se à mesa tendo como única companhia seu cachorro, um pequeno teckel. O gerente vem estabelecer uma conversa e elogia a qualidade do restaurante: “o senhor sabia que nosso maitre é antigo cozinheiro do rei Farouk?”- “muito bem !” diz simplesmente o freguês. O gerente, sem desanimar: “e o nosso despenseiro é o antigo cozinheiro da corte da Inglaterra... Quanto a nosso pasteleiro, nós trouxemos o do imperador Bao-Daï.” Diante do mutismo de freguês o gerente muda de conversa: “ O senhor tem aí um belo teckel.” Ao que freguês responde: “Meu teckel, senhor, é um antigo São-Bernardo.”(DUCROT, 1987, p.199)

A resposta do freguês é irônica, por ser marcada por duas vozes, a do locutor e a do enunciador. A voz do locutor está explícita pelo adjetivo possessivo “meu”, há também o ponto de vista absurdo que o teckel “seria um antigo São Bernardo”, esse ponto de vista não é assumido pelo locutor, mas atribuído ao enunciador, assimilado ao gerente.

O texto pode ser considerado humorístico, por satisfazer as condições acima. A primeira condição está preenchida, pois há um ponto de vista absurdo, segundo o qual o teckel seria um antigo São Bernardo. A segunda condição também, pois o ponto de vista absurdo não é atribuído ao locutor, mas ao alocutário, que é assimilado pelo enunciador ao seguir a lógica do gerente do restaurante. Por último, não se ratifica o enunciado absurdo; o enunciado está direcionado a uma pessoa a quem se quer ridicularizar, a essa pessoa atribui-se o ponto de vista absurdo.

DUCROT (1987) também descreve a ironia como sendo a realização de atos derivados. O autor faz uma revisão dos atos ilocucionários propostos por Austin e distingue os atos primitivos dos derivados. Os atos primitivos são realizados pela assimilação do locutor e do enunciador, ou seja, ao dizer ao jornaleiro: “Me dê a Folha”¹³ o locutor realiza um ato para o qual a frase é especializada. Já nos atos derivados, o locutor coloca em cena enunciadores expressando atitudes próprias; nesse caso, a frase expressa atos diferentes para o qual ela foi especializada, por exemplo, pode-se pedir a Folha ao jornaleiro pelo enunciado de uma frase interrogativa: “Você tem a Folha?”¹⁴ O enunciado irônico se constitui por meio do ato derivado, ao projetar a voz de um enunciador marcada por um distanciamento das palavras expressas pelo locutor. Na anedota descrita acima, o freguês apresenta um contra-argumento absurdo de que o teckel seria um São Bernardo, o freguês realiza um ato derivado de zombaria. “O enunciado irônico (diferentemente do enunciado negativo), na medida em que

¹³ ibid. p.212.

¹⁴ ibid. p.212.

não mostra nenhum enunciador do qual o locutor possa ser assimilado, não serve para realizar nenhum ato primitivo.”¹⁵

No estágio atual dos trabalhos de Ducrot, a polifonia é vista como um confronto de “topoi” que podem ser negados ou aceitos pelo locutor; na ironia, o locutor coloca em cena dois “topoi” (T1 e T2), através de E1 e E2, mas não se identifica com nenhum deles. Tomando como referência essa noção, é possível pressupor que o enunciado irônico assemelha-se ao enunciado paradoxal

KOCH (1999), ao explicitar a noção de topos intrínseco, evidencia que a dinâmica argumentativa inerente a esse topos consiste em confirmar ou explicitar o segmento P, portanto o enunciado é “doxal”, quase-tautológico; “já quando o topos dinâmico não apenas evoca “topoi” implícitos, mas convoca outros princípios, o enunciado é não somente não-doxal, mas, por vezes, ‘paradoxal’”¹⁶. KOCH (1999) extrai de Banks-Leite exemplos de enunciados paradoxais.

(10) Pedro trabalhou muito; está (paradoxalmente) descansado.

(11) A honestidade é um defeito.

Ducrot¹⁷ destaca que os enunciados acima são polifônicos, pode-se “detectar ao menos dois enunciadores: um que admite a ‘doxa’, isto é, representa um ponto de vista ‘doxal’ e outro que recusa e se opõe à ‘doxa’, que pode ser chamado de enunciador ‘paradoxal’ ao que o locutor se assimila.”¹⁸ O desdobramento de vozes presente na ironia é representado também por dois pontos de vista, do enunciador E1 que admite a “doxa” e do enunciador E2 que se opõe a “doxa”, mas, diferentemente da análise acima, na ironia o locutor não se assemelha a nenhum desses pontos de vista. Ilustraremos essa noção no texto a seguir selecionado do painel do leitor da Folha de São Paulo.

¹⁵ ibid. p.215.

¹⁶ KOCH, Ingedore G. Villaça. **Semântica e pragmática: limites ou integração?** Trabalho apresentado no XIV Instituto lingüístico, realizado em Florianópolis, 1999.

¹⁷ Citado por Koch, Ingedore G. Villaça. **Semântica e pragmática: limites ou integração?** Trabalho apresentado XIV Instituto lingüístico, realizado em Florianópolis, 1999.

¹⁸ Ibid. s/p.

Texto 4

Mínimo

Quero cumprimentar o presidente da República, Sr. Fernando Henrique Cardoso, pela estrondosa vitória obtida sobre os pobres aposentados, inválidos e coitados assalariados que recebem o mínimo. Gostaria de saber onde esses insaciáveis irão gastar os R\$ 20 que sobram. Antes de fazer qualquer loucura em investimento errado, acho melhor pedir sugestão ao Malan, que consultará o FMI sobre o que é melhor fazer.¹⁹

No enunciado acima, são possíveis dois encadeamentos distintos de acordo com a perspectiva de cada enunciador. O topos T1 pode ser “quando alguém alcança uma vitória merece um elogio”. Há uma relação intrínseca entre ser vitorioso e ser elogiado por isso; o enunciador E1, ao acessar o topos T1, torna o enunciado “doxal”, tautológico. Ao relacionar elogio à satisfação, é possível concluir que o enunciador E1 esteja satisfeito com a vitória.

A perspectiva do enunciador E1 aparece como forma tópica (FT); o termo estrondosa é um modificador realizante (MR), intensifica a força argumentativa inerente à palavra vitória, não foi uma vitória qualquer, foi uma vitória estrondosa. A evocação do topos apresenta-se sob a forma tópica “quanto maior a vitória mais merece ser reconhecida”.

Em um outro segmento do texto, o enunciador E1 parte do topos T2 ‘mais dinheiro, mais riqueza’ o que leva a concluir que R\$20 represente riqueza. Admitindo-se que as instruções de sentido deixadas por E1 são construídas por encadeamentos intrínsecos, é possível reconhecer que o elogio pela vitória estrondosa é explicado pelo aumento do poder aquisitivo dos pobres aposentados, inválidos e coitados assalariados que recebem o mínimo.

O enunciador E2 admite o paradoxo, que consiste em destacar que a vitória estrondosa tenha sido sobre pobres aposentados, inválidos e coitados assalariados que recebem o mínimo. Por reconhecer o paradoxo, E2 não acessa o topos intrínseco; faz um outro percurso argumentativo. Se a vitória foi sobre pessoas carentes, é possível pressupor que foi injusta; o termo injusta é um modalizador derrealizante inversor, desencadeia uma orientação argumentativa inversa, o topos atualizado seria: “quando a vitória é injusta merece

¹⁹ ALLEGRI, Adalberto Amaral. *Mínimo*. Folha de São Paulo, 22 de maio de 2000. Cad. 1 p.3

ser censurada.” Ao relacionar censura à insatisfação, é possível admitir que o enunciador E2 esteja insatisfeito. Encadeia-se a essa conclusão um outro topos, o que caracteriza a dinâmica argumentativa do texto.

Ao relacionar os insaciáveis aos pobres aposentados, inválidos e coitados assalariados, E2 acessa o topos ‘pouco dinheiro leva à pobreza’, o que leva à conclusão: R\$20 é pouco; a insatisfação, pressuposta acima, está relacionada ao pouco acréscimo sobre o salário.

O locutor do texto não assume a orientação de sentido estabelecida no enunciado, ele “faz falar” dois enunciadores que dão a direção argumentativa, através de instruções de sentido inscritas no topos e atualizadas nas formas tópicas.

O ponto de articulação entre língua e discurso está inscrito no topos, deste emanam as possibilidades de encadeamentos discursivos, uma vez que se reconhece ser o topos fonte de discurso. Mas a passagem da língua ao discurso é efetivada através do resgate de conhecimentos compartilhados e reconstruídos pelos interlocutores a partir de inferências pragmáticas, portanto é preciso considerar se os encadeamentos discursivos descritos, por exemplo, em enunciados irônicos como é caso acima, já não seriam pragmáticos; passaremos a analisar essa questão no capítulo seguinte.

4. A ARGUMENTAÇÃO SOB O OLHAR DA PRAGMÁTICA

Neste capítulo, apresentaremos uma síntese de dois estudos desenvolvidos a partir da perspectiva pragmática: o primeiro analisa a natureza pragmática dos “topoi” e o outro, a ironia em perspectiva polifônica, tratando-a como um fenômeno pragmático. Utilizaremos alguns pressupostos inscritos nesses estudos na fundamentação deste trabalho e na aplicação à análise da ironia em função argumentativa.

Em primeiro lugar, demonstraremos que MOURA (1999) checa os limites da semântica e da pragmática através do conceito de topos e argumenta que a natureza do topos é pragmática, seu funcionamento assemelha-se ao uso de implicaturas.

Em seguida, destacaremos que REYES (1984) analisa a ironia partindo da noção de polifonia e amplia sua análise recorrendo à pragmática. A autora pressupõe que a percepção da projeção de vozes presentes na enunciação irônica e, por extensão, o sentido inscrito nessas vozes depende de interferências pragmáticas feitas pelo interlocutor, por conseguinte, o significado irônico é tratado, igualmente, como uma implicatura.

4.1 A NATUREZA PRAGMÁTICA DOS “TOPOI”

No texto **Os limites da Semântica e da Pragmática: o caso dos “topoi”**,¹ MOURA (1999) analisa os limites da semântica e da pragmática através do conceito de topos. Ao avaliar a natureza desse conceito, utiliza dois critérios: a função referencial e o fluxo do discurso; através da análise desses critérios e do conjunto das justificativas que os fundamentam, procura checar a natureza do topos, sustentando que ele seja calculado no componente pragmático.

A função referencial das expressões lingüísticas é tratada, classicamente, pela semântica, cabendo à pragmática analisar os fatores de uso. Com base nesse critério, os “topoi” estariam, em princípio, incluídos no componente pragmático por caracterizarem

¹ Em **Os limites da semântica e da pragmática: o caso dos topoi**, trabalho apresentado no XIV Instituto Lingüístico, realizado em Florianópolis, 1999.

encadeamentos discursivos de uma palavra, só num segundo plano desempenhariam função referencial, por exemplo, o substantivo riqueza desencadeia o topos (1) felicidade.

(1) A riqueza traz felicidade.

A passagem de riqueza à felicidade não é referencial, o que há é uma relação intrínseca entre riqueza e felicidade, pois “o topos capta a rede de relações entre as palavras, e essa rede de relações estrutura os encadeamentos discursivos.”² O conceito de felicidade, de acordo com o exemplo, é elaborado a partir da noção de riqueza, assim como a riqueza se relaciona com a idéia de algo que proporcione felicidade. O topos capta a estrutura dessas noções através de entrelaçamentos semânticos; o falante percebe o sentido das palavras a partir do resgate dessa rede de relações e não a partir de uma representação de uma situação no mundo.

Segundo Ducrot, ainda que os “topoi” não cumpram a função referencial, eles estão associados ao componente semântico, pois os encadeamentos dependem das redes de relações intrínsecas ao léxico. Em princípio, parecia simples considerar os “topoi” como pragmáticos, porque desvinculavam-se da função referencial, mas o caráter referencial abrange questões amplas que devem ser analisadas a partir do quadro teórico de cada modelo.

A função referencial foi fundamentada a partir de idéias de Frege, para quem “o sentido de uma sentença deriva da composição entre os sentidos de cada expressão referencial dessa sentença; assim a análise semântica tem de passar necessariamente pela análise do sentido referencial.”³ A natureza da divergência colocada em questão tem como pano de fundo dois modelos semânticos: o de tradição semiológica, que “tenta sistematizar o conjunto de relações de significação relevantes para a produção dos enunciados”⁴ e de tradição lógica, que procura delimitar as formas de significação na estrutura dos enunciados, permitindo recuperar ou representar os fatos do mundo.

² Ibid.p.2.

³ Ibid.p.2-3.

⁴ Ibid.p.3.

Os trabalhos realizados por Saussure representam a tradição semiológica, segundo a qual o objeto de estudo da lingüística é o conjunto dos valores significativos de uma palavra e coloca de lado o conjunto das significações, a função referencial ocupa um segundo plano. A Teoria dos “topoi” integra-se à tradição semiológica, pois “o que importa é a relação semântica de uma palavra com outra (e, conseqüentemente, de um enunciado com o outro). A referência seria algo secundário em relação à combinação dos signos, e ao encadeamento dos enunciados.”⁵ Em entrevista concedida a Moura (1998), Ducrot esclarece:

tenho a pretensão de permanecer fiel a Saussure, mesmo se o que digo é bem diferente daquilo que dizia Saussure. Retomo de Saussure esta idéia que você evocou, segundo a qual as palavras não podem ser definidas senão pelas próprias palavras, e não em relação ao mundo, ou em relação ao pensamento. A diferença entre meu trabalho e o de Saussure é que não defino, propriamente falando, as palavras em relação a outras palavras, mas em relação a outros discursos. O que eu tento construir seria então uma espécie de estruturalismo do discurso. (MOURA, 1998, p. 174)

Tendo em vista que o caráter referencial não se integra ao modelo semântico da Teoria dos “topoi”, a função referencial não pode ser considerada como um critério para analisar a natureza do topos.

Na Teoria dos “topoi,” o sentido é definido em relação aos encadeamentos discursivos propiciados pelos topos, essa noção relaciona-se ao segundo critério, o fluxo do discurso.⁶ MOURA (1999) avalia a função do componente semântico e pragmático em relação ao fluxo do discurso, partindo do exemplo citado de Chierchia. Ao conversar sobre Pavarotti o locutor informa:

(1) Pavarotti gosta de Loren.

Para interpretar esse enunciado, o interlocutor considera não apenas a estrutura semântica, mas a relação do enunciado com as proposições assumidas pelos interlocutores numa dada interação. Os interlocutores podem assumir:

⁵ *ibid.* p.3-4.

⁶ Segundo MOURA (1999), o fluxo do discurso é o conjunto de proposições que são ditas ou assumidas por um locutor num contexto de conversação, isto é, informações compartilhadas; essas informações alteram-se com a inserção de novas proposições

(2) Loren é uma mulher.

(3) Loren é uma famosa atriz italiana.

Os enunciados (1), (2) e (3) são interpretados pelo interlocutor que, a partir deles, infere (4):

(4) Existe pelo menos uma mulher de quem Pavarotti gosta, e essa mulher é Loren.

(5) Pavarotti não detesta todas as atrizes italianas.

As proposições (4) e (5) decorrem não apenas da estrutura semântica, elas resultam do conjunto de proposições ditas ou assumidas no fluxo da conversação que abrange (1), (2) e (3). No modelo semântico, as inferências que levam à (4) e (5) são determinadas no fluxo da conversação pelo conjunto de informações compartilhadas pelos falantes num dado contexto. No caso das implicaturas, cuja natureza é pragmática, o fluxo da conversação funciona de forma distinta, por exemplo, um interlocutor poderia inferir de (1) a proposição:

(6) Pavarotti tem bom gosto por mulheres.

Essa proposição não é inferida somente da estrutura semântica e do fluxo do discurso de (1), as inferências pragmáticas dependem da recuperação do conjunto de crenças do interlocutor, acessadas por regras que extrapolam o nível lingüístico, por conseguinte as implicaturas inserem-se no campo da pragmática por extrapolarem o nível lingüístico fundamental.

A diferença básica entre (4) e (5) por um lado e (6) por outro é que aquelas são inferidas a partir do fluxo do discurso e não são canceláveis, mas (6) não é inferida diretamente do fluxo do discurso e pode ser cancelada; o enunciado (6) não é necessariamente uma crença do locutor de (1), já (4) e (5) podem ser considerados como crenças do locutor de (1).

Em **Dizer e não-dizer**, Ducrot expõe que a natureza da pressuposição é semântica, mas MOURA (1999) observa que essa noção relaciona-se ao fluxo do discurso, isto é, as pressuposições decorrem do conjunto de proposições assumidas no fluxo da conversação; o exemplo utilizado elucida a questão.

(6) Nenhum filósofo é sábio.

(7) Nenhum sábio é filósofo.

As duas sentenças são logicamente equivalentes, mas sob o ponto de vista semântico são diferentes, pois os pressupostos decorrentes de cada uma delas são distintos; os pressupostos são:

(6a) Existem filósofos.

(7a) Existem sábios.

Os pressupostos são definidos em relação ao fluxo do discurso; em (6) os interlocutores assumem a existência de filósofos, enquanto a existência de sábios não é pressuposta a partir de (6). Segundo Ducrot, a partir de (6) é possível enunciar (8) que exclui a pressuposição de que existam sábios.

(8) Nenhum filósofo é sábio; aliás, não existem sábios.

A partir do exposto, conclui-se que os pressupostos estariam ligados ao fluxo do discurso, mas não extrapolariam o nível propriamente lingüístico, e seriam considerados semânticos. MOURA (1999) formula, então, a seguinte hipótese: “o nível pragmático extrapola o nível semântico, o qual abrange seja a estrutura semântica, seja o fluxo do discurso.”⁷ Feita a explicitação do fluxo do discurso, passa-se a analisar a natureza do topos a partir dessa noção.

⁷ ibid.p.7

A noção de topos está relacionada ao fluxo do discurso, portanto cabe averiguar o tipo de encadeamento realizado para analisar a natureza do topos. A ativação de um topos decorre de uma série de condições que extrapolam o nível lingüístico fundamental, pois demanda que se recorra ao conjunto de crenças assumidas pelos falantes no processo de interação, por conseguinte a relação entre o topos e o fluxo do discurso se dá no componente pragmático. Para MOURA (1999), “os topoi e as implicaturas seriam pragmáticos, e os pressupostos seriam semânticos (na medida em que dependem unicamente do fluxo do discurso).”⁸

Para justificar a natureza pragmática dos “topoi,” o autor destaca que a asserção de uma proposição como (1) exclui proposições incompatíveis, por exemplo, a proposição a seguir não é aceita como um pressuposto de (1), pois é incompatível com esse enunciado.

(9) Pavarotti detesta todas as atrizes italianas.

O mesmo não ocorre com os “topoi”, pois admitem encadeamentos contraditórios, se consideradas as condições de uso do enunciado, como é o caso do exemplo a seguir.

(10) Um parente está hospedado na casa de João.

No enunciado acima são possíveis dois encadeamentos contraditórios, de acordo com o topos assumido; no topos que liga família à felicidade, conclui-se que João está feliz, já no topos que liga família à infelicidade, conclui-se que João está incomodado. Só é possível determinar o encadeamento de (10) se resgataremos as condições de uso do enunciado. Para isso, é preciso extrapolar o nível lingüístico. A delimitação do topos relevante de uma expressão lingüística depende de um processo de reconstrução por parte do interlocutor. Ele resgata, a partir das palavras do outro, o topos significativo, isto é, o interlocutor faz uma inferência baseada no implícito.

⁸ Ibid.p.7.

Em síntese, a função referencial em relação à Teoria dos “topoi” não é pertinente, pois o “modelo não coloca como objetivo da teoria semântica a explicitação da função referencial,”⁹ logo esse critério não é relevante. Já o segundo critério, o fluxo do discurso, é apropriado, pois na Teoria dos “topoi” o sentido é definido em função dos encadeamentos discursivos. Ao analisar o funcionamento do fluxo do discurso no topos, podemos observar que os topoi funcionam como implicaturas, pois “a identificação de um topos não é dedutível apenas do fluxo do discurso, mas depende da reconstrução de crenças dos falantes no processo interpretativo.”¹⁰ Os topos devem, então, ser calculados no componente pragmático.

As considerações feitas alargam a análise inicial de ANSCOMBRE (1995). Segundo o lingüista, a Teoria dos “topoi” é semântica, pois os encadeamentos feitos a partir de um topos dependem de contextos aceitos num dado momento da conversação (conjunto de informações compartilhadas pelos interlocutores) e estão intrinsecamente relacionados ao fluxo de informação. Os topos seriam atualizados de acordo com as proposições proferidas no contexto de conversação.

Neste trabalho, consideraremos o tratamento pragmático dado aos topos e a hipótese de que seu uso se assemelha a uma implicatura para analisar o funcionamento argumentativo da ironia.

4.2. A IRONIA COMO UM FENÔMENO PRAGMÁTICO

REYES (1984) parte dos trabalhos desenvolvidos por Sperber - Wilson e caracteriza os enunciados irônicos como polifônicos. Nesses enunciados “*el locutor no assume totalmente su enunciado: lo atribuye a outro, es decir, lo cita como enunciado de outro (pero sin marcar esa cita por medios sintácticos); crea de este modo dos significaciones en una sola enunciación: la significación del ‘outro’ y la propia.*”¹¹ A essa noção a autora agrega o pressuposto de que a ironia é um fenômeno pragmático, pois a justaposição de vozes deve ser analisada à luz de um contexto. O significado irônico é inferido pelo interlocutor a partir de considerações acerca das condições de uso dos

⁹ ibid.p.8

¹⁰ ibid.p.8

¹¹ REYES, Graciela. **Polifonia textual: la citación en el relato literario**. Madrid: Gredos, 1984.p.154

enunciados. Partindo desses dois pressupostos, ela elabora a hipótese de seu trabalho: “*en toda situacion irónica, um contexto ficticio que resulta alternativo respecto del contexto real en el que se comunican locutor irónico e interlocutor irónico.*”¹²

Na primeira parte do seu texto, Reyes caracteriza o fenômeno pragmático nas enunciações irônicas, afirmando que “*la ironía es un fenómeno pragmático: solo se percibe en contexto, y depende de las intenciones del locutor y de las capacidades interpretativas del interlocutor. Pragmáticamente, el significado irónico es una implicatura.*”¹³

A perspectiva tradicional de ironia pressuposta pela retórica clássica considera que o falante usa essa figura para dizer o contrário do quer afirmar; REYES (1984) refuta essa idéia explicando que, se a ironia fosse uma inversão, o autor do texto irônico estaria mentindo ou fingiria mentir e não é isso o que ocorre. O significado irônico é uma implicatura, o falante não mente nem finge mentir, ele faz duas afirmações de uma só vez, uma literal e uma outra que deve ser subentendida pelo interlocutor. A afirmação literal é atribuída a um locutor (o locutor ingênuo), a essa afirmação se justapõe uma outra que não está formulada. Nas enunciações irônicas há, então, dois significados: um literal e o outro encoberto, não articulado verbalmente; o interlocutor irônico aciona o seu conhecimento de mundo para reconhecer os valores expressos ironicamente no enunciado do locutor irônico.

A reconstrução do contexto conversacional feita pelo interlocutor por meios de inferências pragmáticas é evidenciada no texto através de alguns exemplos. O primeiro é denominado ironia de poder; nesse caso o uso da ironia desqualifica o outro, ridicularizando-o. Supõe-se que A propõe uma solução para um problema e recebe as seguintes opiniões:

(1) a. *Genial (Com entonación o gesto ironicos).*

Genial (Com entonação ou gesto irônico).

(1) b. *Eso es tontería.*

Isso é tolice.

¹² ibid., p.160.

¹³ ibid., p. 154.

Em (1) a, o locutor irônico utilizou uma frase feita que caracteriza uma norma social e expressa, em princípio, uma atitude positiva, mas a forma com foi empregada ridicularizou o interlocutor; o sentido irônico de (1) a pode ser refutado, já em (1) b, o sentido é expresso de forma clara.

Num outro exemplo, a ironia caracteriza uma cumplicidade entre os falantes, através dessa estratégia argumentativa, resgatam-se valores compartilhados pelos interlocutores. Dois homens vêem passar uma mulher que não os agrada, um deles comenta:

(2) *Qué belleza.*

Que beleza.

Tanto em (1) a como em (2) há um enunciado fictício dito por um outro, o locutor ingênuo; o contexto fictício de (1) a é o de que a solução proposta por A é genial, o contexto fictício de (2) é o de que a presença de uma mulher que não agrada aos homens é boa, mas o locutor não assume os enunciados (1)a e (2) em seu sentido literal.

O locutor irônico tem dois papéis simultâneos: é o locutor fingido a quem se atribui uma proposição e é o enunciador, o verdadeiro agente do ato de fala, o responsável pelo significado transliteral. Do ato de fala fictício (do locutor fingido) participam o interlocutor imaginário, capaz de compartilhar os valores que o locutor irônico (enunciador) nega. A justaposição entre o contexto fictício e o real produz uma contradição, é esse contraste que gera sentido; o exemplo a seguir demonstra essa questão.

Uns amigos acabam de assistir a um noticiário na televisão cujo conteúdo são más notícias: guerras, catástrofes naturais e não-naturais. Um dos presentes comenta:

(3) *Vivimos en el mejor de los mundos posibles.*

Vivemos no melhor dos mundos possíveis.

O sentido de (3) não é o contrário do afirmado literalmente, ou seja, vivemos no pior dos mundos. Os que assistem ao noticiário poderiam chegar a um acordo, isto é, o mundo

em que se vive não é dos melhores. Em (3) utiliza-se uma frase feita, cujo autor é Leibnitz. De acordo com a situação em que o enunciado foi produzido, a enunciação de Leibnitz foi considerada ridícula, mas numa outra situação, em um discurso filosófico, o otimismo do filósofo seria aceito, sem ser considerado ridículo. O enunciado (3) é irônico, porque assim o consideram os participantes da situação em que (3) foi produzido. O falante irônico de (3) poderia ter dito:

(4) *En qué mundo terrible vivimos.*

Em que mundo terrível vivemos.

O falante escolheu a ironia por ser mais eficaz, ela exime-o de fazer afirmações categóricas, de comprometer-se. A ironia requer uma cumplicidade entre locutor irônico e interlocutor irônico, por conseguinte cabe ao interlocutor formular o segundo significado não dito explicitamente. Nos exemplos (2) e (3) há uma rede de relações não explícitas, isto é, a cumplicidade entre os participantes da interação que os faz assumir um enunciado tácito; os falantes constroem uma ficção que contrasta com a realidade: a beleza feminina que não é da mulher que passa, o melhor dos mundos possíveis que não é o do noticiário. Em (2) o contexto fictício é convocado mediante um lugar comum, um elogio, e em (3) mediante uma citação de uma frase conhecida. A ironia também se caracteriza pela citação de frases tópicos. Numa carta humorística um amigo comunica:

(5) *Nos han puesto um brigadier como decano: los nuevos programas de la facultad seran nacionales, occidentales y cristianos.*

Nos colocaram um brigadeiro como decano: os novos programas da faculdade serão nacionais, ocidentais e cristãos.

Os adjetivos utilizados caracterizam um sistema de valor sustentado por um grupo determinado cujo discurso retrata o estereótipo do discurso oficial; o amigo não comunica o

contrário do que escreve, a voz do brigadeiro está inscrita no enunciado marcado por sua linguagem e ideologia.

Ilustrando ainda o contexto fictício e sua relação com o contexto real, REYES (1984) trabalha com mais um exemplo. Uma amiga conta uma série de pequenos incidentes vividos. Diz que depois de muitos problemas chega por fim, sem ânimo, a uma oficina em que devia fazer uma troca urgente:

(6) *Llegué a las dos menos diez y ya habían cerrado. Me há dado un gusto.*

Cheguei dez minutos para as duas horas e já haviam fechado. Deu-me um prazer.

A ironia requer um interlocutor cúmplice, ele tem que buscar o sentido subjacente, por conseguinte o interlocutor *“debe hacer una inferencia sobre las intenciones del locutor, reconstruir um significado que no se formula verbalmente y que supone una evaluación sobre cierto estado de cosas, asumiendo esa evaluación.”*¹⁴

Em (6) cita-se uma expressão comum, uma frase feita, *“me há dado un gusto”*, a partir dessa expressão tópica, cria-se um contexto fictício no qual a amiga pode ser insensata por sentir prazer com algo que lhe causa um contratempo ou o ouvinte imaginário poderá achar natural esse fato. O locutor irônico atribui o sentido literal da expressão irônica a um falante fictício, denominado locutor ingênuo, que tem no contexto criado seu próprio ouvinte ingênuo. Subjacente a essa comunicação ingênua, comunicam-se locutor irônico e interlocutor irônico, este percebe a duplicação de vozes do locutor e, através da enunciação polifônica, reconstrói um segundo significado, não formulado diretamente pelo locutor, mas percebido pelo interlocutor; o enunciado não formulado surge do contraste entre os contextos real e fictício. O locutor irônico é polifônico, pois dobra a sua voz a partir de uma citação e o interlocutor irônico é poliauditivo, porque de uma só vez compreende o enunciado literal e o sentido transliteral.

¹⁴ Ibid.p.161.

Nessa primeira parte do texto, Reyes caracteriza o contraste entre o contexto real e o fictício, demonstrando que a ironia é um fenômeno pragmático e seu sentido uma implicatura; a compreensão da ironia depende de um processo de reconstrução por parte do interlocutor do sentido relevante do discurso.

Na segunda parte do texto, REYES (1984) caracterizará a ironia em perspectiva polifônica. Para tanto, retoma o pressuposto de Sperber e Wilson: *“a su juicio, el rasgo semántico universal de un texto irónico es su cualidad de mención implícita de una proposición. Esta mención actúa como repetición o eco, echonic mention. El locutor irónico, según Sperber y Wilson, no usa la lengua, solamente la menciona[...].”*¹⁵ Segundo Sperber e Wilson, os enunciados irônicos implicam uma menção, geralmente implícita, de uma opinião que o falante expõe como impertinente ou inadequada; através da menção o locutor expressa uma crença ou um valor acerca da proposição mencionada e não acerca da realidade que motivou a menção. Se quisesse referir-se diretamente à realidade, usaria a linguagem de forma direta. No exemplo (3), o locutor menciona uma proposição e mostra ter dela uma atitude determinada, como essa citação pode localizar-se, Leibnitz resultaria a vítima do jogo irônico, mas quando uma proposição não pode ser atribuída a nenhum sujeito determinado não há vítimas.

REYES (1984) faz objeções a esse pressuposto, considerando primeiramente que nem toda menção que faz eco é irônica; em (3) a menção é percebida, porque o seu sujeito é localizável, Leibnitz, mas quando a frase não tem um sujeito determinado, o locutor pode atribuí-la a outro. Segundo a autora, o que caracteriza a situação de comunicação irônica é o fato de ser polifônica, isto é, a atribuição de um ponto de vista inaceitável a outro, ao locutor ingênuo, essa atribuição se percebe como implicatura por exigir um interlocutor cúmplice; falta ao trabalho de Sperber e Wilson considerar o papel do interlocutor, pois a ironia é uma estratégia eficaz quando o interlocutor a percebe.

A segunda objeção feita é a que considera o autor do enunciado vítima do jogo irônico; em (3) cita-se um locutor identificável, Leibnitz, mas esse locutor não é o único apresentado, a única vítima; Leibnitz serve de representante de um ponto de vista sustentado

¹⁵ ibid., p.164

por muitos, uma crença que várias pessoas podem ter. Não se trata de zombar de Leibnitz, mas de um grupo humano em geral. O locutor ingênuo não é próprio Leibnitz, e sim o consenso que ele representa; quem não conhece o locutor original do enunciado (3) pode interpretar a ironia sem saber qual a origem do enunciado. Querer encontrar um eco, uma menção é um procedimento, muitas vezes, arbitrário, o que sempre se encontra é uma citação de um locutor ingênuo. Para que a ironia funcione, é preciso percebê-la como uma citação de alguém, como uma troca de vozes.

O reconhecimento da origem do enunciado (5) fornece pistas para reconhecer a ironia, os adjetivos encontrados no enunciado não caracterizam o discurso do amigo, ao citar um discurso cristalizado em que é possível reconhecer o seu sujeito, o locutor chama a atenção sobre o caráter fictício da construção irônica, fornecendo pistas, advertindo que o locutor original esteja escondido. O locutor irônico não desperdiça a possibilidade de criticar ou demover valores, citando os enunciados que caracterizam o estilo discursivo de um grupo.

No exemplo (6) não há um locutor original, como em (3) e (5); em (6) basta uma troca de entonação para que o contexto seja explícito. A noção de locutor original recorrente aos enunciados (3) e (6) é semelhante ao que DUCROT (1987) denomina de alocutário, pois o enunciador assimila o discurso da pessoa a quem quer ridicularizar.

REYES (1984) retoma a explicação dada por Ducrot acerca da enunciação polifônica e acrescenta a ela seu ponto de vista.

En la concepción de polifonía de Ducrot, que nos permitía distinguir los casos más simples de citación el locutor cita a un enunciador, responsable del acto de habla. Locutor es el hablante que se constituye como tal por ser el yo del texto; enunciador el hablante suscitado que cumple el acto de habla (atribuido, apropiado, o bien simultáneamente atribuido y apropiado por el locutor). El caso de la ironía parece quitar validez a la distinción locutor-enunciador, pues en un discurso irónico, el enunciador ya no es el hablante suscitado por el locutor, sino el locutor mismo, que es el que tiene intención irónica y por lo tanto cumple el acto de habla irónico. Lo que sucede es que, en las enunciaciones irónicas, locutor y enunciador son correferenciales con el mismo sujeto de enunciacón: el locutor 'crea' (cita) un locutor ingenuo, se desplaza a la categoría de locutor ingenuo, reservándose el papel de enunciador, sin dejar de ser locutor. El locutor ingenuo es el responsable del significado literal, el locutor-enunciador el responsable del significado transtextual, o irónico [...] En la ironía como enunciacón polifónica, el hablante es a la vez locutor y enunciador, pero no por simple coincidencia, sino por un proceso que consiste en adoptar la condición de locutor para delegarla en outro, y reservarse el papel de enunciador: un desdoblamiento en hablantes que se contradicen. (REYES, 1984, p.169-170)

A partir dessa citação, é necessário retomar alguns conceitos de DUCROT (1987) apresentados no capítulo anterior. Primeiramente, na concepção de polifonia delineada pelo lingüista e na qual a ironia se inscreve, o locutor não cita um enunciado, ele faz falar uma voz. Se a ironia fosse compreendida como uma citação, poderia dar a entender que ela é uma forma de discurso relatado; a ironia como citação não é ironia, pois não há nada de irônico em relatar que alguém sustentou um discurso absurdo. A configuração de um enunciado irônico decorre da enunciação de um discurso absurdo, isto é, “o locutor ‘faz ouvir’ um discurso absurdo, mas que o faz ouvir como o discurso de um outro, como um discurso distanciado.”¹⁶ É através do distanciamento entre locutor e enunciador que se faz ouvir o ponto de vista absurdo expresso pelo locutor, mas não assumido por ele.

Diferentemente do que pensa o lingüista, REYES (1984) considera que o enunciador não é o falante suscitado pelo locutor, mas o próprio locutor, é ele que tem a intenção irônica e que produz o ato de fala irônico. Nas enunciações irônicas, o locutor e o enunciador são co-referenciais do mesmo sujeito da enunciação; o locutor cita um locutor ingênuo, se desfaz da categoria de locutor ingênuo e reserva para si o papel de enunciador, sem deixar de ser locutor.

Neste trabalho, pressupomos que o locutor assuma as palavras, mas não o ponto de vista que elas representam, pois as palavras do locutor desdobram-se na voz de dois enunciadoreis: o enunciador irônico responsável pelo sentido transliteral e o enunciador ingênuo responsável pelo sentido literal. A voz do enunciador é convocada mediante inferências do interlocutor, se o interlocutor percebe a ironia, ele reconhece na fala do locutor os dois enunciadoreis e passa a dialogar com o enunciador irônico, mas se o interlocutor não percebe a ironia ele dialoga com o enunciador ingênuo. Na argumentação pela ironia o locutor escapa às normas de coerência, pois nesta estratégia argumentativa estão presentes, a um só tempo, duas premissas contraditórias, sem que sejam submetidas às sanções que isso deveria acarretar.

O segundo aspecto a ser visto diz respeito ao campo teórico no qual a Teoria polifônica se insere. Segundo Ducrot (1987), a enunciação polifônica é vista sob o olhar da

¹⁶ DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987. p.198.

semântica, portanto o lingüista não analisa o sentido da ironia através da atualização dada pelo interlocutor, enquanto REYES (1984) concebe a ironia em perspectiva pragmática, segundo a qual a atualização do sentido irônico se dá mediante a inferências feitas pelo interlocutor.

Neste trabalho, pressupomos que o sentido irônico é atualizado mediante a noção da natureza pragmática do topos; o locutor faz ouvir através do enunciador ingênuo o topos T 1 e através do enunciador irônico o topos T 2, porém o locutor não se identifica com nenhum deles de imediato. A atualização do topos relevante, no caso o sentido transliteral decorrente da ironia, depende da capacidade interpretativa do interlocutor, por conseguinte a ironia é vista como uma implicatura.

A seguir recorreremos a duas cartas selecionadas do painel do leitor na Folha de São Paulo para ilustrar o fenômeno pragmático presente no uso argumentativo da ironia, e caracterizar o sentido irônico através da noção de implicatura.

TEXTO 5

Vantagem

D. Ruth Cardoso descobriu, afinal, uma vantagem em ser pobre: estar protegida contra a crise econômica.

Sorte de um número cada vez maior de brasileiros.¹⁷

De acordo com o texto acima, os pressupostos assumidos no fluxo do discurso seriam:

- (7) É vantajoso ser pobre.
- (8) No Brasil o pobre está protegido da crise econômica.
- (9) Um número cada vez maior de brasileiros têm sorte.

¹⁷ ALMEIDA, Álvaro Bernal. Vantagem. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 de março de 1999. Cad. 1, p.3

Os pressupostos estão diretamente ligadas ao fluxo do discurso, não extrapolam o nível lingüístico, dependem das informações novas que vão sendo agregadas. Dessa forma, a partir de (7), (8) e (9) pode-se inferir que:

(10) A cada dia cresce o número de brasileiros que têm sorte.

(11) A cada dia cresce o número de brasileiros que estão protegidos da crise econômica.

Como já foi afirmado, os pressupostos são informações construídas no fluxo conversacional. O contexto recebe, particularmente aqui, um tratamento semântico, pois os pressupostos não extrapolam o nível lingüístico, mas o referente da expressão: “um número cada vez maior de brasileiros” não está de todo explícito. Pragmaticamente inferimos que o autor faz referência aos pobres, com a intenção de ironicamente dizer:

(12) Um número cada vez maior de brasileiros têm sorte, são pobres;

(13) Um número cada vez maior de brasileiros pobres estão protegidos da crise econômica.

Os enunciados (12) e (13) foram formulados a partir da recuperação do conjunto de crenças do interlocutor, acessadas por regras que extrapolam o nível lingüístico fundamental, isto é, inferências pragmáticas; esses enunciados não são assumidos no fluxo da conversação, podem ser cancelados por não caracterizarem, necessariamente, crenças do locutor do texto. Pressupomos que o sentido irônico dos enunciados acima possa ser atualizado mediante o tratamento pragmático dado ao topos. O interlocutor irônico ativa T1, ‘pobreza é bom’ e T2, ‘pobreza é ruim’, e reconstrói, através de encadeamentos pragmáticos, as premissas da argumentação irônica; elas representam crenças, valores do enunciador irônico. A ativação do topos depende de uma série de condições de uso que envolvem a intencionalidade do falante e fatores sociais e culturais; por conseguinte

a língua não existe fora dos sujeitos que a falam e fora dos eventos discursivos nos quais eles intervêm e nos quais mobilizam seus saberes quer de ordem lingüística, quer de ordem sócio-cognitiva, ou seja, seus modelos de mundo. Estes, todavia, não são estáticos, (re)constróem-se tanto sincrônica como diacronicamente, dentro das diversas cenas enunciativas, o que pode, evidentemente, levar à mudança mais ou menos significativa do conteúdo lexical dos itens lexicais que constituem a sua contra parte lingüística, portanto, no momento em que se passa da língua ao discurso, torna-se necessário invocar conhecimentos - socialmente compartilhados e discursivamente (re)construídos, situar-se dentro das contingências históricas, para que se possa proceder aos encadeamentos discursivos. (KOCH, Ingedore G. Villaça, 1999, p.8)

Anteriormente destacamos que MOURA (1999) caracteriza a natureza pragmática do topos, demonstrando que, a partir de uma mesma palavra, é possível acessar encadeamentos contraditórios; o mesmo procedimento pode ser utilizado para caracterizar a implicatura que identificamos na ironia, por exemplo, a partir de (13) é possível formular encadeamentos contraditórios de acordo com o topos assumido. Se temos um topos T1 ‘pobreza é bom’, conclui-se que os pobres brasileiros têm sorte, estão salvos da crise financeira; por outro lado, é possível admitir o topos T2 ‘pobreza é ruim’ e concluir que um número cada vez maior de brasileiros não participa de investimentos econômicos.

A evocação de um topos na reconstrução do percurso de sentido não depende apenas da estrutura semântica do enunciado, é preciso recorrer às condições de uso do enunciado para acionar inferências pragmáticas e perceber as intenções comunicativas do enunciator irônico.

O reconhecimento da ironia decorre do conhecimento de mundo compartilhado pelo interlocutor em relação ao que foi enunciado; tal conhecimento constitui-se por valores trazidos para o espaço do discurso, sejam eles valores ideológicos, políticos, morais, éticos e outros. Os valores inscritos nos enunciados irônicos não precisam ser necessariamente aceitos pelo interlocutor irônico, e sim, reconhecido por ele. No carta selecionada, por exemplo, o locutor faz falar a primeira dama, esposa do presidente Fernando Henrique Cardoso, ao utilizar o estereótipo do discurso oficial, faz-se uma analogia a um sistema de valor que deve ser assimilado pelo interlocutor, mas não necessariamente aceito por ele; o resgate desses valores é acessado por meio de implicaturas.

TEXTO 6

A luz de Velas

Gostaria de agradecer à Eletropaulo Metropolitana pela oportunidade de voltar ao passado (jantar à luz de velas, notícias no rádio de pilha, banho frio...). Desde o dia 22 de fevereiro, a Eletropaulo vem brindando os moradores da rua Queluzita, no Butantã, e arredores com a falta de energia elétrica, sendo um total de 20 horas sem energia em período de quatro dias. Penso em ir até um antiquário para trocar o ferro elétrico por um a carvão e a geladeira por uma a gás. Mas o que faço com o computador? Falta de energia elétrica? Aproveito para convidar o pombo paulista a pousar seus pés nos fios da rede da Eletropaulo da rua Queluzita. Com essa falta de luz, nunca ficarão quentes.¹⁸

O locutor do texto “A luz de velas” utiliza um discurso cristalizado, ou seja, expressões como: “gostaria de agradecer à Eletropaulo Metropolitana”, “a Eletropaulo vem brindando os moradores da rua Queluzita” representam uma norma social, cuja aplicação revela, normalmente, uma atitude positiva, mas é preciso reconhecer nesse discurso uma dissimulação, o locutor cria um contexto de comunicação artificial para contrastá-lo com a realidade; os efeitos de sentido que emergem de estratégias de contextualização indicam uma crítica sutil à empresa. O interlocutor do texto passa a ser o coprodutor do discurso irônico, com suas inferências instaura a significação encaminhada pelo enunciador irônico; a cooparticipação no interdiscurso irônico produz efeitos de humor, recorrentes à apreensão simultânea de dois planos de significação acionados pelo topos T1 e T2.

A partir do “agradecimento” feito, é possível acessar T1 ‘o progresso é bom’ e T2 ‘o progresso é ruim’, a partir de T2 pode-se concluir que a empresa não é eficiente. Os valores atribuídos ao topos, por inferências pragmáticas, inscrevem-se na carga argumentativa desse elemento; as premissas da argumentação irônica são acessadas através de acordos entre o enunciador irônico e seu interlocutor. Tais premissas tomam por base valores acessados a partir da reconstrução do topos relevante do discurso do enunciador, isto é, através de implicaturas.

¹⁸ KEHDI, Maria José. A luz de velas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1º de mar. de 1999, Cad.1, p.3.

5 ANÁLISE

5.1 ANÁLISE DO TEXTO “PETIÇÃO AO PRESIDENTE”

Analisaremos o texto “Petição ao presidente,” cujo autor é o jornalista Clóvis Rossi. O texto foi publicado no dia vinte e nove de julho de mil novecentos e noventa e quatro no jornal Folha de São Paulo. Rossi é colunista da Folha, escreve com frequência textos opinativos para esse jornal abordando questões políticas, sociais e econômicas. Utilizamos como critério para a seleção desse texto a presença da ironia em função argumentativa.

No decorrer da análise, descreveremos e analisaremos o jogo polifônico inscrito na ironia, destacaremos algumas técnicas argumentativas que favorecem a argumentação irônica para validar a hipótese desse trabalho: a ironia caracteriza um concerto polifônico instaurado no jogo da interlocução, configura-se como um fenômeno pragmático, e seu significado é uma implicatura.

Para verificar a hipótese, definimos algumas diretrizes que orientarão a análise dos textos. Primeiramente, estabelecemos uma breve correlação entre os elementos básicos de uma petição com os encontrados no texto “Petição ao presidente,” destacando algumas semelhanças entre o instrumento jurídico e o texto. Em segundo lugar, descrevemos a função dos locutores, L e λ , dos enunciadores, E1, E2 e E3¹ e a função do alucutário. Em terceiro lugar, descrevemos e analisamos o jogo polifônico através do confronto de topos acessados pelos enunciadores na formulação do pedido de E1, E2 e E3 e na premissa que fundamenta a argumentação de E1 e E2. Em seguida, assinalamos, mais uma vez, o jogo polifônico presente na justificativa apresentada por E1 e E2 em relação à fundamentação do pedido e na contraposição da perspectiva de E3 como a de E1 e E2. Depois destacamos o confronto entre E1 e E3

¹ E1 é o enunciador ingênuo, E2 é o enunciador moralizante e E3 é o enunciador sarcástico.

presente nas considerações finais da petição. Por último, evidenciamos algumas técnicas argumentativas que corroboram a argumentação irônica.

TEXTO 7

PETIÇÃO AO PRESIDENTE

Caríssimo presidente é com enorme constrangimento que lhe escrevo esta carta, a pedido de minha filha. Ela se entusiasmou com a informação de que seu governo prepara-se para dar socorro financeiro a alguns bancos (sem falar na redução de impostos) e passou a achar que tem o mesmo direito.

Alega que acaba de nascer seu segundo filho e que as despesas inevitáveis vão deixá-la “na maior dureza”. Tentei argumentar que esse linguajar é inadequado. Se ela ao menos dissesse que está passando por “uma crise de liquidez”, como certos bancos, seria facilmente atendida. Mas não adianta, presidente. O linguajar da moçada de hoje é esse mesmo.

Também procurei demonstrar que o pedido dela é injusto. Afinal, ela é professora, profissão que, no Brasil, como o senhor bem sabe, goza de salários elevadíssimos e privilégios sem conta.

Já os bancos, coitados, estão sofrendo muito. Só os nove maiores grupos privados tiveram, em 1993, um lucro líquido de apenas US\$ 1 bilhão. Como conseguem fazer para sobreviver é algo que não entendo.

Mas minha filha definitivamente não tem a mesma consciência social e argumentou: “Se os bancos podem, eu também posso. Afinal, a lei é igual para todos.”

Não sei onde ela aprendeu conceitos tão subversivos, meu Deus. Deve ter sido algum professor de esquerda, desses empenhados em destruir os pilares da organização social e política brasileira. Só falta agora essa menina pretender passar pela alfândega sem a revisão de bagagem de praxe, justo no seu governo, presidente, que, nesse ponto, é da maior inflexibilidade, não é?

Por mais que argumentasse, não conseguia demovê-la. Por isso, estou sendo obrigado a enviar-lhe esta carta. Só o faço porque tenho certeza de que o senhor está em posição de me entender.

Sabe, melhor do que ninguém, que coração de pai é como o seu governo em relação aos bancos: absolutamente incapaz de resistir ao menor pranto.

Certo de sua compreensão, aguardo um socorro tão rápido quanto o que está para ser concedido aos bancos.²

5.1.1 PETIÇÃO INICIAL

“Petição ao presidente” é um texto jornalístico de opinião, mas o seu teor e sua estrutura assemelham-se a um pedido formulado judicialmente. A petição é um ato através do qual se formula um pedido a uma pessoa de Direito Público ou Privado ou a uma autoridade de qualquer dos três poderes.

Petição. Na terminologia do Direito Público, distingue o direito que compete a toda pessoa, em virtude do qual se lhe assegura o *direito de representação* ou de *reclamação* perante as autoridades públicas, a respeito de fatos que se mostrem ofensivos a seus direitos ou aos interesses coletivos. Fundados, pois, nesse direito, todos podem dirigir-se às autoridades públicas para formular reclamações ou fazer pedidos que sejam de seu interesse ou de interesse coletivos. (SILVA, 1995, p.371).

A petição inicial tem por finalidade dar início a um litígio; é o primeiro requerimento dirigido pela pessoa à autoridade judiciária, a fim de que, de acordo com os preceitos legais, se inicie o processo; “a petição inicial conduz o *pedido*, que forma o objeto *da causa*, isto é, a indicação da relação jurídica violada, que deve ser garantida ou a ameaça que pesa sobre um direito, que deve ser protegido, com os necessários esclarecimentos que o fundamentem e as razões jurídicas em que se baseia.”³ A formulação da petição inicial segue uma estrutura formal consagrada pelo uso, inicia-se com a indicação do seu destinatário; o nome e a qualificação do requerente; o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; a causa e sua finalidade; a formulação final; a localidade, a data e a assinatura do requerente ou de seu procurador.

As marcas do discurso jurídico presentes no texto “Petição ao presidente” do mesmo modo que dotam o texto de um certo poder de persuasão, pelo poder inerente ao discurso jurídico, também evidenciam um tom irônico, pois a inadequação proposital da

² ROSSI, Clóvis. *Folha de São Paulo*, 29 de jul. 1994, Cad.1, p.2

³ SILVA, Plácido. *Vocabulário jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 1995. p.371

modalidade discursiva utilizada com relação ao local em que ele foi publicado desqualifica a própria função do recurso jurídico, levando o leitor a indagar sobre a garantia conferida à lei.

Traçaremos uma breve comparação entre a Petição jurídica e o texto “Petição ao presidente” destacando o conteúdo e a estrutura básica de cada texto.

	A Petição	“Petição ao presidente”
Conteúdo	Formulação de um pedido.	“...é com enorme constrangimento que lhe escrevo esta carta, a pedido de minha filha.”
Estrutura	Indicação do destinatário. O fato e o fundamento jurídico do pedido. A causa e sua finalidade. Fórmula final	“Caríssimo presidente.” “Ela se entusiasmou com a informação de que seu governo prepara-se para dar socorro financeiro a alguns bancos (sem falar na redução de impostos) e passou a achar que tem o mesmo direito.” “Alega que acaba de nascer seu segundo filho e que as despesas inevitáveis vão deixá-la ‘na maior dureza’.” “Ela é professora, profissão que, no Brasil, como o senhor bem sabe, goza de salários elevadíssimos e privilégios sem conta.” “Certo de sua compreensão, aguardo um socorro tão rápido quanto o que está para se concedido aos bancos.”

Os elementos jurídicos presentes no texto são usados de forma irônica, ou seja, em perspectiva polifônica; o teor da Petição é utilizado segundo a perspectiva de cada enunciador como destacaremos nos itens a seguir.

5.1.2 A PRESENÇA DOS LOCUTORES, DOS ENUNCIADORES E DO ALOCUTÁRIO

a) Os locutores

Segundo DUCROT (1987), a descrição da enunciação constitui o sentido do enunciado e essa descrição passa pelo entendimento dos sujeitos eventuais da enunciação, os locutores e os enunciadores. O locutor é o responsável pelo enunciado, é a ele que se refere o pronome *eu* e as marcas de primeira pessoa. No texto “Petição ao presidente” elas são evidenciadas pelo uso da desinência número-pessoal que remetem à primeira pessoa nos seguintes casos: “*escrevo* esta carta,” “*tentei* argumentar,” “*procurei* demonstrar,” “*eu* também”, *eu* também *posso*, “*não sei* onde ela aprendeu,” “*não conseguia* demovê-la,” “*estou* sendo obrigado,” “*Só faço* porque *tenho* certeza,” *guardo* um socorro.” Mas vale ressaltar que o locutor não é a autor empírico do enunciado.

Por definição, entendo por locutor um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a que se deve imputar a responsabilidade deste enunciado. É a ele que se refere o pronome *eu* e as outras marcas de primeira pessoa. Mesmo que não se leve em conta, no momento, o discurso relatado direto, ressaltar-se-á que o locutor, designado por *eu*, pode ser distinto do autor empírico do enunciado, de seu produtor – mesmo que as duas personagens coincidam habitualmente no discurso oral. Há de fato casos em que, de uma maneira quase evidente, o autor real tem pouca relação com o locutor, ou seja, com o ser, apresentado, no enunciado, como aquele a quem se deve atribuir a responsabilidade da ocorrência do enunciado. (DUCROT, 1987, p.182).

Ainda que a presença de marcas de primeira pessoa seja imputável a um locutor, é possível reconhecer casos em que uma enunciação possa ser atribuída a dois locutores, é o que DUCROT (1987) denomina de “dupla enunciação”; ela aparece no discurso relatado em estilo direto (abreviado por RED), como em “Pedro diz ‘João me disse: *eu virei*.’”⁴ Nesse enunciado as marcas de primeira pessoa remetem a dois seres diferentes, Pedro e João, não há dois enunciados sucessivos, há um único enunciado e dois locutores distintos. O desdobramento aparece também em outros casos, como no eco imitativo “(A: ‘Eu não estou bem’ - B: ‘Eu não estou bem; não pense que você vai me comover com isso);’”⁵ no discurso imaginário “(Se alguém me disse *vou sair*, eu lhe responderia...);”⁶ na organização de um teatro, uma pessoa pode levantar indagações e ela mesma respondê-las; um outro caso de

⁴ DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. São Paulo: Pontes. 1987. P.185.

⁵ *ibid.* p.185

⁶ *ibid.* p.185

desdobramento da voz do locutor é “alguém fazer-se o porta-voz de um outro e empregar, no mesmo discurso, *eus* que remetem tanto ao porta-voz, quanto à pessoa da qual é porta-voz.”⁷

O desdobramento do locutor no RED aparece no quinto parágrafo do texto “Petição ao presidente” e assemelha-se ao último caso apresentado no parágrafo anterior; há o porta-voz do pedido, quanto à pessoa da qual é porta-voz. Nessa parte do texto, existem dois locutores, o pronome *eu* e as demais marcas de primeira pessoa podem remeter a um ou a outro. O primeiro locutor é identificado pela presença do pronome possessivo de primeira pessoa em “*minha* filha” e o segundo aparece em “*eu* também *posso*”.

DUCROT (1987) além de distinguir o locutor – ser de discurso – do sujeito falante – o ser empírico – distingue no próprio interior da noção de locutor o “locutor enquanto tal”⁸, L, e o locutor “enquanto ser do mundo, λ .”⁹ Para distinguir a noção de L e λ o lingüista recorre à interjeição, ao *ethos* e aos performativos explícitos.

Na interjeição aparece um sentimento que é expresso na própria enunciação. “Ao dizer *Ai de mim!* ou *ah!* colore-se sua própria fala de tristeza ou de alegria: se a fala dá a conhecer estes sentimentos, é na medida em que é, ela própria, triste ou alegre.”¹⁰ L é o locutor que expressa o seu sentimento em uma enunciação; no caso das interjeições o locutor é L. Nos enunciados declarativos os sentimentos são exteriores à enunciação, ou seja, os sentimentos são objeto da enunciação; “alguém que se contenta em dizer ‘Estou muito triste’ ou ‘Estou muito alegre’, pode-se eventualmente fazer notar que ele não tem a aparência, tomando-o na sua atividade de fala, nem triste nem alegre.”¹¹ O locutor dos enunciados declarativos é λ .

Direi, pois, que o ser a quem se atribui o sentimento, em uma interjeição, é L, o locutor visto em seu engajamento enunciativo. E é a λ , ao contrário, que ele é atribuído nos enunciados declarativos, isto é, ao ser do mundo que, entre outras propriedades, tem a de enunciar sua tristeza ou sua alegria (de modo geral o ser que o pronome *eu* designa é sempre λ , mesmo se a identidade deste λ só fosse acessível através de seu aparecimento como L). (DUCROT, 1987,p.188).

⁷ *ibid.*p.185.

⁸ *ibid.*p.188

⁹ *ibid.* p.188

¹⁰ *ibid.*p.188.

¹¹ *ibid.* p.188.

DUCROT (1987) recorre à noção de *ethos* para distinguir L e λ . Na argumentação o orador dá ao auditório uma imagem favorável de si, através do modo como desempenha a sua atividade retórica. Tal imagem é um elemento que favorece a persuasão no processo argumentativo; “o *ethos* está ligado a L, o locutor enquanto tal: é enquanto fonte da enunciação que ele se vê dotado [*affublé*] de certos caracteres que, por contraponto, torna esta enunciação aceitável ou desagradável.”¹² Quando o orador passa a ser o objeto de sua enunciação, ele é λ . “O que o orador poderia dizer de si, enquanto objeto da enunciação, diz, em contrapartida, respeito a λ , o ser do mundo”¹³.

Para precisar a noção de “performativos explícitos”, DUCROT (1987) recorre à distinção entre L e λ . Segundo o lingüista, o verbo desejar, presente na fórmula “Eu desejo...” é utilizado para realizar uma asserção de ordem psicológica, o pronome *eu* que designa a pessoa do discurso equivale a λ , pois esse locutor não está experimentando o desejo, está declarando o desejo. Por outro lado, o ato de desejar só existe enquanto expressão de um sentimento, logo ele pode ser atribuído a L, “L realiza o ato de desejar afirmando que λ deseja.”¹⁴ Ao compreender a fórmula “Eu desejo...” como um ato que expressa o sentimento de L, somos levados a admitir que o *eu* faz referência a L. “L pertence ao comentário da enunciação feita globalmente pelo sentido, λ pertence à descrição do mundo feita pelas asserções interiores ao sentido.”¹⁵ Nos performativos explícitos, como é o caso de “Eu desejo...” a declaração de λ é utilizada para mostrar o desejo de L.

No texto “Petição ao presidente” λ é a pessoa física do jornalista Clóvis Rossi, ele é o ser do mundo. É possível retomar a distinção entre L e λ estabelecida por DUCROT (1987) quando trabalha com a noção de performativos explícitos, ele observa que no ato de pedir inscreve-se uma solicitação de ajuda, portanto o locutor anuncia um sentimento que aparece sob a forma da declaração feita pelo jornalista, λ . No primeiro enunciado do texto “Caríssimo presidente é com enorme constrangimento que lhe escrevo esta carta a pedido de

¹² *ibid.* p.189.

¹³ *ibid.* p.189.

¹⁴ *ibid.* p.190.

¹⁵ *ibid.* p.191.

minha filha,” o jornalista, λ , faz a sua declaração na Petição, mas é o locutor, L, quem pede a ajuda.

Pressupomos que a imagem de λ , o jornalista Clóvis Rossi, é constituída a partir da elocução de L. Em outras palavras, a imagem do jornalista é construída através das perspectivas dos enunciadores colocados em cena por L.

b) Os enunciadores

Os locutores são responsáveis pelo enunciado, mas não assumem o sentido inscrito na enunciação irônica, cabe aos enunciadores assumirem os sentidos possíveis decorrentes da ironia. Os enunciados trazidos pelo locutor para o espaço do discurso desencadeiam uma ambigüidade expressiva que tem como efeito uma tensão. Esta tensão decorre da justaposição entre os pontos de vistas distintos dos enunciadores. Na elocução de L pode estar presente o enunciador ingênuo, E1, o enunciador moralizante, E2, e o enunciador sarcástico, E3.

O enunciador ingênuo, E1, caracteriza uma parcela da população brasileira que acredita viver num Estado democrático, portanto E1 fundamenta seu pedido de ajuda no princípio da democracia, a igualdade de direitos e deveres, o que pressupõe a crença no direito à cidadania. O enunciador moralizante, E2, denuncia que o Estado não é de fato democrático, porque nem todos têm os mesmos direitos e deveres, portanto fere-se o direito à cidadania. E2 utiliza como premissa de sua argumentação o observância da ausência de valores éticos, morais e jurídicos. O enunciador sarcástico, E3, desqualifica o poder de razão e de verdade inscrito no discurso de autoridade, assim como zomba da perspectiva ingênua de E1. E3 transforma o alocutário, o presidente Itamar Franco no alvo de sua enunciação e assinala que o princípio que orienta as ações do Estado é o capitalismo, por conseguinte os pedidos são concedidos àqueles que geram lucro, logo nem todos têm os mesmos direitos.

A partir da elocução colocada em cena por L, há a projeção dos pontos de vista dos enunciadores, E1, E2 e E3. A perspectiva de cada enunciador é percebida por seu respectivo interlocutor. O topos acessado pelo enunciador ingênuo E1, por exemplo, é percebido pelo interlocutor igualmente ingênuo que atribui o sentido literal à expressão irônica, enquanto o interlocutor irônico perpassa esse contexto de comunicação elementar

para estabelecer com E2 e E3 uma cumplicidade enunciativa. À medida que os interlocutores vão assimilando a projeção de vozes dos enunciadores ocorre uma fusão entre a perspectiva do enunciador e do interlocutor, o que não significa que o interlocutor aceite, necessariamente, o ponto de vista do enunciador, o interlocutor apreende o sentido da enunciação.

A imagem de λ , o jornalista Clóvis Rossi, é constituída por meio da projeção dos pontos de vista dos enunciadores assimilados por seus respectivos interlocutores. Pode-se construir a imagem de uma pessoa honesta, mas ingênua, de uma pessoa que prima pelos valores éticos e morais ou ainda de uma pessoa capaz de sarcasmo.

A sistematização do topos pelo interlocutor ingênuo não atualiza um sentido cristalizado, os efeitos de sentido emergem de estratégias de contextualização. Nesse contexto o sentido, por vezes absurdo,¹⁶ assumido por E1 é pressuposto no fluxo do discurso, ou seja, consideram-se as informações compartilhadas no contexto de conversação que permitem uma dada interpretação do enunciado. BRAIT (1996) comenta o artigo *Le sens litteral* produzido por SEARLE (1979) e observa que

é um erro compreender o sentido literal da frase como sendo inteiramente independente do contexto. Para ele [Searle], a noção de sentido literal de uma frase, num grande número de casos, só pode ser encontrada quando aplicada a um conjunto de elementos previamente assumidos. A partir de frases que parecem ser casos favoráveis à idéia, segundo a qual o sentido literal é independente do contexto, demonstra que a aplicação da noção de sentido literal de uma frase é sempre relativa a um conjunto de assunções contextuais, ou ao menos, que a noção de um sentido absolutamente independente do contexto não tem aplicação geral e que parece haver uma classe bastante ampla de frases, às quais o argumento favorecendo o contexto parece aplicável. (BRAIT, 1996, p.77)

Alguns aspectos da citação acima podem ser incorporados a esse trabalho. A sistematização do topos pelo interlocutor ingênuo, através de estratégias de incorporação do sentido literal, se dá a partir de pressupostos contextuais. O conteúdo pressuposto decorre do desdobramento de proposições inscritas no posto. Em outras palavras, as proposições que

¹⁶ Alguns enunciados assumidos por E1 assinalam pontos de vista absurdos, mas há outros que caracterizam pontos de vista ingênuos. O fundamento da argumentação de E1, inscrito no item 6.1.3 A FORMUNLAÇÃO DO PEDIDO E O SEU FUNDAMENTO é representado pelo topos elementar 'direitos iguais para todos', é possível considerar que esse topos assinala uma perspectiva ingênua, uma vez que é uma estrutura estereotipada, seu valor argumentativo parece insipiente, mas não é possível considerar que o topos assinala um ponto de vista absurdo.

dizem respeito ao conteúdo posto serão atribuídas ao locutor, os pressupostos decorrentes do conteúdo posto serão atribuídos ao enunciador ingênuo, E1.

O alargamento do sentido do texto vai sendo delineado através de estratégias contínuas de contextualização que não se limitam às proposições assumidas no fluxo do discurso. O interlocutor cúmplice da ironia ao recorrer as implicaturas - inferências pragmáticas que não tomam por base o sentido literal, mas as intenções do interlocutor - é capaz de identificar, mediante o tratamento pragmático dado ao topos, um universo de valores encenados pelos enunciadores E2 e E3 e reconstruir um significado que não está formulado verbalmente. A perspectiva de E2 é marcada por um tom denunciador, moralizante, cujos preceitos pautam-se em valores éticos, morais e jurídicos, a perspectiva de E3 é estabelecida através sarcasmo, dessacralizando, por vezes, o discurso oficial ou zombando do enunciador ingênuo.

c) O alocutário

A presença do alocutário é marcada pelo pronome *lhe* (“é com enorme constrangimento que *lhe* escrevo esta carta”, “Por isso estou sendo obrigado a enviar-*lhe* esta carta”), a petição é dirigida ao ex-presidente Itamar Franco. E3 torna o destinatário, assim como o grupo que representa vítima do jogo irônico.

No quadro a seguir está sintetizada a função dos locutores, dos enunciadores e do alocutário.

LOCUTOR		ENUNCIADOR	ALOCUTÁRIO
L é o locutor global da enunciação, é o responsável pela elocução.	λ é a pessoa física do jornalista Clóvis Rossi.	E1 é o enunciador ingênuo.	É o destinatário da Petição, o ex-presidente Itamar Franco.
		E2 é o enunciador moralizante, assume as proposições pautadas nos valores éticos, morais e jurídicos.	
		E3 é o enunciador sarcástico	

5.1.3 A FORMULAÇÃO DO PEDIDO E O SEU FUNDAMENTO

Parte I (primeiro parágrafo)

Nessa parte do texto aparecem a formulação do pedido de E1, E2 e E3 e a premissa que fundamenta o pedido de E1 e E2. Tais elementos inscrevem-se nos topos e nas formas tópicas acessadas pelos enunciadores.

a) O reconhecimento da perspectiva de E1, E2 e E3 na formulação do pedido

A formulação do pedido inscreve-se num jogo polifônico, cuja perspectiva é delineada pelos enunciadores que atualizam topos distintos a partir dos topos associados ao verbo pedir.

A primeira parte do texto está marcada pela desinência número-pessoal que remete à primeira pessoa do singular, *eu*; a proposição abaixo representa o conteúdo posto pelo locutor. L é o responsável pelo pedido, ele declara o sentimento decorrente da solicitação feita; a marca de subjetividade inscrita na voz do locutor é categorizada pelo termo destacado.

(14) p. Caríssimo presidente é com enorme *constrangimento* que lhe escrevo esta carta, a pedido de minha filha.

A partir do conteúdo posto pelo locutor, o enunciador ingênuo, E1, toma para si o constrangimento pressuposto e assume:

(15) pp. Existe pelo menos uma pessoa que declara seu *constrangimento* ao fazer um pedido.

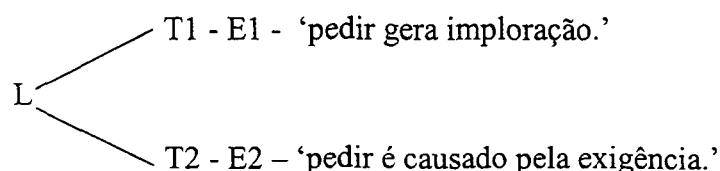
(16) pp. Quando alguém faz um pedido sente-se constrangido.

Os pressupostos (15) e (16) inserem-se num contexto em que as proposições vão sendo construídas no fluxo do discurso. Mas, é possível perceber um outro contexto de comunicação, o que decorre de inferências pragmáticas, a perspectiva do enunciador irônico E2 é reconhecida pelo interlocutor cúmplice do jogo irônico. Nesse contexto, são consideradas, não somente as pressuposições assumidas no fluxo do discurso, mas também as crenças, os valores éticos, morais e jurídicos anunciados por E2. A leitura irônica de (14) conduz às seguintes implicaturas:

(17) Quando alguém pede algo considera seu pedido fundamentado e justo.

(18) Existe uma pessoa que se sente *indignada* ao fazer um pedido.

O jogo polifônico inscrito no enunciado irônico (14) pode ser representado pelos topos T1 e T2 acessados, simultaneamente, por E1 e E2.



O topos associado ao verbo pedir assinala duas perspectivas. A primeira é assumida por E1 ao associar o verbo pedir a implorar. Já o vínculo estabelecido entre o verbo pedir exigir foi acessado por E2 em razão do reconhecimento de alguns fatos veiculados pela mídia que revelam como prática do Estado o privilégio concedido a alguns bancos, logo o pedido tem fundamento, é justo.

O topos acessado por E1 é intensificado pelo modificador realizante *enorme* que fortalece, ainda mais, a força argumentativa própria da palavra implorar; a perspectiva de E1 apresenta-se através da forma tópica:

“pedir gera imploração.”

FT 1 - [- fundamento, +imploração].

Mas se considerarmos que a solicitação desencadeia o topos exigência, anunciado por E2, o modificador *enorme* intensifica a força inscrita nessa palavra e desencadeia-se a seguinte forma tópica:

‘pedir é causado por exigência.’

FT 2 [+ fundamento, + exigência].

Um outro contexto de comunicação também pode ser percebido; nele o enunciador sarcástico, E3, expõe seu ponto de vista transformando o alocutário no alvo de sua enunciação com a intenção de desmoralizar uma autoridade. Nesse contexto de comunicação irônica, o interlocutor cúmplice do jogo irônico infere a partir de (14) que:

(19) O presidente deveria se sentir *constrangido* diante do pedido de um cidadão brasileiro.

Considerando que E3 tem por intenção desqualificar uma autoridade, é possível, através de inferências pragmáticas, dar continuidade à proposição (19) e estabelecer a seguinte implicatura:

(20) O presidente deveria se sentir *culpado* diante do pedido de um cidadão.

Nas proposições (19) e (20) há um sujeito localizável, o ex-presidente Itamar Franco; ele representa o ponto de vista de um segmento social que passa a ser vítima do jogo irônico; E3 utiliza a ironia para ridicularizar esse grupo. Considerando as intenções de E3 é possível a partir de (20) subter:der:

(21) Quando alguém atribui uma culpa a uma outra pessoa, inscreve-se no seu pedido a exigência de mudança.

As proposições assumidas por E3 pode resultar no seguinte topos:

L —→ T3 - E3 – ‘pedir gera mudança’

A força argumentativa inerente ao modificador *enorme* pode relacionar-se, também, à mudança e intensificar a força argumentativa dessa palavra; não é só uma mudança que se deseja, mas uma *enorme* mudança. A atualização do topos acima pode ser representada por:

‘pedir gera mudança.’

FT 3 [+fundamento, + mudança].

Ao descrevermos FT 1, FT 2 e FT 3 pressupomos uma dinâmica argumentativa, em que o sentido da enunciação vai ampliando-se. O verbo pedir evoca topos distintos que são atualizados segundo a perspectiva de cada enunciador. Segundo E1, quando alguém pede algo, sente-se constrangido, já para E2, quando alguém pede algo, sente-se indignado, pois

seu pedido é justo, tem fundamento e para E3, quando alguém atribui uma culpa à autoridade, inscreve-se no seu pedido a necessidade de mudança.

As pressuposições assumidas por E1 não são canceláveis, são compartilhadas e assumidas no fluxo do discurso pelo interlocutor ingênuo. Já as implicaturas, atualizadas a partir do topos convocado por E2 e E3, podem ser canceladas por serem proposições inferidas pragmaticamente do conjunto de crenças, valores e intenções percebidas pragmaticamente no processo de interlocução. O sentido irônico é atualizado mediante o tratamento pragmático dado ao topos que abrange os pressupostos e as implicaturas, ou seja, T1, T2 e T3.

O jogo irônico inscrito nessa primeira parte destaca uma contradição de valor argumentativo, representada pelo topos acessados por E1, E2 e E3. A contradição irônica não é propriamente uma inversão de sentidos, ou seja, não se apresenta uma mentira para ser confrontada com uma verdade, e sim pontos de vista distintos que advêm da justaposição entre contextos de comunicação diferentes. A formulação do pedido anunciada por L está, pois, presente nos topos assumidos pelos enunciadores E1, E2 e E3.

A partir da elocução de L há uma projeção de pontos de vistas que assinalam um jogo de perspectivas que constituem a imagem de λ , o jornalista Clóvis Rossi. É possível construir a imagem de uma pessoa ingênua que, ao pedir, sente-se constrangida, a imagem de uma pessoa que prima por condutas éticas, e, ao pedir, sente-se indignada ou, ainda, a imagem de uma pessoa sarcástica que zomba de uma autoridade para pedir mudança.

A FORMULAÇÃO DO PEDIDO		
L	<p>E1 (enunciador ingênuo) – ‘pedir gera imploração’ [- fundamento, + imploração]</p> <p>E2 (enunciador moralizante) – ‘pedir é causado por exigência’ [+ fundamento, + exigência]</p> <p>E3 (enunciador sarcástico) – ‘pedir gera mudança’ [+ fundamento, + mudança]</p>	λ

b) A premissa que fundamenta a argumentação de E1 e E2

As proposições a seguir caracterizam o conteúdo posto por L.

(22) p. Ela se entusiasmou com a informação de que seu governo prepara-se para dar socorro financeiro a alguns bancos (sem falar na redução de impostos).

(23)p. E Passou a achar que tem os mesmos direitos.

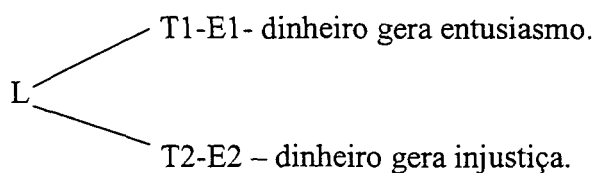
O pressuposto a seguir caracteriza o conteúdo assumido por E1 a partir do que foi enunciado por L em (22).

(24) pp. Existe ao menos uma pessoa que sabe que o governo dispõe de algum recurso financeiro.

Há um outro contexto de comunicação, a partir dele E2 anuncia seu ponto de vista. A partir de (22) é possível subentender que E2 anuncia:

(25) Existe pelo menos uma pessoa que se sentiu *injustiçada* ao saber do auxílio dado pelo governo aos bancos.

O jogo polifônico inscrito em enunciados irônicos, como é o caso de (22), pode ser representado a partir da atualização de topos distintos, T1 e T2 são acessados por seus respectivos enunciadorees.



A atualização dos topos pode ser representadas pelas seguintes formas tópicas:

‘dinheiro gera entusiasmo’.

FT1 – [+ dinheiro, +felicidade]

‘dinheiro gera injustiça.’

FT2 – [+ dinheiro, - justiça]

E1 parece assumir a voz de uma grande parcela da população alheia aos efeitos das medidas econômicas adotadas pelo governo, por isso é denominado de enunciador ingênuo. E2 pauta sua enunciação em premissas caracterizadas através de topos que compreendem valores éticos e morais, portanto a intenção desse enunciador é de denunciar a contraversão desses valores e assinalar que a má distribuição de renda gera injustiça social.

O conteúdo posto em (23) desencadeia a premissa assumida por E1:

L —→ T1- E1- ‘direitos iguais para todos.’

O topos anterior assumido por E1 caracteriza o fundamento jurídico do pedido, é a partir desse topos que E1 estabelece a orientação argumentativa de sua enunciação. O topos utilizado por E1 é geral, o princípio argumentativo utilizado é considerado como válido numa infinidade de situações, ou seja, o topos representa um jargão do discurso jurídico.

A proposição (24) é assumida no fluxo do discurso, não extrapola o nível semântico. O topos acessado por E1 ocorre num contexto de comunicação em que o sentido literal é relativo a um conjunto de pressuposições contextuais.

E2 dá continuidade à argumentação encadeando a partir de (23) a seguinte implicatura:

(26) O Estado não concede a todos os mesmos direitos.

A partir de (26) desencadeia-se o topos que representa a premissa da argumentação proferida por E2:

$L \longrightarrow$ T2- E2 - ‘o Estado não é democrático.’

O fundamento da Petição estabelecido por E1 parte da relação estabelecida entre ‘dinheiro e entusiasmo’. Esta relação conduz ao topos ‘direitos iguais para todos’. Em outras palavras, se todos têm os mesmos direitos, todos devem receber incentivo financeiro, logo todos ficarão entusiasmados. Por outro lado, a relação estabelecida por E2 entre ‘dinheiro e injustiça’ conduz ao topos elementar ‘o Estado não é democrático’. Dito de outro modo, se a má distribuição de recursos públicos gera injustiça, alguns não são beneficiados, logo o Estado não concede a todos os mesmos direitos.

A FUNDAMENTAÇÃO DO PEDIDO DE E1 e E2			
L	E1	E2	λ
	‘dinheiro gera entusiasmo’ [+ dinheiro, + felicidade] PREMISSA: ‘direitos iguais para todos.’	‘dinheiro gera injustiça’ [- dinheiro, - felicidade] PREMISSA: o Estado não é democrático.	

O topos assumido por cada enunciador, E1 e E2, projeta-se na imagem de λ , o jornalista Clóvis Rossi. Pode-se ter a imagem de um sujeito ingênuo que crê que o jargão jurídico, ‘direitos iguais para todos,’ possa ser suficiente para fundamentar o pedido. Por outro lado, é possível construir a imagem de um indivíduo consciente dos valores morais, éticos e jurídicos, e fundamenta seu pedido na denúncia da violação de um direito constitucional através do topos ‘o Estado não é democrático’.

5.1.4 A CAUSA DA PETIÇÃO E SUA FINALIDADE

Parte II (do segundo ao quarto parágrafo)

Nessa segunda parte do texto estão presentes os elementos que justificam o pedido de E1 e E2, esses elementos estão inscritos nos topos e nas formas tópicas acessadas pelos enunciadores.

a) A justificativa apresentada por E1 e E2

Os pressupostos partem do conteúdo posto por L inscritos no segundo parágrafo:

(27)p. Tentei argumentar que esse linguajar é inadequado. Se ela ao menos dissesse que está passando por uma “crise de liquidez,” como certos bancos, seria facilmente atendida.

A partir da elocução de L é possível pressupor que E1 anuncia:

(28) pp. Para ser atendido é preciso adequar a linguagem ao interlocutor.

E1 anuncia um pressuposto retórico básico: é em função do auditório que a argumentação se realiza. A imagem que o orador tem do seu auditório norteia a prática argumentativa, a argumentação fundamenta-se, pois em acordos.¹⁷ Seria preciso adequar o discurso ao interlocutor para ser atendido.

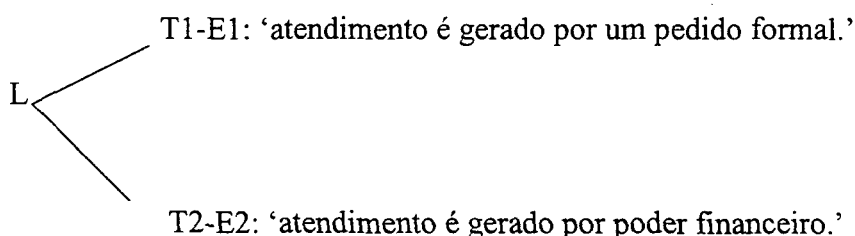
O ponto de vista de E1 pode ser considerado ingênuo se considerarmos que os acordos à argumentação não se fundamentam apenas na adaptação do discurso ao auditório, é preciso considerar que os acordos passam também pela inserção de premissas que podem

¹⁷ Os elementos descritos nesse parágrafo correspondem aos conteúdos abordados no item 2.2 ALGUMAS CONDIÇÕES PRÉVIAS À ARGUMENTAÇÃO.

estar fundamentadas em valores¹⁸, em especial aqui, os valores econômicos. A partir de (27) é possível subentender que E2 tem a intenção de asseverar.

(29) Para ser atendido é preciso ter poder econômico.

E2 evidencia que para ser ouvido, possivelmente atendido, não basta adequar o discurso ao interlocutor, existe um critério prévio, qual seja: o poder econômico. E2 demonstra que o poder econômico é um valor social definitivo, por extensão, esse valor sobrepõe-se aos valores éticos, morais e jurídicos. Com efeito, E2 denuncia: ‘o Estado não é democrático’. O jogo irônico é representado pelo topos T1 e T2 assumidos por cada um de seus enunciadores:



A descrição do topos desencadeia as seguintes formas tópicas:

‘atendimento é gerado por pedido formal.’

FT 1 - [+formalidade, + atendimento] ou [- formalidade, - atendimento]

‘atendimento é gerado pelo poder financeiro.’

FT 2- [+dinheiro, +atendimento] ou [- dinheiro, - atendimento]

Através do topos e das formas tópicas atualizadas observamos que o grupo favorecido pelo governo, assim como o grupo que o ex-presidente representa compõem um

¹⁸ Os valores, assim como outros elementos servem como ponto de partida da argumentação, descritos no item 2.3 AS PREMISSAS QUE SERVEM COMO PONTO DE PARTIDA DA ARGUMENTAÇÃO.

mesmo segmento. Os que têm condições de dialogar com o governo são aqueles que têm poder econômico, por conseguinte estabelecem uma relação de troca de favor.

A partir do conteúdo posto no terceiro e quarto parágrafos, E1 anuncia:

(30) p.p. Os bancos são atendidos quando há crise de liquidez.

E2 assume um outro ponto de vista, destacados nas seguintes implicaturas:

(31) Existe alguém que considera que é *justo* o professor ter os mesmos direitos dos bancos.

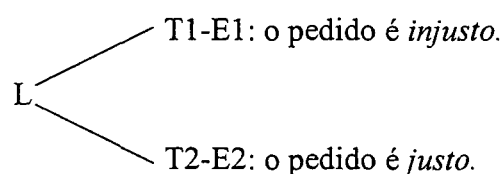
(32) Existe alguém que considera que os bancos são privilegiados; seus lucros são *elevadíssimos*, o lucro *só* dos nove maiores foi *altíssimo*, US\$ 1bilhão em 1993.

(33) Os professores não são privilegiados; seus salários são *baixíssimos*.

(34) Os professores sofrem *muito*.

(35) Os bancos sofrem *pouco*.

As perspectivas de E1 e E2 podem ser sintetizadas a partir do topos T1 e T2, acessados por seus respectivos enunciadores.

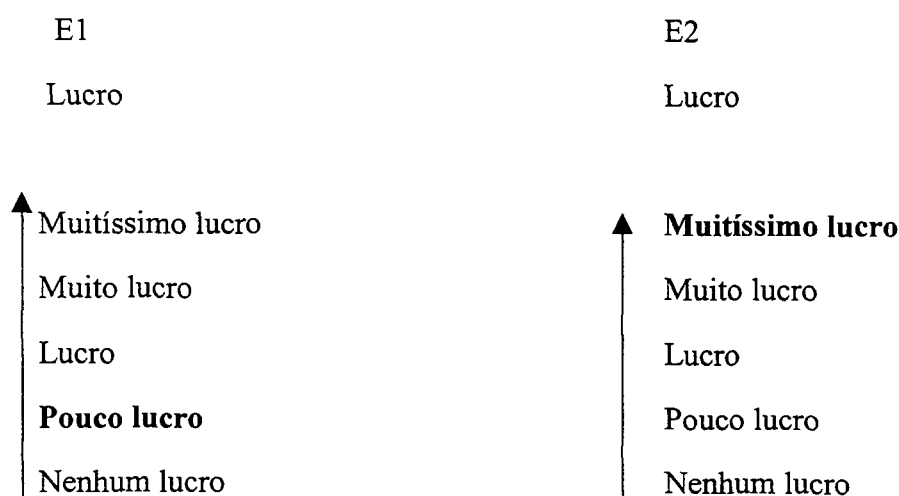


Embora E1 fundamente seu pedido no topos ‘direitos iguais para todos’, ele crê em fatos que evidenciam que o pedido do professor é injusto, pois professor é considerado privilegiado, seu salário é elevadíssimo, logo a concessão de privilégios aos professores contrapõe-se à premissa assumida por E1. Já o pedido justo justifica a fundamentação do

pedido de E2, ‘o Estado não é democrático’. O professor não é privilegiado, seu salário é baixíssimo, logo a igualdade de direito não é um princípio assumido pelo Estado.

Os modificadores intensificam a força argumentativa atuando sobre o “topos” e a forma tópica; as perspectivas de E1 e E2 são distintas, logo os modificadores intensificam pontos de vistas diferentes. Segundo a perspectiva de E1, o modificador *elevadíssimos* está relacionado aos salários dos professores, e o modificador *muito* relaciona-se aos bancos. Já E2 assume um outro ponto de vista, o modificador *elevadíssimo* corresponderia aos lucros dos bancos ou, ainda, poderia estar relacionado ao professor, mas ser interpretado de forma inversa, salário *baixíssimo* como em (33); o modificador *muito* estaria relacionado ao sofrimento dos professores ou, ainda, corresponderia ao sofrimento dos bancos, mas ser interpretado de forma inversa, *pouco*, como em (35).

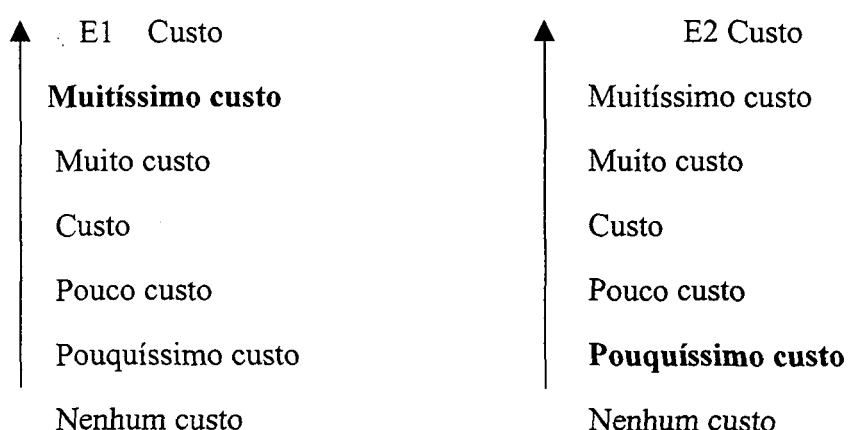
Há dois outros modificadores, *só* e *apenas*. Tais modificadores podem atender a perspectiva de E1 ou de E2. O modificador *apenas*, por exemplo, pode intensificar o ponto de vista de E1 e ser interpretado em sua forma literal, o *pouco* lucro dos nove maiores bancos, ou ser interpretado de forma inversa, atendendo a perspectiva de E2, *muitíssimo* lucro. É possível, então, pressupor escalas argumentativas distintas.



O interlocutor ingênuo pressupõe que *apenas* US\$ 1 bilhão insere-se no lugar do *pouco* lucro, esse é o lucro *só* dos nove maiores bancos. A escala do lucro caracteriza quem tem poder econômico, isto é, dentro das leis do mercado quem dá lucro; o incentivo

econômico fornecido aos bancos pelo governo é tratado como um investimento, por conseguinte os bancos devem ser atendidos pelo governo, ainda que o lucro tenha sido considerado *pouco*, o que é um absurdo. Já o interlocutor moralizante infere que *apenas* US\$ 1 bilhão seja considerado *multíssimo* lucro, isto é, os bancos têm muitos recursos financeiros, logo não precisariam de mais ajuda.

Como foi descrito, os bancos se inserem na planilha dos lucros do governo, enquanto os professores na planilha dos custos, recorreremos ao modificador *elevadíssimo* que corresponde ao salário do professor para descrever a perspectiva de E1 e E2 com relação ao custo.



Para E1 o professor representa *multíssimo* custo para o governo, uma vez que seu salário é *elevadíssimo*, o que é um absurdo. A atividade desenvolvida pelo professor está orçada na planilha dos custos do governo, não aumenta significativamente a receita, pelo contrário diminui; a Educação Pública não é uma atividade rentável, nem vista como um investimento. Para o interlocutor moralizante o professor representa *pouquíssimo* custo, seu salário é *baixíssimo*, logo deveria, em princípio, ser atendido, mas o que parece definir o atendimento fornecido a alguns bancos é o poder que provém do lucro. A Educação Pública não está na planilha do lucro e sim dos custos, logo não merece o incentivo financeiro do Estado. As formas tópicas atualizadas por E1 e E2 são:

E1-‘socorro aos bancos é justo’ ‘pedido do professor é injusto’

FT 1 – [+ lucro, + atendimento] ou [+custo, - atendimento]

E2-‘socorro aos bancos é injusto’ ‘pedido do professor é justo.’

FT 2 – [+lucro, - atendimento] ou [- custo , + atendimento]

Os topos acessados por E1 e E2 e as respectivas formas tópicas caracterizam, aqui, direções argumentativas inversas. Tal inversão provém de contextos distintos de comunicação em que cada enunciador se insere.

É possível ver também na voz de L o ponto de vista de E3. Esse enunciador acusa o presidente Itamar Franco, assim como o grupo a que pertence. A partir do conteúdo posto no quarto e quinto parágrafos é possível inferir:

(36) O ex-presidente Itamar Franco considera injusto os professores terem os mesmos direitos dos bancos.

A partir da proposição (36) pode-se considerar que E3 assume o seguinte topos:

L —————> T3-E3- ‘Governo é injusto.’

O topos acessado por E3 fundamenta também a premissa da argumentação de E2, ‘o Estado não é democrático.’

A JUSTIFICATIVA APRESENTADA POR E1 E E2				
L	E1	E2	E3	λ
	'atendimento é gerado por pedido formal.' [+formalidade, + atendimento] ou [-formalidade,- atendimento]	'atendimento é gerado por poder financeiro.' [+dinheiro, +atendimento] ou [- dinheiro, - atendimento]		
	'pedido do professor é injusto.' [+custo, - atendimento] 'socorro aos bancos é justo' [+ lucro, + atendimento]	'pedido do professor é justo.' [- custo , + atendimento] 'socorro aos bancos é injusto' [+lucro, - atendimento]	'Governo é injusto.'	

O jogo polifônico descrito a partir da enunciação de E1, E2 e E3 constitui a imagem de λ , o jornalista Clóvis Rossi. Podemos considerar, por exemplo, que o jornalista crê na perspectiva absurda de que 'o pedido do professor é injusto' ou na perspectiva moralizante ressaltada em 'o pedido do professor e justo' ou, ainda, que ele crê que o 'governo é injusto.'

Parte III (do quinto ao sétimo parágrafo)

Nesta terceira parte E3, o enunciador sarcástico contrapõe-se à perspectiva de E1 e de E2. E3 anuncia um ponto de vista velado, qual seja: o Estado capitalista tem como princípio o lucro, por conseguinte o pedido de ajuda é concedido a quem dá lucro.

a) O desdobramento do locutor e a projeção de pontos de vistas de E1 e E3

Limitar-nos-emos a assinalar a inserção do relato em estilo direto (RED) para destacar a contradição enunciativa inscrita no enunciado irônico.

DUCROT (1987) analisa o RED como um caso de dupla enunciação e contrapõe-se ao pressuposto que considera que essa forma discursiva "reproduz na sua materialidade as

palavras produzidas pela pessoa de quem se quer dar a conhecer o discurso.”¹⁹ Nessa perspectiva, no RED seriam reproduzidas as palavras utilizadas pelo autor do discurso. Ao explicitar a noção de RED DUCROT (1987) explica:

De minha parte, prefiro caracterizar primeiro a categoria tomada na sua totalidade, e direi que ela consiste fundamentalmente em uma apresentação da enunciação como dupla: o próprio sentido do enunciado atribuiria à enunciação dois locutores distintos, eventualmente subordinados - o que não é mais extravagante que atribuir-lhe propriedades jurídicas, argumentativas ou causais de que falei acima. Certamente do ponto de vista empírico, a enunciação é ação de um único sujeito falante, mas a imagem que o enunciado dá dela é a de uma troca, de um diálogo, ou ainda de uma hierarquia das falas. Não há paradoxo neste caso senão se se confunde o locutor - que para mim é uma ficção discursiva - com o sujeito falante - que é um elemento da experiência. Esta tese tem consequências quando se trata de descrever o relato em estilo direto, se este é visto no interior da categoria geral da dupla enunciação. Seguramente mantereis que ele visa informar sobre um discurso que foi efetivamente realizado. Mas nada mais obriga a sustentar que as ocorrências colocadas entre aspas constituem uma menção que designam entidades lingüísticas, aquelas que foram realizadas no discurso original. Pode-se admitir ao contrário que o autor do relato, para informar sobre o discurso original, coloca em cena, dá a conhecer uma fala que ele supõe, simplesmente, que ela tem alguns pontos comuns com aquela sobre a qual ele quer informar seu interlocutor. (DUCROT, 1987, p.186-187).

No RED não há necessariamente o relato literal original, pois nada impede que seja destacado um fragmento que se considere relevante e esse seja inserido num outro contexto. DUCROT (1987) exemplifica, “pode-se, no estilo direto, relatar em dois segundos um discurso de dois minutos: *Em uma palavra, Pedro me disse ‘eu tenho o suficiente.’*”²⁰ O autor conclui afirmando que no estilo direto faz-se falar um outro, a quem se atribui a responsabilidade da fala, o que “não implica que sua verdade tenha uma correspondência literal, termo a termo.”²¹

No quinto parágrafo do texto “Petição ao presidente” encontramos um exemplo de discurso direto, “Mas minha filha definitivamente não tem a mesma consciência social e argumentou: ‘Se os bancos podem, eu também posso. Afinal a lei é igual para todos.’” Como já foi destacado anteriormente, esse é um caso de uma dupla enunciação. O primeiro locutor insere uma citação cuja responsabilidade é atribuída a um segundo locutor e mantém um certo afastamento com relação ao discurso citado.

¹⁹ DUCROT, OSWALD. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987, p.187

²⁰ Ibid.1987, p.187

²¹ Ibid.1987, p.187

Na asserção do locutor que cita (“Mas minha filha definitivamente não tem a mesma consciência social e argumentou”) nos limitaremos a assinalar a presença de E3, o enunciador sarcástico para evidenciar que ele zomba da ingenuidade de E1. E3 anuncia seu ponto de vista:

(37) O professor desconhece as prioridades do Estado, o lucro.

Na elocução do locutor citado (“Se os bancos podem eu também posso, afinal a lei é igual para todos”) é destacado um enunciado que mantém a fundamentação do pedido de E1, ‘direitos iguais para todos’. E3 zomba do princípio que fundamenta a direção argumentativa da enunciação de E1 e faz ver que o enunciador ingênuo não percebe que a igualdade de direitos não é o princípio que norteia as práticas do Estado, uma vez que para o Estado capitalista o princípio que norteia suas ações é o lucro. O atendimento é concedido a quem gera lucro, por conseguinte a igualdade de direitos é incompatível com o princípio capitalista, o lucro. Os pontos de vista contraditórios podem ser assinalados pelos topos acessados:

L → E1- T1 - ‘o princípio do Estado é a democracia.’

L → E3- T2 - ‘o princípio do Estado é o lucro.’

Destacamos acima a presença de dois locutores num só enunciado para assinalar que se estabelece um distanciamento entre pontos de vista.

b) O jogo polifônico presente na contraposição entre o ponto de vista de E3 e E2.

Na elocução de L, inscrita do sexto parágrafo, é possível ver E3, o enunciador sarcástico, que zomba da fundamentação de E1 e ridiculariza o alocutário, o ex-presidente Itamar Franco, é possível observar que, a partir da elocução de L, E2 assume um ponto de vista pautado em valores éticos e morais. A partir do conteúdo posto por L é possível os seguintes pressupostos:

(38) pp. A igualdade de direitos é subversão.

(39) pp. Professor de esquerda ensina conceitos *tão* subversivos.

(40) pp. Existe alguém que pretende passar pela alfândega sem a revisão de bagagem, o que é de praxe.

(41) pp. O governo é inflexível.

A partir de (38) é desencadeia-se a seguinte implicatura que caracteriza o ponto de vista que E3 quer ressaltar:

(42) O ex-presidente pressupõe que a igualdade de direitos é subversão.

E3 ridiculariza o alocutário, pois a igualdade de direitos é um princípio jurídico que garante o Estado de direito, é um absurdo um presidente contrariar um princípio que ele tem o dever de garantir.

E3 procede a argumentação, a partir de (39) e anuncia:

(43) O ex-presidente pressupõe que professor de esquerda ensina conceitos subversivos.

A expressão “professor de esquerda” faz referência ao presidente Fernando Henrique Cardoso, na época candidato à presidência; Fernando Henrique é sociólogo e ex-professor da USP, participou do processo de redemocratização do país. O tom sarcástico aparece ao relacionar professor de esquerda ao Fernando Henrique Cardoso, uma vez que este era o próprio candidato à presidência apoiado pelo ex- presidente Itamar Franco. O deboche aparece também ao evidenciar que o candidato a presidente apoiado por Itamar não é o Fernando Henrique que defende o Estado democrático, ou seja, o professor de esquerda, e sim, o Fernando Henrique que defende o Estado Capitalista, cujo princípio é o lucro.

A partir de (43) é possível encadear (44):

(44) O ex-presidente pressupõe que os alunos podem tornar-se subversivos.

A continuidade de (44) conduz à implicatura:

(45) Os alunos podem opor-se ao Estado capitalista que tem como princípio o lucro e defender a igualdade de direitos.

A partir de (40) é possível inferir:

(46) o ex- presidente pressupõe que passar na alfândega sem a revisão de bagagem é subversão, pois contraria o princípio capitalista, o lucro.

A “passagem na alfândega sem a revisão de bagagem de praxe”, conteúdo posto por L, refere-se à delegação da seleção brasileira que ganhou a Copa de 1994. Na época houve denúncia de que as bagagens não foram vistoriadas, é possível que a delegação tenha trazido produtos importados e não tenha pago os impostos de importação. Se a passagem na alfândega sem a vistoria de bagagem é considerada um ato subversivo, qualquer um que não venha seguir essa regra deveria ser subversivo, independentemente do status social ou econômico que tenha.

A retomada do discurso do ex-presidente é evidenciada pelo marcador *não é* que se insere no enunciado “ só faltava agora essa menina pretender passar pela alfândega sem a revisão de bagagem de praxe, justo no seu governo, presidente, que, nesse ponto, é da maior inflexibilidade, *não é* ?” E3 reproduz o discurso oficial com a intenção de zombar. A partir de (41) é possível inferir:

(47) O governo é inflexível com quem subverte os princípios do Estado capitalista, o lucro.

E2 é o enunciador moralizante sua enunciação conta com a observância de valores éticos e morais. A partir de (38) o interlocutor irônico pode inferir:

(48) A igualdade de direitos é um princípio democrático.

E a partir de (39) infere ainda:

(49) Professor de esquerda ensina o conceito de democracia aos seus alunos.

A continuidade de (49) é subentendida em:

(50) Os alunos podem fazer valer a democracia.

A partir de (40) é possível subentender:

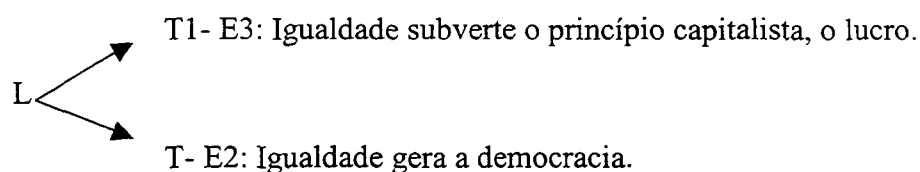
(51) Existe alguém que pretende seguir exemplos da delegação brasileira de futebol e passar na alfândega sem a revisão de bagagem.

A partir de (41) é possível a seguinte implicatura:

(52) O Estado é contraditório.

O ponto de vista de E2 conta com a observância de valores éticos, morais e jurídicos, seu discurso está orientado argumentativamente para a denúncia da contravenção desses valores inscrito no topos ‘o Estado não é democrático.

O conjunto de proposições assumidas por E3 e E2 pode ser sintetizadas no seguinte topos:



As formas tópicas atualizadas a partir do ponto de vista de E3 e E2 são:

E1: Igualdade gera subversão ao princípio capitalista.

FT 1 [+ lucro, +direitos] ou [- lucro, - direitos]

E2: Igualdade gera democracia.

FT2 [+ igualdade, +democracia]

A perspectiva de E3 é reconhecida por um grupo que teme perder seus privilégios, assegurados pela troca de favor. Ao expor o ponto de vista de um grupo social privilegiado pelo Estado, E3 torna esse grupo vítima do jogo irônico. Já no contexto a partir do qual E2 se insere, a igualdade desencadeia a democracia. O topos convocado por E2 remete ao conjunto de valores legais que garante o Estado de direito e por extensão a cidadania.

No sétimo parágrafo, a partir do que L declara desencadeiam-se as seguintes pressuposições:

(53) pp. Existe alguém que crê que o governo é como um pai para os bancos.

(54) pp. Existe alguém que acredita ter algo em comum com o destinatário do pedido, ambos são sensíveis aos apelos filiais.

(55) pp. O governo é *incapaz* de resistir ao menor pranto.

E3, mais uma vez, zomba do poder de razão e de verdade inscritos no discurso de autoridade. A partir das proposições (53) e (54) subentende-se que E3 recorre a uma expressão estereotipada que se assemelha a um provérbio, “Todo pai protege o filho” e tece uma comparação entre a relação pai-filho e a relação Estado-banco. A relação estabelecida desencadeia as seguintes implicaturas:

(56) O Estado protege bancos.

(57) O Estado protege quem tem poder econômico.

(58) O Estado é sensível aos apelos de quem gera lucro.

A partir de (55) E3 anuncia:

(59) O Estado é *absolutamente incapaz* de resistir ao menor pedido dos bancos.

A partir das pressuposições destacadas, E2 assume:

(60) Existe alguém que tem consciência de que não há argumento que se sobreponha ao da igualdade de todos perante a lei.

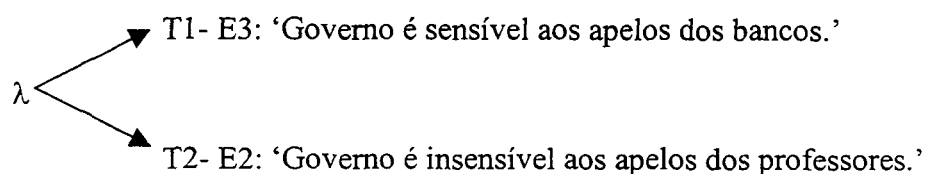
(61) Existe alguém que faz uma petição por acreditar no princípio democrático.

(62) Existe alguém que crê que o governo privilegia os bancos.

(63) Existe alguém que crê que o governo é *absolutamente incapaz* de atender ao menor pedido dos professores.

O ponto de vista elucidado por E3 assinala um tom de deboche acerca das posições do alocutário. Já as proposições assumidas por E2 ressaltam a valorização da ética. Em (59) e (63) evidencia-se a diferença entre a perspectiva de E3 e a de E2. Segundo a perspectiva de E3, a incapacidade de resistir ao menor pedido dos bancos é inversamente proporcional à sensibilidade do governo, a proporcionalidade descrita caracteriza o tom sarcástico de E3. O ponto de vista de E2 decorre da seguinte perspectiva: a incapacidade do governo de atender ao menor apelo dos professores é inversamente proporcional à insensibilidade do governo. A proporcionalidade descrita acentua o tom moralizante que E2 impõe a sua argumentação, evidenciando que o Estado não está garantindo direitos civis a todos.

O conjunto de proposições assumidas por E3 e E2 podem ser representadas pelos topos:



A partir dos topos destacados, é possível encadear as seguintes formas tópicas:

‘Governo é sensível aos apelos dos bancos’.

FT 1-[+ dinheiro, + atendimento]

‘Governo é insensível aos apelos dos professores.’

FT 2- [- dinheiro, - atendimento]

A PERSPECTIVA DE E3 ENCONTRAPOSIÇÃO COM E1 E E2				
L	E1	E2	E3	λ
	‘o princípio do Estado é a democracia.’		‘o princípio do Estado é o lucro’	
		‘igualdade gera democracia’ [+igualdade, +democracia]	‘igualdade subverte o princípio capitalista, o lucro’ [+ lucro, +direitos] ou [- lucro, - direitos]	
		Governo é insensível aos apelos dos professores [-dinheiro, - atendimento]	Governo é sensível aos apelos dos bancos. [+ dinheiro, + atendimento]	

5.1.5 FÓRMULA FINAL

parte III (oitavo parágrafo)

Nessa parte são feitas as considerações finais da Petição expressas pelos topoi e formas tópicas acessadas por E1 e E3.

a) O jogo polifônico presente na contraposição entre E1 e E3

A partir do que L anuncia, E1 assume:

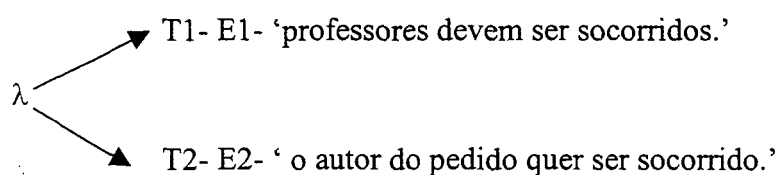
(64) Existe alguém que espera que os professores sejam socorridos.

Mas é possível admitir um certo tom sarcástico em (64) e inferir que E3 assevera:

(65) Existe alguém que precisa ser socorrido, não tendo que fazer petições.

(66) Existe alguém que não queria fazer a Petição.

A partir do que E1 e E3 anunciam desencadeia-se os topos:



FÓRMULA FINAL			
L	E1	E2	λ
	‘professores devem ser socorridos’	‘autor do pedido quer ser socorrido’	

A imagem do jornalista Clóvis Rossi, mais uma vez, constitui-se, aqui, através da perspectiva dos enunciadores E1 e E2.

5.1.6 A PRESENÇA DE ALGUMAS TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS

Os esquemas argumentativos destacados abaixo corroboram a argumentação irônica.

a) Argumento de autoridade

O argumento de prestígio é utilizado na argumentação para a comprovação de um ponto de vista. Em outras palavras, os atos ou juízos de uma pessoa colaboram para a sustentação de um ponto de vista. Mas não se pode perder de vista que, como todo argumento, ele se insere entre outros acordos. “De um lado, recorre-se a ele quando o acordo sobre o que

se expressa está sujeito a ser questionado; de outro, o próprio argumento de autoridade pode ser contestado.”²² No texto “Petição ao presidente,” por exemplo, o enunciador sarcástico, E3, assinala o ponto de vista do alocutário para dessacralizar o discurso oficial, tornando o grupo que o ex-presidente representa vítima do jogo irônico.

A dessacralização do discurso oficial realizada por E3 compreende o desvelar de contradições inerentes a um dado grupo social. Embora E3 destaque o ponto de vista do alocutário para ridicularizá-lo, a pessoa física do presidente não é relevante; não é a ele de fato que se dirigem as críticas inscritas na Petição, mas sim ao órgão que encarna as funções do executivo.

b) Argumento de comparação

A comparação ao ser utilizada com a intenção irônica favoreceu o reconhecimento de uma contradição. Os enunciados a seguir exemplificam a questão:

Se ela ao menos dissesse que está passando por “uma crise de liquidez” *como* certos bancos, seria facilmente atendida.

[...] Também procurei demonstrar que o pedido dela é injusto. Afinal, ela é professora, profissão que no Brasil, como o senhor bem sabe, goza de salários elevadíssimos e privilégio sem conta.

Já os bancos, coitados estão sofrendo muito. Só os nove maiores grupos privados tiveram, em 1993, um lucro líquido de apenas US\$ 1 bilhão.

[...] Só o faço porque o senhor está em posição de me entender. Sabe, melhor do que ninguém, que coração de pai é *como* o seu governo em relação aos bancos: absolutamente incapaz de resistir ao menor pranto.

[...] Certo de sua compreensão, aguardo um socorro *tão rápido quanto* o que está para ser concedido aos bancos.

Ao cotejar a situação dos bancos com a dos professores, avalia-se um em relação ao outro, destaca-se a situação econômica de um e de outro. O lucro só dos nove maiores bancos é comparado ironicamente ao custo dos professores. A idéia de medição parece suscetível à

²² PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. P.350.

evidência de um juízo de valor. Quem dá lucro ao Estado deve ser ajudado a fim de que dê mais lucro, em contrapartida quem representa custos para o Estado não deve ser ajudado, pois irá onerar os cofres públicos.

A comparação entre a sensibilidade do governo e a de um pai coloca de um lado a proteção que o Estado dá aos bancos e de outro a distância que o Estado mantém de outros segmentos sociais. Através da comparação pela ironia desqualifica-se o Estado.

c) A inclusão da parte no todo

Os argumentos baseados na inclusão da parte no todo não atribuem qualidade particular nem ao todo nem à parte, tratam igualmente cada uma das partes, o esquema “o que vale para o todo vale para a parte”²³ fundamenta a argumentação pela inclusão da parte no todo. A premissa da argumentação assumida por El aparece inscrita no topos ‘direitos iguais para todos’ e configura a argumentação pela inclusão. O anúncio dessa premissa vem demonstrar uma contradição, qual seja: a exclusão de uma parte do todo, a exclusão da categoria dos professores.

O funcionamento argumentativo da ironia foi destacado nos tópicos de análise. Na comparação entre a Petição jurídica e o texto “Petição ao presidente” há a apropriação irônica do discurso jurídico, faz-se uma recriação fictícia dos elementos que compõem a Petição, o conteúdo e a estrutura, com a finalidade de estabelecer uma crítica sutil aos recursos jurídicos que deveriam, em princípio, garantir os direitos do cidadão. A transposição para o texto “Petição ao Presidente” de elementos que compõem a Petição inicial assinalam, por exemplo, que a igualdade de direitos não é um princípio que norteia as ações do Estado, o que fundamenta as ações do Estado é o lucro, logo os direitos são conferidos, sobretudo a quem gera lucro ao Estado. Há uma discrepância com relação ao princípio jurídico que deveria institucionalizar as ações do Estado e as práticas efetivas do Estado. Com efeito, assinala-se, através da contraposição entre as modalidades discursivas, as limitações do recurso jurídico.

²³ PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p.262.

A perspectiva polifônica instaura os diferentes pontos de vista inscritos no funcionamento argumentativo da ironia. O locutor é quem coloca em cena esses diferentes pontos de vista, cuja responsabilidade não assume, ele mantém um distanciamento dos enunciadores evocados. A perspectiva dos enunciadores, E1, E2 e E3, aparece sob a forma de topos acessados. A evocação de um topos na reconstrução do sentido irônico decorre de pressupostos, mas também de implicaturas. Como foi destacado ao longo da análise, a partir de um “topoi” é possível formular encadeamentos contraditórios de acordo com o topos acessado pelo enunciador, por conseguinte o reconhecimento da ironia decorre do conhecimento de mundo partilhado pelo interlocutor com relação ao que foi enunciado.

O confronto entre as perspectivas dos enunciadores revelam um jogo de imagens que parece constituir o perfil do locutor, ser do mundo, o jornalista Clóvis Rossi. Esse locutor não está inscrito na enunciação, ele situa-se fora da situação discursiva. Mas o ponto de vista dos enunciadores, descritos a partir do topos e formas tópicas, tece a imagem desse locutor, ele pode ser uma pessoa ingênua que crê em proposições absurdas e, muitas vezes, contraditórias, assim como pode ser uma pessoa que prima pelos valores éticos, morais e jurídicos ou, ainda, uma pessoa cínica que quer manifestar seu descontentamento, tornando um grupo social vítima do jogo irônico. Esse jogo de imagens é uma estratégia de constituição do sentido argumentativo do texto.

As técnicas argumentativas corroboram com a argumentação irônica à medida que os esquemas descritos assinalam o jogo irônico, seja através da dessacralização do discurso de autoridade, da contradição inscrita na comparação, da evidência de contradições inerente ao Estado que exclui segmentos sociais ao invés de incluí-los no todo.

O Texto “petição ao presidente” revela-se como um palco em que são encenadas diferentes versões sobre os acontecimentos sociais. O tratamento pragmático dado ao topos e o pressuposto de que seu uso se assemelha à implicatura desvela o funcionamento argumentativo da ironia, assinalando pontos de vista que se cruzam e se confrontam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos capítulos anteriores, recorremos a alguns pressupostos que nos permitiram evidenciar o funcionamento argumentativo da ironia. Retomaremos alguns deles para fazer uma apreciação do modelo teórico utilizado, avaliar o objetivo e a hipótese propostos e fazer algumas reflexões acerca do objeto de estudo.

Utilizamos como aparato teórico geral a Teoria Polifônica da Enunciação e a Teoria dos “topoi.” O sentido irônico foi visto em perspectiva polifônica e atualizado mediante a noção da natureza pragmática do topos. A atualização do topos relevante, no caso o sentido irônico, depende da capacidade interpretativa do interlocutor, por conseguinte o sentido irônico foi tratado como uma implicatura. A partir de tal pressuposto foi possível verificar que:

- a) a utilização da Teoria Polifônica da Enunciação nos permitiu destacar os sujeitos da enunciação irônica, os locutores e os enunciadores. Constatamos que o interdiscurso irônico advém de um imbricamento contraditório de pontos de vista acessados pelos enunciadores.;
- b) na enunciação irônica a atualização do topos instaura uma ambigüidade expressiva, uma vez que cada enunciador acessa, através do topos, um determinado ponto de vista;
- c) a multiplicidade de possibilidade de captação do efeito irônico advém da cumplicidade entre enunciador e interlocutor. À medida que os interlocutores vão assimilando a projeção de vozes dos enunciadores ocorre uma fusão entre a perspectiva do enunciador e do interlocutor, o que não significa que o interlocutor aceite, necessariamente, o ponto de vista do enunciador, o interlocutor apreende o sentido da enunciação;
- d) a evocação de um topos na reconstrução do percurso de sentido não depende apenas da estrutura semântica do enunciado. É preciso recorrer às condições de uso do

enunciado para acionar inferências pragmáticas e perceber as intenções comunicativas do enunciador. A atualização do topos pelo interlocutor depende de conhecimentos compartilhados no fluxo do discurso e de inferências pragmáticas. Tais conhecimentos constituem valores ideológicos, morais, éticos que estão inscritos no topos e formas tópicas.

Utilizamos a noção de valor inscrita na Teoria da Argumentação postulada no *tratado*. Apesar de termos assinalado que o valor permeia o ponto de vista do enunciador moralizante, os valores, de uma maneira geral, estão inscritos também na enunciação do enunciador ingênuo e do enunciador sarcástico. Observamos que na argumentação pela ironia as premissas estão fundamentadas em valores, crenças, identificadas pelo interlocutor a partir de pressupostos e implicaturas.

Como vimos na análise do texto “Petição ao presidente,” as técnicas argumentativas são recursos acessórios que se prendem ao núcleo argumentativo, a ironia. No processo de seleção do texto a ser analisado, observamos que, normalmente, há nos textos um esquema argumentativo nuclear e as demais técnicas prendem-se a ele. Esse esquema nuclear consolida a estrutura argumentativa do texto.

PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA abordam a ironia dentro de uma estratégia denominada “o ridículo e seu papel na argumentação,”¹ não descrevemos essa técnica argumentativa, pois os autores tratam-na a partir da perspectiva retórica, ou seja, a ironia “quer dar a entender o contrário do que se diz.”² Entendemos que na ironia não há propriamente uma inversão, o que se tem são contextos diferentes e a partir deles os enunciadores expressam seus pontos de vista.

No processo de seleção do texto a ser analisado observamos que:

- a) no Novo Manual da Redação publicado pela Folha de São Paulo desaconselha-se o uso da ironia,³ mas ela é uma estratégia argumentativa que aparece com certa frequência nesse jornal, seja nos artigos, nas cartas dos leitores e outros.

¹ PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p.233.

² *ibid.* p.235.

³ *NOVO MANUAL DA REAÇÃO*. São Paulo: Folha de São Paulo, 1992, p.83.

Percebemos que a ironia é utilizada com regularidade pelos jornalistas Clóvis Rossi e Josias de Souza. O sentido irônico inscrito no texto desses jornalistas não se limita ao número de linhas previamente definido pelo jornal, mas amplia-se na multiplicidade de vozes que são acessadas pelos enunciadores. É possível que a ampliação do sentido do texto seja um dos fatores que motiva a utilização da ironia por esses jornalistas.

- b) A presença da premissa de E1, ‘direitos iguais para todos,’ e a premissa de E2 ‘o Estado não é democrático’ também foi encontrada em dois outros textos.⁴ Podemos constatar que se inscreve no topos expressões estereotipadas que assinalam uma força ideológica presente num momento histórico.

Ao analisarmos o texto “Petição ao presidente” não esgotamos os mecanismos que possibilitariam analisar a enunciação irônica, centramos nossa atenção em topos e formas tópicas que configuram o jogo irônico e constatamos que cada enunciador conduz o texto para uma dada conclusão, mas é possível perceber que as conclusões podem desencadear outras premissas, portanto o processo argumentativo é contínuo. RAJAGOPALAN (1998) elucida:

A verdade na/da argumentação terá que ser vista, portanto, como uma verdade sempre aberta, à espera de novas tentativas de complementação, novos desfechos. Isso significa que, ao contrário de existirem premissas que fatalmente nos levariam a certas conclusões, é a possibilidade de conclusões que faz com que certas proposições se transformem em premissas. Como dizia o educador norte-americano John Dewey (1953: 379): ‘As premissas são a análise de uma conclusão em motivos que a justifiquem logicamente; não existem premissas até que haja uma conclusão.’ À luz da discussão acima, Ducrot acrescentaria o seguinte complemento à citação de Dewey: “A possibilidade de uma nova extensão do argumento, e por conseguinte, uma nova conclusão, faz com que os passos anteriores se transformem, retroativamente, em premissas’ destinadas a nos conduzir à conclusão desejada. (RAJAGOPALAN, 1998, p.46)

Com relação ao objetivo e à hipótese, pensamos que conseguimos evidenciá-los ao longo desse trabalho. À medida que descrevemos os topos e formas tópicas acessados pelo enunciadores procuramos assinalar o fenômeno polifônico inscrito no funcionamento argumentativo da ironia, assim como a natureza pragmática do topos. A captação de diferentes pontos de vista decorre de inferências pragmáticas, logo a percepção da enunciação irônica é recorrente a fenômenos pragmáticos.

⁴ Os textos estão em anexo.

ANEXOS

ANEXO 1

PREZADO DOUTOR ARMÍNIO

Creio ter encontrado a saída para o problema da exclusão social no Brasil. Os excluídos devem declarar-se extintos como pessoas físicas e reorganizar-se como bancos.

Não haveria mais os sem-terra, os sem-teto, os sem-emprego, os sem-isso, os sem-aquilo. Só bancos. E cairíamos todos nas graças do “partido de Salvação dos Bancos” (PSDB).

O tucanato, como se sabe, está fazendo um belo trabalho de auxílio humanitário à categoria dos banqueiros. Dá-lhes o que pedem. Até mimos em dólar. Em vez de ficar falando mal da vida, reclamando das cestas da dona Ruth, a gente deveria aproveitar o espírito solidário do BC.

Transformada em banco, a patuléia não precisaria mais organizar aquelas cansativas marchas sobre Brasília. Resolveria suas pendências em longos almoços nos restaurantes. Ou em reuniões de final de tarde, na sede do BC. Antevejo a cena.

Armínio Fraga: “O que você manda?”. E Stédile, uisquinho na mão, pés sobre a mesa: “Vim buscar um naco daquele dinheirinho. Aquele que é meu, é seu, é nosso”.

De minha parte, está decidido. A partir de hoje, sou banco. Por qualquer ângulo que analisem não de considerar-me um empreendimento à beira da crise sistêmica. Não bastassem a escassez de cabelos e o excesso de olheiras, há o nanismo crônico dos bolsos. O que me credencia para escrever ao presidente do BC.

Prezado doutor Armínio, o senhor não me conhece. Mas, como pago parte do seu salário, achei que poderia dirigir-lhe meia dúzia de palavras. Permita-me copiar trecho da carta da BM&F, que tanto sensibilizou o Chico Lopes, seu antecessor.

Sugiro a “adoção de medidas que visem a liquidação de posições vendidas, em face da rigidez dos mercados (...)”. Em português claro: Libera o meu aí, pô, que também sou filho de Deus.¹

¹ SOUZA, Josias de. Folha de São Paulo, 12 de abr.1999. Cad. 1, p. 2.

ANEXO 2

O PREÇO DA CIDADANIA²

Por fim uma autoridade consegue descobrir com rapidez quem são os culpados pelas vítimas das inundações ao menos no Rio de Janeiro. Os culpados são as vítimas. É o que diz o prefeito da cidade, César Maia, ao responsabilizar o pessoal que continua morando nas encostas, apesar de advertido para o risco.

Em vez de se mudarem para algum condomínio na Barra, a turma continua preferindo ficar nos barracos. Nem sequer se dá ao cuidado de, durante a temporada de chuvas, alugar um “flat” em Miami, até que passe o perigo. São uns teimosos, mesmo.

No fundo, o prefeito César Maia tem até razão, ao menos na ótica do Estado brasileiro. No mesmo dia em que ele descobria os culpados, o chefe da Polícia Civil também do Rio de Janeiro, delegado Hélio Luz, era o entrevistado do “Programa Livre” que Serginho Groisman apresenta no SBT.

Muito bem. Uma garota cobrou do delegado a falta de proteção aos favelados, ainda aludindo à polêmica em torno do clipe de Michael Jackson. Resposta assustadoramente franca de Hélio Luz: a polícia foi feita mesmo para proteger quem ganha de R\$ 1 mil para cima.

Não foi dito como deboche, com um sorriso cínico na face, não. O delegado apenas constatou uma realidade: ante a distorção absurda que existe no Brasil, em termos de distribuição de renda, e ante o fato óbvio de quem ganha mais pode mais, o que acaba acontecendo é que a polícia serve apenas a essa camada privilegiada.

Quanto ao resto, ou seja, a massa favelada, sempre segundo Hélio Luz, não é um problema de dar-lhe proteção, mas mantê-lo sob controle, para que a estrutura não desabe de uma vez.

O que o delegado diz é, de certa forma, o que diz o prefeito. O Estado protege - se mal ou bem, é outra discussão - o pessoal que não mora nas encostas sob risco. Quem mora que se vire na hora do perigo. Ou morra.

² ROSSI, Clóvis. 1996. Cad. 1, p 2

São momentos que iluminam melhor do que mil teses acadêmicas a realidade brasileira.

Ao menos já se sabe que a cidadania, por aqui, tem preço. Acima de R\$ 1 mil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEGRI, Adalberto Amaral. **Mínimo**. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2000.
- ALMEIDA, Álvaro Bernal. **Vantagem**. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1999.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude. **Théorie des topoï**. Paris: Kimé, 1995.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução por Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- BRAIT, Beth. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1996.
- CARNEIRO, Paulina de Lima. **A argumentação pelo absurdo: uma análise da ironia sob a perspectiva polifônica da enunciação**. João Pessoa, 2000. Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba.
- COELHO, Fábio Ulhoa. Prefácio à edição brasileira. In: PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DUCROT, Oswald. **Dizer e não-dizer**. Princípios de semântica lingüística. São Paulo, Cultrix, 1977
- _____. **Provar e dizer: Leis lógicas e argumentativas**. São Paulo: Global, 1981.
- _____. **O dizer e o dito**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.
- _____. **Polifonia y argumentacion**. Universidade del Valle – Cali, 1988.
- GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins fontes, 1991.
- KEHDI, Maria José. **A luz de Velas**, **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1999.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. **Semântica e pragmática: limites ou integração?** Trabalho apresentado no XIV Instituto lingüístico, realizado em Florianópolis, 1999.
- NOVO MANUAL DA REDAÇÃO**. São Paulo: Folha de São Paulo, 1992.
- MAGALHÃES, Antônio Carlos. ACM. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 1999.
- MOURA, Heronides M. de Melo. **Teoria dos topoï: semântica e argumentação – diálogo com Oswald Ducrot**. D.E.L.T.A, v.14, nº1, p. 169-183, 1998.
- _____. **Os limites da semântica e da pragmática: o caso dos topoï**. Trabalho apresentado no XIV Instituto Lingüístico, realizado em Florianópolis, 1999.
- OSAKABE, Haquira. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Kairos, 1979.
- PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso**, In: GADET e HAK. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Pêcheux**. Campinas: Editora Da Unicamp, 1990.

PEREIRA, Cilene. A volta do Chinelo. **ISTOÉ**, São Paulo, 1995.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RAJAGOPOLAN, Kanavillil. **A verdade na/da argumentação**. Cadernos de Estudos Lingüísticos. Campinas nº35, p.39-47, 1998.

REYES, Graciela. **Polifónia textual**: la citación en el relato literario. Madrid: Gredos, 1984.

ROSSI, Clóvis. Petição ao presidente. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1994.

_____. O lucro de cada qual. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1997.

_____. Resposta a ACM. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1999.

SALGADO, Fátima Regina Saboya. Ginástica retórica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1999.

SILVA, Plácido. **Vocabulário jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.